

**Júlia Kevin Trindade Silva**

**ECOLOGIA INTEGRAL E AGROECOLOGIA NO BRASIL**  
**UMA ABORDAGEM ÉTICO-TEOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado em Teologia

Orientador: Prof. Dr. Afonso Tadeu Murad

Co-Orientador: Prof. Dr. Francisco das Chagas Albuquerque

Apoio CAPES

Belo Horizonte  
FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia  
2026

**Júlia Kevin Trindade Silva**

**ECOLOGIA INTEGRAL E AGROECOLOGIA NO BRASIL**  
**UMA ABORDAGEM ÉTICO-TEOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia.

Área de concentração: Teologia da Práxis Cristã

Linha de pesquisa: Tendências Éticas Atuais

Orientador: Prof. Dr. Afonso Tadeu Murad

Co-orientador: Prof. Dr. Francisco das Chagas  
Albuquerque

Belo Horizonte

FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

2026

#### FICHA CATALOGRÁFICA

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| S586e | <p>Silva, Júlia Kevin Trindade</p> <p>Ecologia integral e agroecologia no Brasil: uma abordagem ético-teológica / Júlia Kevin Trindade Silva. - Belo Horizonte, 2026.</p> <p>124 p.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Afonso Tadeu Murad.</p> <p>Coorientador: Prof. Dr. Francisco das Chagas Albuquerque.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Teologia.</p> <p>1. Ecologia integral. 2. Agroecologia. I. Murad, Afonso Tadeu. II. Albuquerque, Francisco das Chagas de. III. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Departamento de Teologia. IV. Título.</p> <p>CDU 241</p> |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**Júlia Kevin Trindade Silva**

**ECOLOGIA INTEGRAL E AGROECOLOGIA NO BRASIL**  
**UMA ABORDAGEM ÉTICO-TEOLÓGICA**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Teologia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

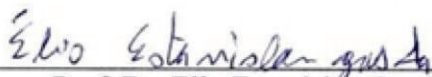
Belo Horizonte, 06 de maio de 2026.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**



---

Prof. Dr. Afonso Tadeu Murad / FAJE (Orientador)



---

Prof. Dr. Elio Estanislau Gasda / FAJE



Documento assinado digitalmente  
MARCO TULIO BRANDAO SAMPAIO PROCOPIO  
Data: 07/05/2026 17:19:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Marco Túlio Brandão Sampaio Procópio / UFJF (Visitante)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, presença constante em minha caminhada, que sustenta meus passos e renova, a cada dia, a esperança e o desejo de um compromisso mais profundo com o seu Reino de fraternidade e justiça.

À minha família, pelo incentivo constante em todos os meus projetos e, de modo especial, à minha mãe, Lucinéa, exemplo de amor, força e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Afonso Murad e Prof. Dr. Francisco das Chagas, pela generosidade, paciência e dedicação com que me acompanharam ao longo deste percurso de pesquisa, sempre me encorajando a seguir adiante.

A todos os professores, funcionários e colegas da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, que, de diferentes formas, contribuíram para a minha formação acadêmica e humana.

Aos meus amigos e amigas, que se fazem presentes de tantas maneiras, tornando o caminho mais leve, alegre e cheio de sentido.

À Turma da Aventura, por me introduzir no universo da Agroecologia e por despertar em mim uma paixão profunda por essa proposta, que hoje também dá sentido a esta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre o paradigma da Ecologia Integral e a Agroecologia, partindo da hipótese de uma correspondência entre os princípios que fundamentam ambas as propostas. A investigação se insere no contexto de uma profunda crise socioambiental, cujas raízes se encontram em uma crise de valores, o que evidencia a urgência de repensar os fundamentos da relação entre a humanidade e a criação, orientando-os pela primazia da vida. Nesse horizonte, destaca-se a contribuição da Igreja Católica, especialmente por meio da encíclica *Laudato Si'*, que propõe o paradigma da Ecologia Integral como um novo modo de compreender e habitar o mundo. Tal perspectiva implica a crítica ao modelo hegemônico de produção e consumo, representado, entre outros, pelo agronegócio, cujos impactos socioambientais revelam limites significativos. Diante disso, a realidade agrária brasileira é interpelada a realizar uma transição de um modelo marcado pela exploração e pelo domínio para outro orientado pela resiliência e pela transformação. Como caminho metodológico, a pesquisa desenvolve-se em três momentos: uma análise histórico-crítica do agronegócio no Brasil; a apresentação de elementos da fé cristã para a interpretação da realidade agrária; e a articulação entre o paradigma da Ecologia Integral e a Agroecologia, compreendida como expressão concreta de um novo modelo de relação com a terra. Conclui-se que a transformação das bases da realidade agrária brasileira configura-se como um processo complexo, em razão de sua formação sócio-histórica e de sua inserção no cenário internacional. Evidencia-se, ainda, que o agronegócio produz impactos socioambientais significativos. Além disso, o conceito de criação passou por um processo de reelaboração teológica, oferecendo contribuições relevantes para o enfrentamento da crise atual. Por fim, identifica-se a existência de um fecundo diálogo entre os fundamentos da Ecologia Integral e da Agroecologia, constituindo um campo promissor para futuras pesquisas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ecologia Integral. Agroecologia. Paradigma. Criação. Agronegócio.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the relationship between the paradigm of Integral Ecology and Agroecology, based on the hypothesis of a correspondence between the principles that underpin both approaches. The study is situated within the context of a profound socio-environmental crisis, whose roots lie in a crisis of values, thus highlighting the urgency of rethinking the foundations of the relationship between humanity and creation, guided by the primacy of life. Within this framework, the contribution of the Catholic Church stands out, particularly through the encyclical *Laudato Si'*, which proposes the paradigm of Integral Ecology as a new way of understanding and inhabiting the world. This perspective entails a critique of the hegemonic model of production and consumption, represented, among others, by agribusiness, whose socio-environmental impacts reveal significant limitations. In this context, the Brazilian agrarian reality is called to undertake a transition from a model marked by exploitation and domination to one oriented toward resilience and transformation. Methodologically, the research is structured in three stages: a historical-critical analysis of agribusiness in Brazil; the presentation of elements of the Christian faith for the interpretation of agrarian reality; and the articulation between the paradigm of Integral Ecology and Agroecology, understood as a concrete expression of a new model of relationship with the land. The study concludes that transforming the foundations of the Brazilian agrarian reality is a complex process, due to its socio-historical formation and its position in the international context. It is also evident that agribusiness produces significant socio-environmental impacts. Furthermore, the concept of creation has undergone a process of theological re-elaboration, offering relevant contributions to addressing the current crisis. Finally, a fruitful dialogue is identified between the foundations of Integral Ecology and Agroecology, constituting a promising field for future research.

**KEYWORDS:** Integral Ecology. Agroecology. Paradigm. Creation. Agribusiness.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |                                                                             |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------|
| ABA     | = Associação Brasileira de Agroecologia.                                    |
| ABAG    | = Associação Brasileira do Agronegócio.                                     |
| ANA     | = Articulação Nacional de Agroecologia.                                     |
| ANVISA  | = Agência Nacional de Vigilância Sanitária.                                 |
| Ap      | = Apocalipse de João.                                                       |
| CAI     | = Complexo Agroindustrial.                                                  |
| CEBs    | = Comunidades Eclesiais de Base.                                            |
| CIMI    | = Conselho Indigenista Missionário.                                         |
| Cl      | = Carta aos Colossenses                                                     |
| CONSEA  | = Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.                   |
| COSAG   | = Associação brasileira de Agribusiness                                     |
| CPT     | = Comissão Pastoral da Terra.                                               |
| DDT     | = Dicloro-Difenil-Tricloroetano.                                            |
| DV      | = <i>Dei Verbum</i> .                                                       |
| EBAAS   | = Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa e Sustentável.             |
| Ef      | = Carta aos Efésios.                                                        |
| EMBRAPA | = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.                              |
| ENA     | = Encontro Nacional de Agroecologia.                                        |
| Ex      | = Êxodo.                                                                    |
| FHC     | = Fernando Henrique Cardoso.                                                |
| Gn      | = Gênesis.                                                                  |
| GS      | = <i>Gaudium et Spes</i> .                                                  |
| IBAMA   | = Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. |
| Jo      | = Evangelho segundo João.                                                   |
| Lc      | = Evangelho segundo Lucas.                                                  |
| LS      | = <i>Laudato Si'</i> .                                                      |
| Lv      | = Levítico.                                                                 |
| MAPA    | = Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.                      |
| Mc      | = Evangelho segundo Marcos.                                                 |
| MST     | = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.                             |
| Mt      | = Evangelho segundo Mateus.                                                 |
| PL      | = Projeto de Lei.                                                           |

|        |                                                                         |
|--------|-------------------------------------------------------------------------|
| PNAPO  | = Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.                |
| Rm     | = Carta aos Romanos.                                                    |
| SAF    | = Sistema Agroflorestal.                                                |
| Sl     | = Salmos.                                                               |
| UDR    | = União Democrática Ruralista.                                          |
| UNESCO | = Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. |
| 1Cor   | = Primeira Carta aos Coríntios.                                         |
| 2Cor   | = Segunda Carta aos Coríntios.                                          |

## SUMÁRIO

|                                                                   |                               |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                 | <b>1</b>                      |
| <b>1 ANÁLISE CRÍTICA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO</b>                | <b>8</b>                      |
| 1.1.1 O capitalismo no campo brasileiro                           | 8                             |
| 1.1.2 Fases do agronegócio                                        | 13                            |
| 1.1.3 Conceito de agronegócio                                     | 18                            |
| 1.2 Aspectos insustentáveis da produção agrícola hegemônica       | 22                            |
| 1.2.1 Monocultura e degradação ambiental                          | 22                            |
| 1.2.2 Desafios da economia de commodities                         | 28                            |
| 1.2.3. Desigualdade e violência no campo                          | 34                            |
| Conclusão                                                         | 39                            |
| <b>2 A LUZ DA FÉ SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA</b>                    | <b>42</b>                     |
| 2.1 Criação e Sagradas Escrituras                                 | 42                            |
| 2.1.1 Centralidade cristológica                                   | 43                            |
| 2.1.2 <i>Imago Dei</i>                                            | 46                            |
| 2.1.3 <i>Shabat</i> : coroa da criação                            | 51                            |
| 2.2 Reflexão teológica sobre a Criação                            | 54                            |
| 2.2.1 Teologia da Criação na história                             | 55                            |
| 2.2.2 Criação e Evolução                                          | 58                            |
| 2.2.3 Apelos contemporâneos à Teologia da Criação                 | 61                            |
| 2.3 Crise socioambiental e Teologia                               | 64                            |
| 2.3.1 Grito da terra, grito dos pobres                            | 65                            |
| 2.3.2 Paradigma da Ecologia Integral                              | 69                            |
| Conclusão                                                         | 72                            |
| <b>3 A CORRESPONDÊNCIA ENTRE AGROECOLOGIA E ECOLOGIA INTEGRAL</b> | <b>75</b>                     |
| 3.1 Introdução à Agroecologia                                     | Erro! Indicador não definido. |
| 3.1.1 Definição de Agroecologia                                   | Erro! Indicador não definido. |
| 3.1.2 Abordagem agroecológica dos agroecossistemas                | Erro! Indicador não definido. |
| 3.2 As iniciativas de produção sustentável no Brasil              | Erro! Indicador não definido. |
| 3.2.1 Políticas em prol da Agroecologia                           | Erro! Indicador não definido. |
| 3.2.2 Desafios para a transição agroecológica                     | Erro! Indicador não definido. |

**3.3 A responsabilidade ética na produção e consumo dos alimentos**\_\_ Erro! Indicador não definido.

**3.3.1 Correspondências entre Ecologia Integral e Agroecologia**Erro! Indicador não definido.

**3.3.2 Responsabilidade ético-cristã diante dos modelos de produção e consumo**\_\_\_\_ Erro! Indicador não definido.

**Conclusão** \_\_\_\_\_ Erro! Indicador não definido.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**\_\_\_\_\_ **110**

**REFERÊNCIAS** \_\_\_\_\_ **116**



## INTRODUÇÃO

A Ecologia Integral tornou-se um eixo central da reflexão contemporânea, sobretudo a partir da publicação da Encíclica *Laudato Si'* em 2015. No âmbito teológico ela não é considerada apenas mais um tema entre outros, mas assumida como verdadeiro paradigma hermenêutico. A partir dessa perspectiva renovada, elabora-se uma compreensão da fé que envolve tanto o Mistério de Deus quanto a realidade criada. Sob essa ótica, os diversos campos da Teologia são revisitados, especialmente no que se refere à interação entre o ser humano e a criação.

A intensificação da crise socioambiental ao longo do século XX evidencia um desequilíbrio estrutural na forma como a humanidade tem habitado a Terra, configurando-se como um interpelante desafio para a reflexão teológica. Esta é convocada a buscar, em suas fontes, os fundamentos que iluminem uma relação hoje marcada por rupturas - como assinala Leonardo Boff - e, simultaneamente, a discernir os sinais dos tempos presentes nessa nova configuração histórica. Inserido nesse horizonte mais amplo, o presente trabalho dedica-se especificamente à temática da agroecologia.

Na *Laudato Si'*, um dos apelos centrais à conversão refere-se aos atuais padrões de produção e consumo. A lógica produtivista, fortemente vinculada ao sistema capitalista, tem provocado graves impactos nas condições biofísicas do planeta e aprofundado desigualdades sociais. Torna-se, assim, urgente a busca por novos modos de organizar a vida econômica e social, fundamentados em valores que reconheçam a primazia da vida como princípio irrenunciável.

Atenta a esses apelos, tanto eclesiais quanto sociais, esta dissertação propõe-se a refletir sobre a relação entre Ecologia Integral e Agroecologia no contexto brasileiro. Trata-se de promover um diálogo entre a Teologia e a Agroecologia, entendida não apenas como prática agrícola alternativa, mas como campo de conhecimento e movimento sociocultural em expansão no Brasil e em diversas regiões do mundo. O recorte territorial justifica-se pela intenção de realizar uma análise contextualizada, ainda que se reconheçam os limites impostos pela extensão e complexidade da realidade brasileira.

A intuição fundamental que orienta esta pesquisa consiste na hipótese de que Ecologia Integral e Agroecologia apresentam significativa convergência em seus princípios estruturantes, especialmente no reconhecimento da centralidade da vida e da interdependência entre os seres. A partir dessa percepção, propõe-se uma interlocução teológica com a Agroecologia, compreendendo-a também em sua dimensão ética. A reflexão teológica, ao

implicar conversão e transformação, não se restringe ao âmbito teórico, mas busca suscitar um novo modo de agir, fundado em escolhas concretas que expressem um olhar renovado sobre a criação.

A crise socioambiental manifesta-se de forma multifacetada e interconectada, exigindo abordagens plurais e integradas. Diante de sua complexidade, torna-se insuficiente a adoção de respostas unilaterais. Nesse cenário, o olhar da fé, com suas especificidades, possui contribuição singular a oferecer, ao mesmo tempo em que se deixa interpelar pelas urgências do presente. Entre os diversos aspectos que compõem essa crise, destacam-se os sistemas contemporâneos de produção e consumo de alimentos.

No Brasil, essa questão assume particular relevância. O país ocupa posição de destaque no mercado internacional como grande produtor e exportador de commodities agrícolas. Entretanto, essa expressiva produtividade convive com profundas desigualdades sociais, revelando fragilidades na distribuição de riquezas e no acesso aos bens básicos. O contraste entre o protagonismo agroexportador e os índices de pobreza indica que os benefícios do agronegócio concentram-se em parcelas restritas da sociedade. Ademais, o modelo agrícola predominante tem provocado impactos significativos nos ecossistemas, alterando dinâmicas naturais e comprometendo a biodiversidade.

Esses efeitos tornam-se visíveis, por exemplo, na expansão das monoculturas, que empobrecem o solo e demandam elevado uso de agrotóxicos, com consequências que atingem tanto os ecossistemas quanto a saúde humana. Embora esse sistema favoreça a maximização da produção em curto prazo, ele frequentemente ignora os ritmos próprios da natureza e os limites ambientais. O aumento quantitativo da produção beneficia setores específicos, enquanto os custos socioambientais recaem sobre comunidades locais, pequenos agricultores e sobre o conjunto da sociedade. Em contraposição, a Agroecologia propõe formas de produção e consumo orientadas pela sustentabilidade, pela inclusão social e pela valorização da diversidade. Nesse modelo, os diferentes componentes do agroecossistema são integrados e reconhecidos em sua função própria. A comunidade humana não é considerada externa, mas parte constitutiva desse sistema. Por essa razão, a dimensão cultural e a valorização dos saberes locais tornam-se elementos essenciais na prática agroecológica.

A proposta da Ecologia Integral, apresentada pelo Papa Francisco, está intimamente ligada à busca por novas maneiras de habitar a casa comum. Para a fé cristã, tais caminhos, quando orientados ao bem e à promoção da vida, encontram consonância com o projeto salvífico de Deus. A salvação manifestada em Cristo expressa-se no desejo de que todos tenham vida em abundância (cf. Jo 10,10). Nesse horizonte, iniciativas que promovem a vida e

restauram vínculos rompidos podem ser reconhecidas como sinais do Reino. É nesse sentido que se situa a Agroecologia. A reflexão teológica não se ocupa dela em sua dimensão técnica, mas busca discernir, nessas práticas, sementes do Reino, capazes de inspirar uma reeducação do estilo de vida e uma transformação das estruturas que geram degradação socioambiental.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar a Agroecologia como alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio, compreendendo-a como expressão concreta da Ecologia Integral na promoção da vida social e ambiental. À luz do plano salvífico de Deus, pretende-se suscitar na consciência cristã uma reflexão crítica acerca das implicações dos sistemas agrícolas e da responsabilidade ética envolvida nos modos de produção e consumo.

A investigação organiza-se em três eixos principais. O primeiro consiste na análise crítica do agronegócio no Brasil, considerando seus impactos ambientais, suas implicações socioeconômicas e as estruturas que o sustentam. O segundo busca oferecer uma leitura da realidade agrária à luz da fé cristã, fundamentada nas Sagradas Escrituras, no Magistério e na reflexão teológica contemporânea. Por fim, o terceiro eixo dedica-se a evidenciar a convergência entre Ecologia Integral e Agroecologia, explicitando seus princípios, desafios e consequências práticas. Ao explicitar essa articulação, pretende-se demonstrar que a Agroecologia não constitui apenas alternativa técnica, mas expressão coerente de uma visão cristã de cuidado com a criação, justiça social e promoção integral da vida.

O primeiro capítulo dedica-se a desenvolver uma análise crítica do agronegócio brasileiro, partindo da compreensão de que sua consolidação como modelo hegemônico de produção não pode ser dissociada da formação sócio-histórica do País. Para tanto, realiza-se, inicialmente, um percurso histórico-descritivo que evidencia como a estrutura agrária nacional foi sendo constituída sob a lógica da concentração fundiária, da exploração da terra e do trabalho e da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho. Ao situar o agronegócio no interior desse processo mais amplo, o capítulo busca demonstrar que sua emergência não representa uma ruptura com o passado, mas antes a atualização contemporânea de dinâmicas estruturais já presentes desde o período colonial.

Em um segundo momento, a reflexão concentra-se na explicitação das bases conceituais, econômicas e políticas que sustentam o agronegócio enquanto projeto. Analisa-se a incorporação do conceito de agribusiness ao contexto brasileiro, bem como sua articulação com o capital financeiro, com as políticas estatais e com a lógica global de produção de commodities. Nesse horizonte, o capítulo examina as diferentes fases de consolidação do setor, destacando os elementos que contribuíram para sua centralidade na economia nacional e para sua legitimação simbólica no imaginário social.

Por fim, são apresentados os principais desdobramentos socioambientais desse modelo produtivo, considerando seus impactos sobre os ecossistemas, as populações do campo e as dinâmicas territoriais. Abordam-se questões como a expansão das monoculturas, o uso intensivo de agrotóxicos, a mercantilização dos alimentos, os conflitos fundiários e as múltiplas formas de violência associadas à expansão da fronteira agrícola. Sem antecipar juízos conclusivos, o capítulo oferece os fundamentos analíticos necessários para a problematização teológica que será realizada posteriormente, preparando o terreno para a investigação acerca da possibilidade de alternativas que promovam relações mais justas entre humanidade, terra e sociedade.

O segundo capítulo desenvolve um percurso sistemático que revisita as fontes da Teologia - especialmente as Sagradas Escrituras e o Magistério da Igreja - com o intuito de olhar para o desafio da realidade agrária brasileira a partir da fé. Trata-se de um movimento de retorno às fontes, não como exercício meramente teórico, mas como busca de fundamentos capazes de iluminar criticamente o presente. Para isso, o capítulo aprofunda alguns eixos bíblicos centrais, como a Criação, o *Imago Dei* e o Shabat, compreendidos não de forma isolada, mas como categorias estruturantes da relação entre Deus, o ser humano e o mundo criado. Esses temas são abordados enquanto expressões de uma visão relacional da existência, na qual a terra não é reduzida a objeto de exploração, mas reconhecida como dom e espaço de comunhão.

Na sequência, o capítulo apresenta como o tema da criação foi elaborado e desenvolvido ao longo da tradição teológica, evidenciando seus desdobramentos na reflexão cristã. Essa retomada culmina na teologia da criação, entendida como fundamento a partir do qual a teologia pensa o mundo criado e o papel do ser humano em seu interior. Ao reafirmar a centralidade da criação como categoria teológica, o texto procura demonstrar sua relevância para o discernimento ético contemporâneo, sem desconsiderar os aportes das ciências, especialmente no que se refere à evolução. Assim, o capítulo encerra-se evidenciando que a fé na criação, longe de se opor ao conhecimento científico, oferece um horizonte de sentido capaz de sustentar e inspirar uma nova forma de relação entre o ser humano e o mundo.

O terceiro capítulo desenvolve, de modo sistemático, o percurso que articula a reflexão teológica precedente com a realidade concreta da agroecologia. Inicia-se com uma introdução ao conceito de agroecologia, apresentando suas bases teóricas, sua abordagem interdisciplinar e sua compreensão ampliada dos sistemas agroalimentares. Busca-se evidenciar que a agroecologia não se restringe a um conjunto de técnicas agrícolas, mas constitui uma perspectiva que integra dimensões ecológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas, propondo outra racionalidade na relação entre ser humano, terra e comunidade.

Em seguida, o capítulo examina o desenvolvimento da agroecologia no contexto brasileiro, situando seu surgimento, sua consolidação como campo científico e movimento social, bem como as políticas públicas que favoreceram sua institucionalização. São analisadas as iniciativas estatais voltadas à promoção da agroecologia, ao mesmo tempo em que se evidenciam os limites estruturais que ainda marcam a transição agroecológica no país. Nesse horizonte, emergem os desafios econômicos, políticos e culturais que tensionam a coexistência entre o modelo hegemônico do agronegócio e as propostas agroecológicas, ressaltando-se a dimensão ética implicada nas escolhas produtivas e nos padrões de consumo.

A partir desse panorama, o capítulo retoma a compreensão de ecologia integral desenvolvida no segundo capítulo, estabelecendo um diálogo explícito entre seus fundamentos e os princípios da agroecologia. São apresentados os pontos de convergência - como a centralidade da vida, a interdependência entre as dimensões da realidade, o cuidado com a criação e a justiça social -, bem como as possíveis divergências ou tensões entre os dois horizontes conceituais. Ao explicitar essas aproximações e distinções, busca-se oferecer um discernimento teológico acerca da agroecologia como expressão histórica concreta de um modo alternativo de habitar o mundo. O capítulo encerra-se com uma reflexão de caráter ético, apontando para a responsabilidade cristã diante dos modelos de produção e consumo e para a necessidade de escolhas coerentes com o projeto de Deus para a criação.

A metodologia adotada nesta dissertação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, tomando como referência tanto teólogos quanto estudiosos da agroecologia e da formação histórica do agronegócio brasileiro. Inicialmente, o trabalho apresenta o processo de consolidação do agronegócio no país, bem como os impactos socioambientais decorrentes desse padrão produtivo. Em seguida, desenvolve-se uma reflexão sobre a realidade agrária nacional à luz da fé cristã. Por fim, estabelece-se um diálogo entre o paradigma da Ecologia Integral e a Agroecologia, com o propósito de evidenciar a convergência entre essas perspectivas e suscitar uma consciência ética cristã acerca das práticas de produção e consumo.

A abordagem da Agroecologia no âmbito teológico revela-se especialmente significativa quando considerada à luz da perspectiva da Ecologia Integral. A encíclica *Laudato Si'* convoca a uma autêntica conversão do olhar e das práticas, que inclui a transformação dos atuais padrões de produção e consumo. Nesse contexto, esta investigação, de natureza teológica, examina os fundamentos que sustentam a agroecologia, bem como sua implicação ética. Tais elementos dialogam com o horizonte da Ecologia Integral, que convida à reconstrução da relação com a criação, compreendida a partir da interdependência e do reconhecimento da dignidade própria de cada ser.

Os padrões contemporâneos de produção e consumo no Brasil - em especial aqueles vinculados ao agronegócio - configuram uma dinâmica de domínio e instrumentalização da natureza, na qual tanto o solo quanto o próprio ser humano passam a ser subordinados à lógica da rentabilidade. Aquilo que foi criado para a plenitude da vida é reduzido à condição de recurso, orientado prioritariamente pela maximização econômica. Tal racionalidade contrasta com o desígnio salvífico de Deus, cuja ação criadora se manifesta na gratuidade e no amor. Nesse horizonte, torna-se tarefa urgente e profética que a fé cristã assuma uma postura crítica diante dessa configuração histórica e indique caminhos de conversão na forma como a humanidade se vincula à criação, à luz da teologia da criação.

Embora indique a agroecologia como horizonte promissor e alternativa viável, a teologia, enquanto área de conhecimento, encontra limites ao abordar aspectos técnicos dessa temática. Este trabalho apoia-se em referenciais consolidados nesse âmbito, mas não se propõe a desenvolver detalhadamente questões específicas e conceitos ligados às ciências naturais, tais como solo vivo, compostagem ou sistemas de consórcio, entre outras práticas. Outro aspecto relevante nesse debate é o protagonismo feminino. Esta investigação buscou reconhecer e fundamentar tal contribuição; contudo, em razão do tempo disponível e de outros desafios acadêmicos, não foi possível aprofundar de modo sistemático a produção intelectual de pesquisadoras da área, embora autoras expressivas, como Ana Primavesi e Vandana Shiva, tenham sido mencionadas e consideradas ao longo da reflexão.

Ao tratar dessa questão, procurou-se também evitar interpretações que atribuem à lógica capitalista-industrial uma origem masculina, identificada exclusivamente com a racionalidade, e que, em contrapartida, defendem a necessidade de resgatar um suposto princípio feminino, associado à sensibilidade, como solução para a crise socioambiental. Tal leitura, marcada por construções culturais de gênero, corre o risco de reforçar polarizações reducionistas. Parte-se, aqui, da compreensão de que razão e sensibilidade constituem dimensões próprias do ser humano - homens e mulheres - e que a superação das dinâmicas de dominação exige uma transformação ética e cultural mais ampla, não a reafirmação de estereótipos.

O aprofundamento sobre a agroecologia no âmbito teológico é relevante tanto do ponto de vista da elaboração teórico-científica como também da práxis de fé. A agroecologia aponta caminhos novos para o relacionamento entre o ser humano e a terra, sob uma perspectiva da integralidade ecossistêmica. A produção e o consumo dos alimentos supera a dimensão mercadológica, mas significa a fonte de nutrição da vida, e vive-versa, pois todo o agroecossistema é considerado como circulação de vida. Essa compreensão gera um novo ethos, no qual sistemas ecológicos e sociais dependem um do outro.

Nesse sentido, a reflexão teológica é desafiada a dialogar com as ciências agrárias, ambientais e sociais, reconhecendo na agroecologia não apenas um conjunto de técnicas produtivas, mas um paradigma que integra saberes, práticas e valores voltados para o cuidado da vida. Ao considerar a terra como espaço de relações e de reciprocidade entre os seres vivos, a agroecologia abre um campo fecundo para a teologia repensar a relação entre criação, ser humano e responsabilidade ética diante da Casa Comum. Assim, o diálogo entre teologia e agroecologia contribui para ampliar os horizontes da reflexão cristã sobre a criação, a justiça socioambiental e o cuidado com a vida em sua totalidade.

Do ponto de vista eclesial, essa temática encontra ressonância no magistério recente da Igreja, especialmente nas reflexões sobre ecologia integral e cuidado com a criação. Ao reconhecer os impactos socioambientais do modelo agrícola dominante e suas consequências para os mais pobres, a Igreja é chamada a promover práticas e reflexões que favoreçam modos de produção e de consumo mais justos, solidários e sustentáveis. Nesse contexto, a agroecologia pode ser compreendida como um caminho concreto de vivência do cuidado com a criação, articulando espiritualidade, ética e compromisso social.

Dessa forma, refletir teologicamente sobre a agroecologia não significa apenas abordar uma questão ambiental ou produtiva, mas contribuir para a construção de uma visão integral da vida, na qual fé, ciência e prática social se encontram na promoção da dignidade humana e do equilíbrio da criação. A relevância desta pesquisa, portanto, reside na possibilidade de aproximar a reflexão teológica das experiências concretas de cuidado com a terra e com a vida, favorecendo uma compreensão mais ampla da responsabilidade humana diante da criação.

Para compreender a emergência dessas alternativas, torna-se necessário, inicialmente, analisar criticamente o modelo agrícola hegemônico que marcou a modernidade e que ainda estrutura grande parte da produção de alimentos no mundo contemporâneo. Nesse sentido, o primeiro capítulo apresenta uma análise histórico-crítica do agronegócio no Brasil, evidenciando os processos que contribuíram para sua consolidação, bem como seus principais impactos ambientais, sociais e econômicos. Tal percurso permitirá situar os limites desse modelo e preparar o terreno para a compreensão da agroecologia como horizonte alternativo de relação entre sociedade, terra e produção de alimentos.

## 1 ANÁLISE CRÍTICA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O primeiro capítulo desta dissertação parte da compreensão de que o modelo econômico brasileiro, historicamente orientado por uma lógica primário-exportadora, constitui uma das principais raízes da atual crise socioambiental do País. Iniciar por essa questão é fundamental para entender como a estrutura agrária brasileira, profundamente marcada pela exploração de terras e povos, contribui para a manutenção da desigualdade social e da degradação ambiental. O eixo central da análise está na crítica ao modelo de desenvolvimento promovido pelo agronegócio, que destrói sua própria base de sustentação por meio do desmatamento, da utilização intensiva de agrotóxicos e da geração de conflitos fundiários. Para isso, o capítulo se estrutura em duas partes: uma abordagem histórico-descritiva das fases do agronegócio no Brasil e uma análise crítica de suas principais consequências ambientais, sanitárias e sociais.

Entre os autores de referência, destaca-se o economista Guilherme Delgado, cuja obra *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio* oferece um panorama das transformações estruturais do setor. Também será fundamental a contribuição do antropólogo Caio Pompeia, em *Formação Política do Agronegócio*, ao discutir a articulação entre esse modelo e os projetos políticos desde a Ditadura Militar até o governo Bolsonaro. Por fim, a filósofa e ambientalista Vandana Shiva, em *Monoculturas da Mente*, oferecerá importantes elementos para a crítica ao paradigma monocultural e suas implicações ecológicas e sociais.

### 1.1.1 O capitalismo no campo brasileiro

Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo. Agro: a Indústria riqueza do Brasil. Quem nunca ouviu esta afirmação passando pelas propagandas de televisão enaltecendo o agronegócio como capaz de tudo e responsável por tudo? De fato, a atividade agrícola marca e determina a história do desenvolvimento econômico brasileiro. No ano de 2020, o agronegócio alcançou participação de 26,6% no PIB brasileiro<sup>1</sup>. No âmbito internacional, o Brasil ocupa uma posição

---

<sup>1</sup> CNA. PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. CNA, Brasília, 2021, não paginado. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020#:~:text=O%20PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro,a%20quase%20R%24%202%20trilh%C3%B5es>. Acesso em: 12 mar. 2025.

de destaque, sendo considerado o 2º maior exportador de produtos agrícolas do mundo, e o 4º maior produtor de grãos (soja, milho, algodão, arroz e feijão)<sup>2</sup>, além da carne bovina.

No entanto, essa riqueza que é produto do setor primário no País, apesar de estar presente nas TVs das famílias brasileiras, não está nas mesas de grande parcela da população. O tema da desigualdade e seus desdobramentos são absorvidos pelas propagandas que transmitem uma imagem inovadora e lucrativa do Agro. O mesmo país que atinge marcas de destaque no ranking de produção e exportação, é o que volta ao mapa da fome em 2022, superando gravemente a média global<sup>3</sup>. Este paradoxo entre alta produção e insegurança alimentar, verificado na realidade das famílias brasileiras, lança questionamentos ao caminho feito pela economia brasileira até o momento. Além disso, desafia a análise dos custos e consequências do desenvolvimento do setor primário no Brasil, que supera o âmbito nacional, posicionando o país no âmbito internacional.

O desenvolvimento econômico baseado na exportação de produtos agrícolas está carregado de custos onerosos aos povos e terras brasileiras, desde os primórdios de sua história. Ele traz consigo alta dose de desigualdade, de escravidão e exploração, de destruição ambiental. Não obstante, a história do Brasil também está marcada pela resistência dos povos tradicionais, ribeirinhos, pequenos agricultores, mulheres, movimentos populares de luta, artistas, entre outros tantos que tornam o Brasil um país admirável em hospitalidade, diversidade e alegria. Ao lado das marcas de contínua exploração, há um povo esperançoso, que encontra no futebol, na religiosidade, na festa e na arte, a força para sobreviver.

Desde a chegada dos portugueses até os dias atuais, a economia no setor primário não esteve voltada para a população brasileira. A história dos ciclos econômicos retrata uma trajetória de exploração, não somente dos recursos naturais do país, bem como da força de trabalho, seja de brasileiros, seja de estrangeiros. O período colonial foi marcado pela atividade extrativista, de Pau-brasil à Cana de açúcar; da Cana de açúcar ao ouro. O desfecho do ciclo de mineração no final do séc. XVIII foi seguido pela implantação da economia de plantagem, protagonizada pelo cultivo de algodão e café. A primeira metade do séc. XIX se caracterizou pela transição ocasionada pela conquista da Independência. O ano de 1850 marca, assim, uma

---

<sup>2</sup> EMBRAPA. Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo. *EMBRAPA*, Brasília, 2021, não paginado. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo-2021>. Acesso em: 12 mar. 2025.

<sup>3</sup> FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Prevalence of moderate or severe food insecurity in the total population (percent) (3-year average). *FAO*, 2025, não paginado. Disponível em: <https://www.fao.org/interactive/hunger-map/en/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

nova etapa econômica do País, através do cultivo e exportação de café, cana-de-açúcar, algodão e borracha<sup>4</sup>.

Ao olhar para a história da economia agrícola no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, é imprescindível considerar que ela se desenvolve marcada pela concentração fundiária e pela exploração da mão de obra, seja no regime escravista, seja no regime capitalista. A questão agrária brasileira está intrinsecamente ligada à complexa formação sócio-histórica do País. No regime colonial, a distribuição de terras dava-se por meio do sistema chamado de sesmarias. Nele, a concessão de propriedades, consideradas patrimônio do rei, acontecia a partir de requisitos ligados ao status social e aos serviços prestados à Coroa. Percebe-se, desde já, um sistema excludente, restrito a homens brancos e católicos. Esta estruturação das classes sociais no país, iniciada no sistema colonial, não sofre grandes alterações ao longo da história, e acaba por sustentar o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho capitalista, cuja atividade exportadora está baseada na monocultura latifundiária.

A distribuição de terras foi sofrendo redefinições pautadas nos interesses comerciais, seja no período colonial, seja na república. Em meados do século XVI, por exemplo, a Coroa passou a doar terras somente àqueles que provassem dispor de recursos para explorá-la e protegê-la. Estes novos critérios estavam relacionados à exploração da cana-de-açúcar e aos engenhos. Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento econômico brasileiro, estreitamente vinculado à atividade primária, deu-se no contexto da concentração de terras. Desde o período colonial, o desenvolvimento econômico no Brasil foi injustamente monopolizado pelas elites. Com a conquista da Independência em 1822, o regime de sesmarias foi suspenso. No entanto, uma aristocracia agrária já havia sido consolidada pela estrutura colonial. Assim, do ponto de vista da distribuição de terras não houve mudanças significativas. Sobre isso, afirma Alentejano:

A história da questão agrária no Brasil é a história da não realização da reforma agrária, fazendo da história agrária deste país a história do predomínio absoluto do latifúndio nas suas várias facetas: base do poder e da violência no campo; bastião da improdutividade da terra no Brasil; celeiro da recente modernização agrícola, conservadora, brasileira, da qual resultou mais recentemente o agronegócio.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> BARBOZA, D. R. Políticas de terra e trabalho no período pré-republicano: elementos para pensar a questão agrária no Brasil. *Trabalho necessário*, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1-30, jan./ abr. 2022, p. 6-7.

<sup>5</sup> ALENTEJANO, P. *A questão agrária no Brasil*. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO J. (Orgs.). *Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora*. Uberlândia: Navegando, 2020, p. 225.

Como dito anteriormente, a segunda metade do século XIX é marcada pela ativação da economia de plantagem, antes estritamente destinada à subsistência. Nesse momento, o capital é gerado pela agricultura e pela expansão dos setores manufatureiro e de serviços. Essa nova etapa econômica, consequente dos interesses coletivos da aristocracia agrária, é marcada pela contínua exploração da mão de obra. Com a extinção do tráfico negreiro, tornou-se difícil o recrutamento de trabalhadores nacionais para as lavouras de café nas regiões sul e sudeste. Grande parte dos trabalhadores nordestinos já estavam envolvidos com a exploração da borracha na região amazônica.<sup>6</sup> Desse modo, entre 1880 e 1914, inicia-se uma maciça imigração de trabalhadores estrangeiros de origem alemã, espanhola, italiana, portuguesa, russa, polonesa, entre outros.<sup>7</sup>

Com a abolição da escravidão, a relação dos proprietários da terra com os trabalhadores livres deveria ser distinta da relação entre senhor e escravo, predominante no regime anterior. No entanto, o poder coercitivo do senhor sobre o trabalhador manteve-se através de mecanismos diferentes. Antes, a condição cativa determinava o poder do senhor sobre o escravo, e o lucro do fazendeiro regulava a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador. O trabalhador livre, por sua vez, era considerado juridicamente igual ao patrão, portanto, os mecanismos de coerção capazes de forçar o trabalhador a oferecer o seu trabalho no ritmo e na disciplina da fazenda cafeeira precisavam ser outros. Diante desta necessidade, criou-se uma nova regularização da terra. Eis o que afirma José de Souza Martins a este respeito:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje.<sup>8</sup>

Surgiu, assim, a Lei de Terras de 1850, nova legislação fundiária que representou o novo modo de obter trabalho livre, criando obstáculos para o acesso à propriedade rural. A terra, a partir de então, só poderia ser adquirida por meio da compra. Ao trabalhador pobre restou oferecer seus serviços em prol de terceiros. A Lei de Terras representa a união do Estado com os interesses econômicos dos fazendeiros. A propriedade do trabalhador livre é somente a sua força de trabalho, conforme defende Karl Marx.

---

<sup>6</sup> IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 34.

<sup>7</sup> GONÇALVES, P. C. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p.283-308, 2014.

<sup>8</sup> MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 42.

Apesar de que a gênese do agronegócio ou agricultura capitalista no Brasil seja datada por volta de 1990, tema que será exposto posteriormente, a lógica concentradora e desigual, baseada na exploração do trabalho, já estava presente no campo brasileiro, desde o princípio da formação sócio-histórica do País. O capitalismo se estabelece, assim, sob a condição material do trabalhador despossuído. Lamentavelmente, essa questão estrutural sob a qual se desenvolve a riqueza econômica brasileira permanece intacta, concentrando terra e lucro nas mãos de poucos, em detrimento do sofrimento de muitos, privados da propriedade. Assim como afirma Guilherme Delgado, o Agro parece ser uma ilusão:

A realidade do agronegócio brasileiro é, na verdade, uma grande contradição, porque realiza a associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial (lucro + renda da terra) de caráter fortemente excludente: dos índios, da reforma agrária, do emprego da força do trabalho não qualificada, do meio ambiente protegido, da função social da propriedade fundiária etc.<sup>9</sup>

A perversidade estrutural desse sistema de produção e geração de riqueza se sustenta a partir da articulação de muitas forças, que privilegiam alguns em detrimento de muitos outros. Como já mencionado, a realidade da concentração fundiária e os processos regulatórios de terras no Brasil favoreceram aos interesses de certos grupos. O acesso aos recursos e bens do País não foi oferecido a todos, e é imprescindível reconhecer que os mecanismos do regime escravocrata seguiram presentes ao longo da história, sob outras roupagens.

Esse sistema de contínua exploração e dominação, o qual este trabalho identifica como agronegócio ou capitalismo no campo, é fortalecido pela convergência de forças ideológicas, políticas, científicas e midiáticas. O Estado, como já mencionado, desde o princípio do desenvolvimento econômico no Brasil, privilegiou os interesses de uma aristocracia agrária. Esse aliamento seguiu, como se pode verificar na recente história política do país, com as crescentes investidas em favor do agronegócio, como por exemplo, o chamado Pacote da Destruição<sup>10</sup>. Tendo identificado as primícias da lógica capitalista na história do desenvolvimento econômico brasileiro, intrinsecamente articulada ao período colonial, o próximo tópico analisa as fases do agronegócio no Brasil, com base no trabalho do economista Guilherme Delgado.

---

<sup>9</sup> DELGADO, G. C. O agronegócio: realidade e fantasia rondando o país. *Correio da Cidadania*, Economia. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed385/economia.htm>. Acesso em: 15 mar. 2025, não paginado.

<sup>10</sup> Conjunto de mais de 20 projetos de lei incluindo temas como: liberação de agrotóxicos, facilitação da grilagem de terras, alterações no licenciamento ambiental e demarcação de terras indígenas, nos últimos anos.

### 1.1.2 Fases do agronegócio

O agronegócio, a princípio compreendido como industrialização da agropecuária, instalou-se no Brasil a partir da década de 1960, no contexto dos planos desenvolvimentistas propostos pela Ditadura Militar. A modernização do campo estava entre os objetivos do desenvolvimento econômico desta época. As práticas agrícolas operadas no Brasil até então eram consideradas tradicionais e rudimentares, e, diante da crescente industrialização e urbanização, deveriam passar por transformações. Porém, o crescimento populacional não foi a única motivação para a industrialização do setor primário. A modernização da agricultura foi, antes, uma resposta à pressão das empresas multinacionais que investiram capital na indústria de equipamentos e insumos agrícolas, e buscavam ampliar sua produção a partir da demanda brasileira<sup>11</sup>.

O interesse capitalista foi, assim, fundamental no processo de industrialização da agricultura no Brasil. Ele foi favorecido pelo Estado, que possibilitou aos produtores acesso aos recursos necessários para a mecanização do campo. A expansão do agronegócio no Brasil se deu por meio de incentivos do próprio Estado, através de créditos rurais, maquinários agrícolas e uso de fertilizantes químicos. A década de 1960 foi, então, marcada pelo processo de modernização da agricultura. Alguns indicadores comprovam isso, tais como a intensificação da venda de tratores e do consumo de fertilizantes.

Entre 1965 e 1980, a venda de tratores saltou de 8.401 para 50.195 unidades, com picos registrados em 1975 e 1976. No caso do uso de fertilizantes, constata-se que, em 1964, o consumo no Brasil era de 8,3 kg por hectare; em 1970, passou para 27,8 kg - um aumento de mais de três vezes em apenas seis anos - e, em 1975, chegou a 44,5 kg,<sup>12</sup> o que representa um crescimento de mais de cinco vezes em relação ao consumo registrado no início da década. Esses dados refletem a rapidez e a intensidade da modernização agrícola promovida no período.

Em torno de 1970, formam-se, no Brasil, os Complexos Agroindustriais (CAI), integrando os setores agrícolas e industriais. Um CAI é um conjunto de atividades econômicas

---

<sup>11</sup> “Uma das estratégias do *agribusiness* emergente nos Estados Unidos, por exemplo, foi a criação de um órgão público-privado com a função de organizar a atuação das empresas no exterior. O chamado *Agribusiness Council* propunha-se como operador prático da noção de *agribusiness* em países em desenvolvimento. Este contexto foi potencializado pela Revolução Verde, expressão usada para nomear os ganhos de produtividade, em países em desenvolvimento, resultantes do uso de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, entre outras tecnologias” (POMPEIA, Caio. *Formação Política do Agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 60-62).

<sup>12</sup> GONZALEZ, B. C. de R.; COSTA, S. M. A. L. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 7-35, mai. 1998. DOI: <https://doi.org/10.5335/rtee.v5i10.4774>. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4774>. Acesso em: 10 abr. 2025, p. 11.

inter-relacionadas, envolvendo produção de insumos, processamento e distribuição de produtos agrícolas e derivados. Há, neste momento, uma mudança impactante na economia externa do País.

Os sistemas agroindustriais criados ou fortalecidos e tecnicamente melhorados nos anos 1970 constituem uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim como sua diversificação e integração às múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais. Neste sentido, marcam uma grande diferença com relação à política externa dos anos 1950, que privilegiava o café e por isso o tornara praticamente exclusivo como grande produto de exportação<sup>13</sup>

Essa modernização é caracterizada por alguns autores com um caráter conservador, uma vez que ocorreu sem alteração da estrutura fundiária, que seguiu concentrada nas mãos de poucos. Os latifundiários foram os beneficiados pela, então, inovação no campo. O caráter excludente da questão agrária no Brasil seguiu sendo intocável com a industrialização, e sob este caráter se estruturou o agronegócio. Assim, apesar dos avanços na produção e exportação do setor primário, não houve progresso do ponto de vista da reforma agrária. Portanto, por trás de um processo de expansão e desenvolvimento econômico, ampliou-se uma realidade dura de exclusão e exploração.<sup>14</sup>

Os anos entre 1965 e 1981 foram marcados, assim, pelo crescimento da agricultura. Apesar deste cenário de desenvolvimento, na década de 1980 o País enfrentou uma crise econômica ocasionada pelo endividamento externo. A causa mais direta de tal cenário foi a reversão dos fluxos de financiamento externo, após a moratória mexicana de 1982<sup>15</sup>. Surgiu, então, a necessidade da geração de saldos comerciais, a fim de restabelecer a balança comercial e frear o aumento da dívida externa. O Governo Militar, sob a coordenação de Delfim Neto, então Ministro do Planejamento, buscou estratégias no intuito de aumentar o saldo da balança comercial brasileira. A opção consistiu na expansão das exportações de produtos básicos e agroprocessados. Assim, se na década de 1960 a agricultura parecia ser um entrave ao desenvolvimento econômico do País, na década de 1980, o setor primário passou a ser fundamental para a geração de saldo comercial.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> DELGADO, G. C. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 17.

<sup>14</sup> PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87, set./dez. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

<sup>15</sup> A suspensão mexicana no pagamento da dívida externa - consequente de vários fatores - teve um impacto muito negativo na economia latino-americana.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, C. L. F. A construção histórica do agronegócio e a questão agrária. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 20-35, Jul./Dez. 2015. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/315>. Acesso em: 04 ago. 2025, p. 26.

O contexto político de redemocratização, no final da década de 1980, marca uma nova fase na história do agronegócio brasileiro com os governos neoliberais. Em razão deste novo caráter político do país, muitas instituições estatais e políticas de incentivo da produção e expansão agrícola, criadas no contexto da modernização conservadora, foram desarticuladas:

Com relação à agricultura, as modificações trazidas pelos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso buscaram a minimização na intervenção do Estado, acabando com instituições estatais ligadas à atividade agrícola, como os institutos de fomento por produto, bem como diminuindo o volume de crédito rural concedido, ou seja, houve uma redução substancial nas atividades estatais de estímulo à agricultura.<sup>17</sup>

A geração de saldos comerciais por meio das agroexportações deixou de ser prioridade. Em seu lugar, foi adotado o Plano de Estabilização Monetária - o Plano Real - cuja principal meta era o combate à hiperinflação. Essa nova estratégia incentivou a entrada de capital externo no Brasil. A minimização da ação do Estado no setor primário impactou fortemente o movimento de expansão da agricultura, provocando uma queda no valor dos produtos e das terras. Os anos entre 1994 e 1999 foram, assim, de queda nos preços das commodities, desmonte da política agrícola e comercial e elevação das importações. Conforme salienta Guilherme Delgado, mesmo diante da nova relação entre o Estado e Setor primário no período neoliberal, e as consequências geradas na desvalorização da terra e dos produtos agrícolas, não houve qualquer mudança do ponto de vista sócio-estrutural:

Mesmo durante os governos neoliberais da década de 1990, que, por meio de políticas econômicas altamente liberalizantes, geraram a desvalorização no preço da terra e o nível da renda dos produtores, o que facilitaria, do ponto de vista financeiro, a reforma agrária, pois a tornaria mais barata, bem com diminuiria o poder econômico dos latifúndios, não houve qualquer atuação estatal nesse sentido. Não se utilizou de mecanismos que pudesse reorganizar a estrutura fundiária, em favor das pequenas e médias propriedades.<sup>18</sup>

A política econômica adotada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por constantes déficits levando o País novamente a uma crise cambial no final da década de 1990<sup>19</sup>. Há, assim, um movimento de alteração da política de comércio exterior com

<sup>17</sup> DELGADO, *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio*, p. 83.

<sup>18</sup> DELGADO, *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio*, p. 82.

<sup>19</sup> “Os anos de 1982 e 1999 têm algo em comum para o Brasil. São marcos de duas graves crises cambiais, que em cada contexto histórico demarcaram grave desorganização do sistema econômico. Isso pressiona a adoção de ajustes conjunturais, que implicam em forçada reestruturação econômica, tendo em vista atender o constrangimento externo. Nesse contexto, o lugar da agricultura terá papel macroeconômico muito relevante, muito além do tamanho específico do setor agrícola na contabilidade nacional do Produto Interno Bruto” (DELGADO, *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio*, p. 78).

o objetivo de melhorar o saldo da balança comercial brasileira. Mais uma vez, as exportações de produtos agrícolas foram vistas como solução para a crise, reposicionando o setor primário como setor estratégico da economia brasileira. No segundo mandato FHC há, portanto, uma reedição do modelo de ajustamento externo pelo setor primário. Inicia-se, assim, nos anos 2000, uma nova fase do agronegócio brasileiro chamada de reprimarização da política comercial brasileira, na qual foram retomados os incentivos estatais na produção e exportação de commodities. O relançamento do agronegócio neste período contou com investimento em infraestrutura territorial, direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), baixa regulação do mercado de terras, entre outras iniciativas públicas.<sup>20</sup>

A partir dos anos 2000 a história da economia brasileira é marcada por um grande aumento na produção e preço dos produtos agrícolas. Esta é classificada como a terceira fase da agricultura capitalista por Guilherme Delgado, na qual já se pode falar em agronegócio propriamente dito, por tratar-se de um modelo de acumulação de capital no campo.

[...] é somente no terceiro período que de fato há a consolidação do que chamamos de agronegócio. Em resumo, podemos afirmar que o setor tem como marca a expansão da “produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial”.<sup>21</sup>

Desse modo, o conceito de agronegócio, a partir da realidade brasileira, vai se complexificando, não se restringindo mais à inovação e tecnologia no campo, mas trata-se de um sistema de adequação da produção dos bens primários ao capital financeiro internacional. Tal sistema se assenta sob a concentração fundiária e políticas públicas do Estado. O ritmo da produção e venda é moldado pelos interesses do capital investido. O sistema bancário, por si só ou unido ao Estado, determina os parâmetros financeiros que irão balizar a produção rural. A terceira etapa do agronegócio brasileiro, a qual segue vigente até os dias de hoje, é caracterizada, portanto, pelo domínio do capital financeiro na produção e formação de renda no setor agrícola. A expansão da agroexportação fez crescer seu monopólio sobre a economia do Brasil<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> DELGADO, *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio*, p. 94.

<sup>21</sup> ALENTEJANO, *A questão agrária no Brasil*, p. 252.

<sup>22</sup> “[...] Em pouco mais de uma década, 1999-2012 o país quintuplica em dólares suas exportações – passando de 50,0 bilhões a 250,00 bilhões. Nesse “boom” exportador, os produtos primários – ‘básicos’ e ‘semi-elaborados’, ganham posição protagônica, enquanto as manufaturas vão saindo das ‘exportações’ e ingressando paulatinamente nas ‘importações’ – (entre os anos 1995/99 e 2008/10 os produtos ‘primários’ pulam de 44,0% para 54.3 % da pauta exportadora, enquanto os ‘manufaturados’ decrescem proporcionalmente).” (DELGADO, G. C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, edição especial, p. 61-68, jun. 2013, p. 63).

O sucesso mais imediato da opção primário-exportadora se deu entre os anos de 2003 e 2007, no governo Lula, no qual houve, de fato, uma superação do déficit na conta corrente do País. Em 2008, porém, o cenário começa a mudar em decorrência da crise financeira internacional e os problemas climáticos, impactando a produtividade e a renda agrícola do período. A partir de 2003 é possível demarcar dois períodos distintos da economia brasileira: o primeiro, entre 2003 e 2011; o segundo, entre 2011 e 2020. No primeiro período, sob o governo de Lula e Dilma, a taxa anual do PIB cresceu de 1,1% para 3,9%. Trata-se de uma fase marcada por inovações institucionais, investimentos em infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa, e elevação da demanda externa de commodities. No segundo período, sob os governos de Dilma, Temer e Bolsonaro, há uma queda na taxa anual do PIB, que vai de 3,9% para -4,1%. Trata-se de uma fase marcada por políticas contracionistas e de desoneração fiscal, elevação da taxa de juros e corte de gastos públicos.

Fato curioso são os dados de crescimento das agroexportações em plena pandemia no ano de 2020, com a elevação dos preços e da produção anual. Inúmeros fatores causais são apontados, tais como: a desvalorização da moeda brasileira, a Guerra Fria 2.0 entre EUA e China, a peste suína africana, que atingiu a China em 2019, promovendo o aumento das exportações de proteína animal do Brasil<sup>23</sup>. O ritmo de crescimento agroexportador no Brasil segue sendo avassalador, porém, evidenciando cada vez mais suas contradições. A lógica homogeneizadora do agronegócio provoca, inevitavelmente, sua contra-hegemonia. Se por um lado, há uma produção e exportação intensiva de commodities, por outro, há uma elevação da demanda interna dos alimentos. Se por um lado há uma perpétua não reforma agrária, de outro cresce a organização, cada vez mais intensa e descontente, de movimentos dos Sem Terra. Tendo presente a complexidade do agronegócio, como adequação da agroexportação ao capital financeiro, questões como a reforma agrária se tornam ainda mais desafiantes:

A reestruturação agrária é hoje, e isso é importante que se destaque, uma proposta de contenção da especulação financeira e de desvalorização do patrimônio do capital financeiro. Nesse sentido, a reforma agrária se inscreve num pacto social mais geral de controle coletivo da liberdade de movimentos do capital, submetendo-o a uma regulação social mais ampla. Por tudo isso, a reforma agrária que efetivamente possa mudar a estrutura de propriedade e produção rurais, somente se viabiliza pelas mudanças a nível de redefinição das alianças de classes e grupos sociais, compondo um novo pacto de poder a nível de Estado<sup>24</sup>

<sup>23</sup> ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. O desenvolvimento nacional e os agronegócios no Brasil pós-2003: uma leitura geoeconômica da cadeia produtiva da soja. *Revista Princípios*. n. 164, p. 310-331, mai./ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.014>. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/214>. Acesso em: 16 mar. 2025. p. 314.

<sup>24</sup> DELGADO, Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio, p. 69.

Embora, segundo a classificação de Guilherme Delgado, a gênese do agronegócio seja considerada a partir da modernização conservadora na década de 1960, a lógica desse sistema de produção - marcado pela exploração simultânea de recursos naturais e do trabalho humano - já estava presente desde os primórdios da formação sócio-histórica do Brasil. As bases sobre as quais o agronegócio se estruturou permanecem firmes, sustentadas tanto pelo Estado quanto pelo Mercado. Por isso, qualquer transformação social no país exige mudanças políticas e econômicas de grande escala, com repercussões globais, não se limitando ao plano nacional. Essa estrutura histórica ajuda a explicar por quê, em mais de 500 anos de história, a Reforma Agrária nunca encontrou espaço efetivo no Brasil. Para compreender melhor as implicações dessas disputas e os obstáculos à transformação, é importante abordar detalhadamente o conceito - e o projeto em curso - do agronegócio.

### 1.1.3 Conceito de agronegócio

O conceito de agronegócio foi originalmente formulado por Ray Goldberg e John Davis, professores da *Harvard Business School* (Escola de Negócios de Harvard), na década de 1950. A instalação do agronegócio no Brasil se deu, em muito, por interesse e influência dos EUA. Portanto, a definição de agronegócio no contexto brasileiro pressupõe conhecer a originalidade do conceito e o contexto norte-americano no qual ele foi criado. A noção de *agribusiness* surgiu como tentativa de nomear o sistema de alimentos, considerando a relação da agricultura com os setores secundário e terciário:

Se queremos pensar em termos desse conceito mais amplo, precisamos de uma nova palavra, um substantivo, para designá-lo. Portanto, estou sugerindo um novo termo - o termo *agribusiness*, soletrando A-G-R-I-B-U-S-I-N-E-S-S. Por definição, *agribusiness* significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, a estocagem, o processamento e a distribuição de commodities agrícolas. Em suma, *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras.<sup>25</sup>

A noção de *agribusiness* rapidamente ganhou notoriedade nos EUA, sobretudo, devido às grandes estatísticas econômicas vinculadas a ela. Davis e Goldberg defendiam que o

---

<sup>25</sup> DAVIS, J. "Business Responsibility and the Market for Farm Products", *Boston Conference on Distribution*, box 1, folder 2, John H. Davis Papers Special Collections. Beltsville, MD: National Agricultural Library, 1955. Apud POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 5.

agronegócio se sustenta sob o tripé de insumos e máquinas agrícolas; produção agropecuária; processamento-distribuição.<sup>26</sup> A partir deste esquema, percebe-se o estreitamento entre a indústria, a agricultura e os serviços, presente no conceito emergente. A partir da década de 1960, os EUA iniciam uma política externa chamada de *war on hunger* (guerra contra a fome), sob a presidência de Lyndon B. Johnson.<sup>27</sup> Este contexto provocou um impacto sem precedentes no movimento *agribusiness*, então escolhido como estratégia fundamental na política alimentar de escala mundial. Há neste período uma espécie de globalização do *agribusiness*, que passa a ser implantado nos países em desenvolvimento, sob o pressuposto da insegurança alimentar. Se até então o *agribusiness* estava mais vinculado ao setor privado, a partir deste momento, passa a contar com um maior envolvimento do Estado e das políticas públicas.

Neste sentido, no final da década de 1960 criou-se nos EUA um órgão público-privado com a função de organizar a ação das empresas no exterior. Este *Agribusiness Council* (Conselho do agribusiness) tinha como objetivos: organizar informações sobre países com boas possibilidades para investimentos em desenvolvimento agrícola e promover negociações entre empresas e governos estrangeiros.<sup>28</sup> O *Agribusiness Council* foi um aparelho fundamental para a instalação do agronegócio no Brasil, como será explicitado mais adiante. As principais estratégias da política externa alimentar dos EUA eram os investimentos e a venda de produtos e insumos agropecuários. Neste mesmo período, outro movimento também foi importante para a consolidação do *agribusiness* no exterior, que foi a noção de Revolução Verde. Seu objetivo principal era o combate à fome e o aumento da produtividade. Para isto, promovia técnicas inovadoras tais como: modificação de sementes, fertilização do solo, uso de agrotóxicos e mecanização no campo.<sup>29</sup>

A Revolução Verde foi assim chamada pela transformação operada na produção agrícola por meio da utilização de tecnologias. No entanto, há que se questionar as consequências sem precedentes geradas por esta Revolução, como por exemplo, a dependência de insumos químicos superficiais e o impacto socioambiental. O caráter prejudicial do *agribusiness* começou a ser notado nos EUA já no início da década de 1970. O paradoxo<sup>30</sup>

<sup>26</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 47.

<sup>27</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 55.

<sup>28</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 60.

<sup>29</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 62-63.

<sup>30</sup> “O caráter paradoxal do *agribusiness* começou a ser notado a partir da percepção de que ele não significava a resolução da fome global, mas, sim, um intensificador deste cenário: a realidade é que o *agribusiness*, longe de ser a solução, apenas agrava o problema da fome. Isso porque dele advêm não apenas a modernização da agricultura mas a transferência de um modelo de desenvolvimento econômico e de relações sociais para o Terceiro Mundo - o modelo capitalista de produção. Dessa forma, o *agribusiness* apenas exacerba as desigualdades sociais que, como

presente na produção industrializada começou a ficar evidente, a partir da deterioração do padrão alimentar da população e os efeitos nocivos ao meio ambiente. Neste sentido, eis o que afirmou o biólogo norte-americano, Paul Ehrlich:

O Departamento de Agricultura é essencialmente um braço do agribusiness norte-americano. O melhor exemplo é que, apesar de haver evidências enormes de que a utilização de agrotóxicos é ruim - não ajuda o produtor, não ajuda o consumidor, basicamente só destrói o mundo e gera lucro para a indústria petroquímica -, o Departamento de Agribusiness (sic) continuou até recentemente a lutar contra qualquer tentativa progressista<sup>31</sup>.

Apesar da retórica e da política norte-americana de combate à fome mundial, o interesse dos EUA em mecanizar o campo brasileiro foi impulsionado, sobretudo, pelos investimentos na venda de máquinas e insumos agrícolas. A implantação do *agribusiness* no Brasil foi consequência do pacto entre os interesses externos e o Estado nacional. De acordo com Caio Pompeia<sup>32</sup>, a noção de *agribusiness* chega no Brasil por volta de 1950 e 1960, e é difundido como um termo criado em Harvard para se referir às modificações relacionadas à agricultura, expressando a interdependência entre os setores primário, secundário e terciário.<sup>33</sup> O *Agribusiness Council* identificou o Brasil como um dos países com maior potencial para atuação, oferecendo suporte técnico e procurando oportunidades de investimento.<sup>34</sup>

No Brasil, o empresário mineiro Ney Bittencourt de Araújo foi o principal responsável pela recepção do *agribusiness* no País, tendo acesso direto a Goldberg. Durante os governos neoliberais, nos quais houve um enfraquecimento da atividade primário-exportadora, o conceito de *agribusiness* sofreu um distanciamento da sua originalidade vinda de Harvard. Neste período, surgiram críticas ao conceito, como as elaboradas por Geraldo Muller, o qual argumentava que o termo deveria ser contextualizado no Brasil, considerando que a minoria dos produtores estavam incorporados na lógica industrial.<sup>35</sup>

Na década de 1980, inicia-se no Brasil a retomada do conceito de *agribusiness* formulado em Harvard, liderada principalmente por Ney Bittencourt de Araújo. Esse processo culmina na consolidação do termo no início da década de 1990, resultado da articulação entre

---

argumentamos anteriormente, são as causas reais da fome.” (BURBACH, R; FLYNN, P. *Agribusiness in the Americas*. Londres: Monthly Review Press, 1980. Apud. POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p.13).

<sup>31</sup> EHRLICH, P. "Some are paying heed...". *New Scientist and Science Journal*, v. 51, n. 769, 16 de setembro de 1971, p. 635. Apud. POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 71.

<sup>32</sup> Caio Pompeia é brasileiro, antropólogo, que realizou um trabalho analisando a formação da noção de *agribusiness* no Brasil, desde a década de 1950 até o governo Bolsonaro.

<sup>33</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 81-83.

<sup>34</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 89.

<sup>35</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 99

forças empresariais, políticas e econômicas. Durante os anos 1980, diversos movimentos contribuíram para a ascensão do agronegócio no país, destacando-se a conquista de representatividade política com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), liderada por Ronaldo Caiado. Paralelamente, Bittencourt de Araújo e seu grupo empresarial adotaram uma estratégia fundamental: promover ideias centrais associadas ao agronegócio - como eficiência, tecnologia e produtividade - buscando dissociá-lo de noções negativas, como a de latifúndio, geradoras de controvérsias e críticas<sup>36</sup>.

Outro fator decisivo consistiu na vinculação do agronegócio à intermediação financeira, como analisado por Guilherme Delgado em sua obra *Do Capital Financeiro na Agricultura à economia do agronegócio*. Dessa forma, o conceito de *agribusiness* foi sendo reconfigurado no contexto brasileiro. Um dos marcos da consolidação do agronegócio na década de 1990 foi a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em 1993. Embora houvesse a intenção de retomar a concepção original proposta por Harvard, os fatores políticos, econômicos e sociais - inclusive as pressões contra hegemônicas dos movimentos sociais - acabaram por conferir maior complexidade ao conceito de agronegócio no Brasil.

No Brasil, o agronegócio vai além da simples integração entre os setores agrícola, industrial e comercial, pois envolve também uma dimensão internacional. O avanço da atividade agrícola no país está fortemente vinculado às exportações e aos interesses do capital estrangeiro. Dessa forma, o agronegócio configura-se como um motor do crescimento econômico brasileiro e da inserção do país no mercado global. Contudo, esse crescimento é marcado por inúmeras controvérsias, conforme analisa Guilherme Delgado:

Mas, dirão os economistas, o agronegócio é responsável pelo equilíbrio externo, gerando as divisas que nos suprem de dólares para pagar o déficit na conta corrente com o exterior. Isto é verdade. Mas é verdade também que, por essa estratégia com que o agronegócio se viabiliza, e que lhe confere tanto poder na conjuntura, a economia nacional não sai do lugar. Significa dizer, cresce o agronegócio, mas esse crescimento precisa ser compensado pelo decréscimo de outrem.<sup>37</sup>

Embora o agronegócio aparente sustentar o equilíbrio da balança comercial brasileira, ele encobre um aprofundamento das desigualdades socioambientais no país. Os benefícios do desenvolvimento econômico permanecem concentrados nas mãos de uma minoria privilegiada, formada por agentes nacionais e, em grande medida, por interesses estrangeiros. Em vez de promover uma distribuição equitativa de riqueza, o modelo agroexportador se revela predatório,

<sup>36</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 123

<sup>37</sup> DELGADO, *O agronegócio*, não paginado.

explorando intensamente os recursos naturais. A raiz do problema está relacionada à lógica capitalista, que coloca o lucro acima das questões sociais e ambientais. Sob esta lógica, o capitalismo corrompe a política, a economia e até mesmo a cultura, submetendo todas as esferas da vida social aos seus objetivos. Como observa Fernandes, a forma como o agronegócio se estruturou no Brasil - e nos Estados Unidos, sob a justificativa da insegurança alimentar - é perversa, pois gera destruição e desigualdade de maneira muitas vezes invisível:

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. [...] A agricultura capitalista, ou agricultura patronal, ou agricultura empresarial, ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.<sup>38</sup>

## **1.2 Aspectos insustentáveis da produção agrícola hegemônica**

A consolidação do agronegócio no Brasil resultou da convergência de forças políticas e econômicas internas, em sintonia com interesses internacionais. Apesar de seu protagonismo na economia nacional, o agronegócio tem sido acompanhado por consequências estruturais adversas para o país, ameaçando a vida por onde se instala. Do ponto de vista socioambiental, provoca graves desequilíbrios nos ecossistemas, afetando a biodiversidade e comprometendo a saúde humana. Os insumos que viabilizam alta produtividade, inicialmente apresentados como avanços tecnológicos, revelam-se, na prática, como substâncias tóxicas e perigosas. Além disso, trata-se de um sistema econômico de produção que não tolera questionamentos: elimina opositores e utiliza todos os meios disponíveis para garantir seus interesses, incluindo a aprovação de inúmeros Projetos de Lei que reforçam sua posição de poder. O caráter hegemônico não se restringe ao modelo de cultivo, mas permeia toda a lógica de atuação, sustentada por uma mentalidade dominadora que busca impor-se a qualquer custo.

### **1.2.1 Monocultura e degradação ambiental**

---

<sup>38</sup> FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *Biblioteca digital*, 2004, p. 38. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Atualmente, os produtos mais exportados pelo Brasil são: soja, café, açúcar, suco de laranja, etanol de cana-de-açúcar, carne bovina e de frango, algodão, madeira para papel e celulose, milho e suínos.<sup>39</sup> Cada uma destas commodities gera impactos socioambientais nocivos ao Brasil, a curto, médio e longo prazo. Os últimos anos foram marcados pelas consequências da monopolização político-econômica das agroexportações. São inúmeros exemplos pelo Brasil afora de desastres naturais, elevados índices de desmatamento e poluição, escassez de recursos naturais, extinção de espécies, propagação de zoonoses, conflitos relacionados à terra, entre outros.

A degradação operada pelo agronegócio é complexa e extensa. Entre as muitas facetas insustentáveis deste modelo de produção, estão as monoculturas, práticas agrícolas e pecuárias voltadas à produção em larga escala destinada à exportação. A monocultura gera impactos ao meio-ambiente através do desmatamento, empobrecimento do solo, redução da biodiversidade, entre outros. Esse modelo agrícola homogêneo está presente na história brasileira desde o período colonial, na produção de cana-de-açúcar e de café. No entanto, a prática se intensificou com a introdução de insumos agrícolas trazidos pela Revolução Verde. A monocultura da soja é uma das mais expressivas no Brasil atualmente.

A cultura da soja foi introduzida no Brasil na década de 1880 através do professor da Escola de Agronomia da Bahia Gustavo Dutra, que trouxe dos EUA algumas sementes. Após estudos e adaptações, as sementes foram cultivadas inicialmente no estado de São Paulo, porém, a melhor adaptação foi no Rio Grande do Sul. Posteriormente, o cultivo de soja expandiu-se para Santa Catarina e Paraná. Na década de 1990 esses três estados foram responsáveis por 98% de toda a produção brasileira. Posteriormente a fronteira agrícola da soja foi se alargando para outras regiões do Brasil, destacando-se o Centro-Oeste.

[...] De tudo isso, o efetivo crescimento da área de grãos, em especial da soja, foi a força motriz no processo de transformação da agricultura brasileira, em associação com a expansão da produção e com o aumento da produtividade. Entre 1974 e 2019, a área colhida passou de 5,1 milhões de hectares para 35,9 milhões, um aumento de mais de sete vezes. Não diferentemente, a produção de grãos de soja passou de 7,8 milhões para 119,7 milhões de toneladas, um crescimento de mais de quinze vezes. E a produtividade saiu de 1.531 kg/ha para 3.337 kg/ha, crescimento de 2,2 vezes. Nesse período, a taxa média de crescimento da produção de grãos de soja foi de 5,5%.<sup>40</sup>

<sup>39</sup> Exportação Agropecuária. *Embrapa*. Macrologística agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br/macrologistica/sistema/exportacao-agropecuaria>. Acesso em: 17 mar. 2025.

<sup>40</sup> ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. O desenvolvimento nacional e os agronegócios no Brasil pós-2003: uma leitura geoeconômica da cadeia produtiva da soja. *Revista Princípios*. n. 164, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/214>. Acesso em: 16 mar. 2025, p. 320.

Grande parte da produção de soja no Brasil é destinada à demanda externa, sobretudo, à China, Índia e União Europeia<sup>41</sup>. O consumo nacional de soja, por sua vez, é mínimo. Esses dados reforçam a afirmação do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quando disse que o Brasil é o grande celeiro do mundo. O discurso que enaltece o agronegócio como fonte de riqueza para o Brasil esconde uma realidade marcada pelos danos ambientais e sociais gerados pela exportação massiva de commodities. Entre os diversos impactos associados à monocultura, prática vinculada ao sistema agroindustrial, destaca-se o desmatamento. Nos últimos seis anos, as atividades agropecuárias foram responsáveis por mais de 97% do desmatamento no Brasil.

[...] Mesmo com redução de 34,3% na área desmatada, o Maranhão lidera, pelo segundo ano consecutivo, a lista das unidades federativas mais desmatadas. Mais de 36% de toda a área é ocupada por atividades agropecuárias. Em 2003, as plantações de soja ocupavam cerca de 268 mil hectares. Em 2023, esse monocultivo já domina uma área de mais de 1 milhão de hectares no estado. Em segundo lugar está o Pará, outro estado onde as plantações de soja avançam e tomam o lugar da floresta. Somado às atividades agropecuárias, o garimpo é um vetor de desmatamento nesse estado, onde está Itaituba, município com a maior área de garimpo do Brasil. Tocantins, Piauí e Bahia aparecem na sequência dos estados líderes de desmatamento em 2024.<sup>42</sup>

O avanço da fronteira agrícola se dá de forma expressiva no Cerrado, principal região brasileira produtora de grãos. Este bioma concentrou mais da metade da devastação total de vegetação nativa em 2024. Tais índices estão relacionados à ampla regularização do desmatamento na região. O poder político do agronegócio tem lançado investidas cada vez mais ameaçadoras às terras e povos brasileiros, como por exemplo, por meio do Projeto de Lei 2159/2021, também conhecido como PL da Devastação, aprovado pelo Senado em maio de 2025. Ele visa flexibilizar o licenciamento ambiental no Brasil, favorecendo ainda mais a expansão da agropecuária sobre territórios preservados. A supressão da vegetação nativa traz consequências inclusive para o próprio agronegócio, ao comprometer os recursos naturais que sustentam sua capacidade produtiva.

O desmatamento operado pelos monocultivos acarreta muitas consequências danosas ao equilíbrio ecossistêmico, como por exemplo, a deterioração das propriedades físicas,

<sup>41</sup> “[...] a China é a campeã no consumo de grãos do Brasil, com 79% em receitas... A União Europeia é o segundo destino em grãos, com 6,8% (US\$ 1,7 bilhão) do total, sendo a Espanha o maior consumidor europeu do grão de soja brasileiro (2,9%), com 2,1 milhões de toneladas.” (ESPÍNDOLA; CUNHA, *O desenvolvimento nacional e os agronegócios no Brasil pós-2003*, p. 327).

<sup>42</sup> BATAIER, C. Mais de 97% do desmatamento no Brasil nos últimos anos é resultado de pressão do agronegócio, aponta estudo. *BrasildeFato*. Meio ambiente. São Paulo, 15 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/05/15/mais-de-97-do-desmatamento-no-brasil-nos-ultimos-anos-e-resultado-de-pressao-do-agronegocio-aponta-estudo/>. Acesso em: 03 jun. 2025. Não paginado.

químicas, biológicas e econômicas do solo. O solo saudável<sup>43</sup>, biologicamente ativo, é composto por micro-organismos vivos, e pela mistura de minerais, matéria orgânica, água e ar. Todos estes componentes favorecem o desenvolvimento das plantas. A produção agrícola lança mão de uma camada fina de solo, responsável por fornecer recursos ao crescimento das culturas. No entanto, determinados manejos, caracterizados pela falta de rotação de culturas<sup>44</sup> e retirada contínua de produtos, geram um empobrecimento do solo. Além disso, expõem o solo ao contato direto com o sol e as chuvas, provocando ressecamento e desagregação. A vegetação nativa e a matéria orgânica constituem uma espécie de cobertura que amortece os impactos solares e pluviais.<sup>45</sup>

O plantio de uma única cultura provoca uma deficiência em larga escala de micronutrientes nos solos, como é o caso dos monocultivos de arroz e de trigo, que provocam deficiências de ferro e manganês.<sup>46</sup> A prática intensiva da monocultura contribui, assim, para o surgimento da erosão do solo:

A erosão é um processo através do qual as partículas do solo são deslocadas e removidas para outros locais pela ação da água ou do vento, e que quase sempre começa com o desmatamento e a substituição da vegetação nativa por outra cultivada de ciclo e porte diferente. Associado a isto, o cultivo contínuo, com a retirada dos produtos, ano após ano, e sem reposição dos nutrientes leva à perda da fertilidade do solo. Nas áreas irrigadas, o uso de água com teores elevados de sais ou mau manejo de irrigação e a ausência de drenagem geram a salinização.<sup>47</sup>

Este acúmulo de sais minerais, tais como o sódio, cálcio e magnésio, afetam as propriedades do solo, e, conseqüentemente, o desenvolvimento das plantas. Portanto, a prática agrícola uniforme constitui um ciclo que provoca a destruição das possibilidades de plantio e não comporta processos regenerativos do solo. As monoculturas acarretam efeitos prejudiciais complexos ao solo, afetando também os ecossistemas hídricos. Além da alta demanda de água

<sup>43</sup> “Em um solo saudável, com vida, os organismos exercem várias funções. Alguns deles fixam nitrogênio, outros decompõem os materiais orgânicos, alguns aeram o solo e assim por diante. Há um grupo de fungos do solo, denominado micorrizas. Este grupo de organismo é muito importante para as plantas, no solo. O fósforo é um elemento escasso na terra. Alguns autores apontam que em 30 anos poderemos ter escassez deste elemento para a fabricação de adubo. As micorrizas podem ser consideradas o ‘Facebook’ do solo. Elas detêm informações sobre o solo e estão constantemente envolvidas em trocas com as raízes das plantas e ajudam as plantas a utilizar melhor o fósforo presente no solo.” (CARDOSO, I.; MANCIO, D. Solos. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 720-726. p.725).

<sup>44</sup> A rotação de culturas tem como objetivo reduzir a exaustão do solo, modificando as necessidades de adubação a cada ciclo. Além disso, reduz e controla a quantidade de espécies invasoras, comumente chamadas de pragas.

<sup>45</sup> CARDOSO, I.; MANCIO, D. Solos. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 724-725.

<sup>46</sup> SHIVA, V. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003, p. 76.

<sup>47</sup> PEREZ-MARIN, A. M.; FORERO, L. F. U. Desertificação. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 298.

deslocada para a irrigação das culturas, o contato dos fertilizantes químicos externos com as fontes hídricas levam à proliferação de algas e bactérias que provocam processos de eutrofização, acúmulo excessivo de matéria orgânica e nutrientes na água. A eutrofização gera inúmeras consequências, entre as quais a morte de várias espécies aquáticas, em decorrência da redução de oxigênio provocada pelo surgimento de algas e cianobactérias.

Os diversos efeitos da monocultura, entre eles o desmatamento, a erosão do solo, a salinização e a eutrofização, estão profundamente associados à perda da biodiversidade. A agricultura industrial substitui a vegetação nativa por cultivos homogêneos, eliminando espécies e esgotando os nutrientes do solo, o que o torna mais vulnerável e menos produtivo. Como mencionado anteriormente, o solo depende de um conjunto equilibrado de condições para sustentar o crescimento das plantas. A destruição dos habitats naturais causa, assim, um desequilíbrio nos ecossistemas, afetando também a qualidade de vida humana<sup>48</sup>. A lógica uniformizadora do agronegócio está enraizada em uma relação de dominação sobre a terra. Em vez de compreenderem os recursos naturais e operarem em harmonia com as condições dos ecossistemas, os agentes desse modelo produtivo fragmentam o ambiente, explorando apenas o que lhes é útil e eliminando o que consideram um obstáculo. Nesse contexto, a flora e a fauna selvagens são vistas como desafios a serem superados pelos produtores:

[...] Os predadores selvagens matam gado domesticado. Roedores e outros mamíferos alimentam-se das culturas nos campos e dos grãos armazenados. As aves selvagens estragam a fruta e os grãos desprotegidos, e as criaturas que vivem debaixo da terra roem as raízes e os vegetais. As cobras escondidas na macega são temidas por gado e por pessoas. As ervas daninhas entram em competição com culturas e pastagens no consumo de água e nutrientes, reduzem o rendimento das colheitas e aumentam os custos de produção. As bactérias, os fungos e os vírus causam doenças, especialmente nos trópicos, onde não existem invernos que quebram seu ciclo de vida [...]<sup>49</sup>

A partir de uma outra lógica, a biodiversidade pode se tornar uma aliada da agricultura, como por exemplo na polinização das plantas operadas pelas abelhas, morcegos, aves; na decomposição orgânica pelas minhocas e microorganismos diversos; na distribuição de sementes pelas aves, formigas, e outros animais. Além disso, há um trabalho operado no solo

<sup>48</sup> A Covid-19, entre outras zoonoses, é um exemplo do desequilíbrio provocado pela redução da biodiversidade. As zoonoses são doenças resultantes do contato entre a espécie humana e os animais silvestres. A transmissão de vírus - antes hospedados e camuflados por espécies silvestres - se intensifica especialmente por causa do desmatamento em função da produção agropecuária intensiva. O que antes representava um ecossistema equilibrado entre espécies e vegetação, passa a ser um pasto de monocultura animal sem proteção biológica. Os animais domesticados, e, conseqüentemente, a espécie humana ficam expostos aos patógenos, que no contexto das monoculturas, passam a circular livremente, sem as barreiras de proteção criadas pela biodiversidade.

<sup>49</sup> McNEELY, J. A.; SCHERR, S. J. *Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009, p. 94-95.

por espécies que favorece a movimentação de ar e de água e regula a circulação de nutrientes. Como afirma Vandana Shiva, os saberes acumulados ao longo dos séculos sobre o uso das florestas e o cultivo de alimentos foram anulados pela produção industrial científica, cuja relação com a floresta é de extração de recursos e produtividade.<sup>50</sup> Neste sentido, “a floresta natural, com toda a sua diversidade, é vista como ‘caos’. A floresta fabricada pelo homem é a ‘ordem’.”<sup>51</sup>

Um exemplo marcante do foco no mercado e na produtividade agroindustrial são as plantações de eucalipto. A escolha por essa cultura se deve, principalmente, ao seu rápido crescimento. Originário da Austrália, o eucalipto foi introduzido no Brasil inicialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Atualmente, a árvore domina a produção de celulose, tornando o Brasil o segundo maior produtor mundial nesse setor. Porém, o cálculo de ganhos gerados pela produção intensiva de eucalipto não analisa as perdas e efeitos desastrosos aos fluxos de matéria orgânica e de água nos ecossistemas. Apesar de controvérsias no debate sobre os impactos das plantações de eucalipto, é inegável que a monocultura é nociva à biodiversidade nativa.

Além dos impactos ambientais, o cultivo de culturas homogêneas desencadeia uma série de impactos sociais, não raras vezes negligenciados pelos poderes públicos. Em muitos casos, a expansão das fronteiras agrícolas, pecuárias e silviculturais induzem ao deslocamento de comunidades, cuja economia de subsistência dependia diretamente da vegetação nativa. Os efeitos, provocados no solo e na escassez de recursos, impossibilita o cultivo de pequeno porte realizado por produtores locais.

Com a redução da capacidade produtiva, ocorre uma deterioração das condições sociais das famílias que ocupavam aquele solo ou aquela terra, agora desertificados. Quando isso ocorre, as famílias fogem, migrando para grandes centros urbanos. Como refugiadas ambientais, se estabelecem em áreas periféricas geralmente inadequadas para ocupação. [...] Nessas áreas, por sua vez, dadas as intensas chuvas, ocorrem deslizamentos ou deslaves de terras, expulsando as famílias e obrigando-as a viver na rua, sem moradia digna. Quando isso ocorre, dizemos que há uma decomposição social nas áreas afetadas; este é o nível mais elevado de degradação da terra, tornando-se assim a desertificação um problema ambiental, social, econômico, cultural e político.<sup>52</sup>

As consequências socioambientais provocadas pelos monocultivos são profundamente preocupantes e revelam uma contradição em seu modelo. Trata-se de um sistema insustentável,

<sup>50</sup> SHIVA, *Monoculturas da Mente*, p. 30-31

<sup>51</sup> SHIVA, *Monoculturas da Mente*, p. 37

<sup>52</sup> PEREZ-MARIN, A. M.; FORERO, L. F. U. Desertificação. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 298-299.

baseado em uma lógica capitalista de exploração intensiva, que já enfrenta a escassez de recursos naturais. Isso ocorre porque não adota práticas regenerativas nem se adapta às dinâmicas dos ecossistemas, tornando-se cada vez mais dependente de insumos artificiais - os quais, além de caros, causam sérios danos ambientais.

### 1.2.2 Desafios da economia de commodities

As commodities, produzidas pelos sistemas de monocultura, são mercadorias comercializadas internacionalmente, com valores definidos pela lógica da oferta e da demanda global. Talvez o anestesiamiento provocado pelo paradigma capitalista impeça que a sociedade contemporânea estranhe minimamente a forma como essas mercadorias são compreendidas. O desafio é que, além de representarem riqueza e circulação econômica, muitas delas são também produtos destinados ao consumo humano - em alguns casos, alimentos. Soja, café e carne, por exemplo, são exportados para serem consumidos. No entanto, nesse sistema agroexportador, o valor de troca parece prevalecer sobre o valor de uso, gerando um distanciamento em relação à função essencial dos alimentos: promover o desenvolvimento humano.

Desde os anos 2000, as commodities passaram a ser o motor econômico do Brasil, por meio das exportações. Para garantir um ritmo de produção e consumo exigidos pelo mercado, as commodities, cultivadas em larga escala, demandam o uso de tecnologias e insumos, tais como: sementes e mudas, fertilizantes, corretivos de solo, defensivos agrícolas, equipamentos e máquinas, entre outros. Tais recursos agrícolas refletem a modernização da agricultura, implantada e impulsionada sobretudo pela Revolução Verde. Como já mencionado neste trabalho, esta Revolução foi um movimento de inovação tecnológica no setor primário, difundida a partir da década de 1940. Surgida no período pós-guerra, a Revolução Verde teve como principal objetivo aumentar a produção de alimentos para combater a fome nos países subdesenvolvidos. Essa transformação deu-se a partir dos avanços tecnológicos desenvolvidos durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente nas indústrias bélica, química e farmacêutica.<sup>53</sup>

A Revolução Verde é marcada pela introdução de sementes melhoradas, pelo uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, pela mecanização do campo e pela ampliação dos sistemas de irrigação. O norte-americano Norman Borlaug foi o principal responsável por essa

---

<sup>53</sup> HADICH, C.; ANDRADE, G. Revolução Verde. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p.650-653.

inovação, ao desenvolver novas variedades de trigo e milho resistentes a pragas e doenças. Seu método foi adotado por diversos países, tais como México, Brasil, Índia, Paquistão e Filipinas. A ampla difusão dos novos paradigmas agropecuários introduzidos pela Revolução Verde ocorreu, em grande parte, impulsionada pelos interesses dos financiadores de insumos agrícolas.<sup>54</sup> A política de desenvolvimento capitalista baseado na atividade primária é marcada por uma lógica perversa, pois se acoberta no discurso aparentemente voltado ao combate à fome. Na prática, os objetivos e interesses voltados aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento tiveram um viés exploratório e voltado à maximização do lucro.

Sob a perspectiva econômica, a transformação do setor primário representou um crescimento significativo. Contudo, no aspecto socioambiental, a inovação tecnológica mostrou-se insustentável e prejudicial. A lógica do mercado operou uma transformação e, até mesmo, uma inversão de valores no campo, como é o caso da compreensão dos alimentos. Atualmente, o que se consome - produtos do agronegócio, - são substâncias tóxicas, resultado das alterações promovidas pela tecnologia. No Brasil, parece haver, por parte de certos grupos, uma consciência crítica com relação aos riscos representados pelos insumos agrícolas. A adoção exclusiva do termo agrotóxico para designar os pesticidas - substâncias utilizadas para o controle de pragas e doenças - é um exemplo disso. O termo foi inicialmente proposto pelo agrônomo Adilson Paschoal em 1977, e oficializado pela legislação brasileira em 1989. Segundo Paschoal, agrotóxico é a designação mais precisa para refletir a realidade do uso desses produtos na agricultura nacional. A palavra tem origem grega: agros (campo) + toxikon (veneno)<sup>55</sup>. Na legislação brasileira de 1989, os agrotóxicos são definidos como:

Os produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.<sup>56</sup>

<sup>54</sup> HADICH, C.; ANDRADE, G. Revolução Verde. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p.653-654.

<sup>55</sup> TOOGE, R. Quem criou o termo “agrotóxico” e por que não ‘pesticida’ ou ‘defensivo agrícola’. *GI. Agro*. 07 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/10/07/quem-criou-o-termo-agrotoxico-e-por-que-nao-pesticida-ou-defensivo-agricola.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2025. Não paginado.

<sup>56</sup> BRASIL. *Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989*. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm). Acesso em: 17 jun. 2025.

Esta compreensão estrutura-se sobre uma perspectiva dominadora do meio-ambiente, na qual seres-vivos são considerados ameaças a serem extintas, e os ecossistemas passíveis de alteração e manipulação. Agrotóxicos são herbicidas, fungicidas, inseticidas, nematocidas, moluscicidas, rodenticidas, destinados a eliminar seres indesejáveis, sejam eles animais, plantas ou microrganismos. Os agrotóxicos atuam por meio de um ingrediente ativo - agente químico, físico ou biológico - que age diretamente sobre a vulnerabilidade do organismo-alvo. Lamentavelmente, o Brasil é o País que mais usa agrotóxicos no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O País supera a China, cuja população é sete vezes maior. “Em 2021, foram usadas 719,5 mil toneladas de pesticidas nas plantações brasileiras, de acordo com o relatório, enquanto os EUA aplicaram 457 mil, e a China, 244 mil.”<sup>57</sup>

Entre os anos 2000 e 2012, o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu 10 vezes mais do que a população e quase o dobro da produtividade. Na soja, a principal cultura transgênica do país, para cada tonelada de agrotóxico usado houve uma diminuição da produtividade de 16 toneladas em grãos colhidos ao fim do período estudado, o que revela que o modelo econômico privilegia a intensificação da dependência química, auferindo maior taxa de lucro para a indústria do veneno/semente, em contraposição ao necessário zelo pela boa técnica agrícola e o respeito ambiental e a saúde da população.<sup>58</sup>

Apesar da Lei Federal de Agrotóxicos nº 7802, criada em 1989, impedir o registro de substâncias que causem danos ambientais, mutação genética, câncer, distúrbios hormonais, problemas reprodutivos e malformações fetais, em 2023, foi sancionada no Brasil a Lei 14.785, conhecida como Pacote do Veneno. A Nova lei enfraquece o controle de agrotóxicos no Brasil, facilitando a liberação de substâncias que podem causar: câncer, mutações e alterações genéticas. Além disso, geram altas consequências ambientais e climáticas. O registro de novos agrotóxicos passava tradicionalmente pela avaliação de três áreas: saúde, meio-ambiente e agricultura. Estas áreas são representadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e pelo Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

O Pacote do Veneno, por sua vez, facilita o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, flexibilizando a avaliação e registro de novas substâncias. Apesar do desmonte na fiscalização,

<sup>57</sup> SILVA, A. País que mais consome agrotóxicos no mundo tem uso 3x maior que o da China. *Forum. Meio ambiente e sustentabilidade*. 20 de setembro de 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/meioambiente/2024/9/20/pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-mundo-tem-uso-3x-maior-que-da-china-165949.html>. Acesso em: 03 jun. 2025. Não paginado.

<sup>58</sup> FIEDRICH, K.; ALMEIDA, V. E. S. Agrotóxicos. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 109.

provocado pela sanção da Lei 14.785, a atuação dos órgãos de proteção e verificação sanitária e ambiental foi preservada pelos 17 vetos presidenciais de Lula em 2024. A tramitação e aprovação dessa Lei representa um retrocesso para a sociedade brasileira. Quanto maior o uso de agrotóxicos, pior a qualidade de vida da população e dos ecossistemas. Os efeitos sanitários provocados pela utilização intensiva de agrotóxicos podem ser notificados a curto e longo prazo. Segundo dados do Ministério da Saúde, a cada dia, 36 pessoas sofrem intoxicação por agrotóxicos, e uma morre a cada dez dias.<sup>59</sup>

As pessoas atingidas podem ser tanto aquelas mais expostas, como os trabalhadores da agricultura e indústria química, bem como os moradores próximos das áreas agrícolas, e até mesmo os consumidores de água e alimentos contaminados pelos agrotóxicos. Sendo assim, não há quem esteja imune aos riscos de intoxicação por agrotóxicos. Os efeitos à saúde são diversos, tais como: problemas reprodutivos, alterações nas funções dos hormônios, do sistema de defesa do organismo, câncer, entre outros.<sup>60</sup> Um exemplo significativo foi um caso ocorrido no município de Rio Verde, Goiás, em 2013, no qual após a pulverização aérea com o inseticida Engeo Pleno da Syngenta (composto pelos ingredientes ativos tiametoxam e lambda-cialotrina), 92 pessoas sofreram por intoxicação, incluindo estudantes e trabalhadores.<sup>61</sup> Muitas vezes, o composto formulado pode ser mais prejudicial que o ingrediente ativo (IA) testado e aprovado:

Um exemplo é o IA glifosato, que tem como produto comercial mais conhecido o Roundup, fabricado pela empresa de agrotóxicos e sementes transgênicas Monsanto, adquirida em 2016 pela Bayer (que, além de produzir agrotóxicos e transgênicos, também produz medicamentos). Em diversos estudos, o Roundup e outros produtos à base de glifosato mostraram maior incidência em danos celulares, genéticos e má-formações do que o IA isolado (Almeida *et al.*, 2018; Mesnage *et al.*, 2015). Estudos em populações de trabalhadores/as ou moradores/as de áreas rurais, incluindo gestantes e crianças, mostram o aparecimento de doenças que não haviam sido identificadas ou previstas no momento do registro do produto, como câncer, problemas nos fetos, abortos, infertilidade, impotência etc. (Aguiar, 2017; Gurgel, 2017; Pignati *et al.*, 2017; Friedrich, 2017).<sup>62</sup>

Além de prejudicarem a saúde humana, os agrotóxicos provocam diversos impactos

<sup>59</sup> MINISTÉRIO DA SAÚDE. Intoxicações exógenas por agrotóxicos no Brasil - 2013-2022. *Boletim epidemiológico*. Secretaria de vigilância em saúde e ambiente. v. 54, n. 12, p. 1-11. Out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-12>. Acesso em: 03 jun. 2025.

<sup>60</sup> FIEDRICH, K.; ALMEIDA, V. E. S. Agrotóxicos. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 107-108.

<sup>61</sup> FIEDRICH, K.; ALMEIDA, V. E. S. Agrotóxicos. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 107.

<sup>62</sup> FIEDRICH, K.; ALMEIDA, V. E. S. Agrotóxicos. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 106.

ambientais, afetando o solo, a água, o ar e a fauna, comprometendo o equilíbrio de todo o ecossistema. Um exemplo disso é a interferência direta nos microrganismos presentes no solo, comprometendo sua fertilidade. Os herbicidas, usados para eliminar ou controlar plantas indesejadas, afetam a vida das bactérias do solo, atrapalhando o funcionamento delas. Isso pode reduzir a produção de substâncias importantes e interromper processos naturais, como o que faz o solo absorver e usar o nitrogênio, essencial para o crescimento das plantas. Na água também há efeitos prejudiciais provocados pelos agrotóxicos. Através do escoamento das chuvas, águas superficiais e subterrâneas são contaminadas. A concentração dessas substâncias tóxicas na água pode levar a processos de eutrofização, por exemplo. Isto se dá porque os agrotóxicos liberam fósforo, gerando o crescimento de algas e plantas, que, por sua vez, reduzem a entrada de oxigênio na água. Além disso, o contato com os agrotóxicos pode gerar outros efeitos na reprodução e desenvolvimento biológico de espécies.<sup>63</sup>

Os impactos provocados pelos agrotóxicos e insumos agrícolas em geral geram questionamentos às motivações retóricas da Revolução Verde, cujo objetivo seria combater a fome, por meio da produção intensiva de alimentos. Tal solução veio carregada de efeitos negativos para a vida humana e ecossistêmica. Na realidade, a tecnologia, que se mostrou capaz de promover uma grande produção, também provoca doenças e destruição ambiental. Trata-se, portanto, de uma Revolução fracassada, cuja finalidade foi completamente distorcida pelos efeitos colaterais da agricultura industrial. Noções importantes para avaliar os objetivos e os rumos da agricultura moderna são as de Segurança alimentar e Soberania alimentar. Estas noções surgem como debate contra as normas ditadas pelo neocapitalismo sobre os alimentos. Ao torná-los mercadoria, restringem seu acesso, que se dá por meio da compra. Porém, uma vez que os alimentos constituem um elemento vital para a sobrevivência humana, precisam ser considerados como direito:

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Ele coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, e não as demandas dos mercados e das corporações. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração. Ele oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o atual regime comercial e alimentar corporativo, e direções para sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e pesqueiros determinados por produtores e usuários locais.<sup>64</sup>

<sup>63</sup> McNEELY; SCHERR, *Ecoagricultura*, p. 120.

<sup>64</sup> “Food Sovereignty is the right of peoples to healthy and culturally appropriate food produced through ecologically sound and sustainable methods, and their right to define their own food and agriculture systems. It puts the aspirations and needs of those who produce, distribute and consume food at the heart of food systems and policies rather than the demands of markets and corporations.

A Segurança Alimentar e Nutricional, atrelada à dimensão do direito humano de deliberar sobre as normas dos alimentos, trata-se de superar a vulnerabilidade criada pelo atual sistema agroalimentar, no qual fome/subnutrição e sobrepeso/obesidade caminham lado a lado.<sup>65</sup> Portanto, essa noção concede uma dimensão qualitativa ao combate à fome, negligenciada pela produção agroindustrial. A produção de alimentos precisa de um modelo que garanta a segurança alimentar, isto é, o direito de acesso a alimentos nutritivos e ecologicamente sustentáveis. Muitas iniciativas têm se fortalecido nesta perspectiva, tais como os sistemas agroecológicos de produção, a partir dos quais os alimentos retomam seu objetivo primordial.

Nos últimos anos têm-se falado em uma Nova Revolução Verde ou também chamada de Revolução Verde 4.0. Diante dos desafios ambientais impostos à agricultura, tais como a escassez de recursos naturais e as mudanças climáticas, buscam-se alternativas de produção alimentícia que visam menores impactos ambientais. De fato, a primeira Revolução Verde acarretou sérias consequências socioambientais, afetando a base do sistema de produção agropecuária, tais como: erosão e perda da fertilidade do solo, destruição florestal, redução da biodiversidade, contaminação de solos, da água, da fauna, dos seres humanos e dos alimentos. Além desses desafios, têm-se no horizonte o grande crescimento demográfico, cuja expectativa é de 9 bilhões de habitantes no mundo até 2050.

A nova revolução na agricultura tem como base os avanços da biotecnologia, e como protagonista principal o grupo dos microrganismos. Ela busca a utilização de bioinsumos e a redução de fertilizantes e defensivos artificiais. Os bioinsumos podem ser produtos como inoculantes, que ajudam as plantas a crescerem, fertilizantes naturais, extratos de plantas e defensivos biológicos feitos com microrganismos bons, que servem para controlar pragas, vermes e doenças. Nesta perspectiva, o Ministério da Agricultura criou no Brasil, em 2020, o Programa Nacional de Bioinsumos, com o objetivo de articular as estratégias voltadas à diversificação sustentável da agropecuária.

O uso de microrganismos favorece a produtividade, qualidade das lavouras e aumenta a resistência das plantas às mudanças climáticas. Porém, assim como afirma o jornalista Pedro

---

It defends the interests and inclusion of the next generation. It offers a strategy to resist and dismantle the current corporate trade and food regime, and directions for food, farming, pastoral and fisheries systems determined by local producers and users.” (WHAT IS FOOD SOVEREIGNTY? In: *Via Campesina*. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/what-is-food-sovereignty/>. Acesso em: 03 jun. 2025. Não paginado. Tradução nossa).

<sup>65</sup> BEZERRA, I. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 716.

Ernesto Macedo, tais transformações no campo impõem reflexões éticas, ambientais e filosóficas sobre o futuro da humanidade. Há garantia do acesso às tecnologias por pequenos e médios produtores, evitando que a Revolução Verde 4.0 aprofunde desigualdades históricas? A intensificação do uso de tecnologias reduz, de fato, o impacto ambiental, ou estará apenas sofisticando a exploração, sem nenhuma alteração da lógica extrativista?<sup>66</sup>

### 1.2.3. Desigualdade e violência no campo

O sistema capitalista de produção, em sua forma hegemônica, aprofunda diversas desigualdades sociais. Em resposta, emerge uma força contra hegemônica, composta por múltiplos grupos historicamente subjugados. O agronegócio apoia-se em três pilares fundamentais: desmatamento, grilagem e violência. A violência está intrinsecamente vinculada à lógica capitalista, pois esta busca perpetuar seus interesses em detrimento de outros atores sociais. Dessa forma, o agronegócio se impõe por meio da violência, desconsiderando os direitos e a cultura dos povos brasileiros. Esse fenômeno reflete uma lógica predatória que elimina não apenas ameaças ambientais, como ervas daninhas na vegetação, mas também aqueles considerados como obstáculos na esfera social.

[...] a violência é parte constitutiva da lógica do agronegócio, haja vista a persistência, em pleno século XXI, de elevados índices de assassinatos, despejos e expulsões nas disputas por terra no país, com requintes de crueldade, quando se considera que em 2017 foram nada menos que cinco massacres de camponeses, quilombolas e indígenas no campo brasileiro.<sup>67</sup>

Em várias situações, quem se apresenta como obstáculo ao agronegócio é eliminado. Este foi o caso da missionária norte-americana, Dorothy Stang, assassinada em Anapu (PA), em 2005, a mando de um fazendeiro. Ir. Dorothy tornou-se uma voz incômoda para os agentes do agronegócio, pois lutava bravamente contra a apropriação ilegal da terra e a destruição da floresta, emitindo denúncias constantes a nível nacional e internacional. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, após o assassinato de Ir. Dorothy, o Município de Anapu já

<sup>66</sup> MACEDO, P. E. A Revolução Verde 4.0. *OMaringá*. 30 de maio de 2025. Disponível em: [https://omaringa.com.br/coluna/conexoes-agro/a-revolucao-verde-4-0/#google\\_vignette](https://omaringa.com.br/coluna/conexoes-agro/a-revolucao-verde-4-0/#google_vignette). Acesso em: 03 jun. 2025. Não paginado.

<sup>67</sup> ALENTEJANO, P. R. R.; EGGGER, D. da S.; Agronegócio. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 102.

registrou 21 assassinatos relacionados a conflitos por terra.<sup>68</sup>

O caráter homogeneizador do agronegócio não se dá somente no sistema de cultivo, mas também nas relações geradas por ele. Não há espaço para outras vozes, especialmente se estas constituem contrapontos aos interesses dos agentes do agronegócio. A Amazônia é a região brasileira que registra maior índice de conflitos, marcados por expulsões, grilagem e desmatamento ilegal. Os principais alvos destes ataques, no período entre 2009 e 2020, foram: sem-terra, 2804 ocorrências; posseiro, 2470; indígenas, 2010; quilombolas, 1470; assentados, 861.<sup>69</sup> Os conflitos de terra registrados pela CPT no período da pandemia, em 2020, foram recorde desde 1985. No total, foram registrados 1576 conflitos, envolvendo 171.625 famílias e 77.442.957 ha.<sup>70</sup> Os dados revelam, assim, a face destrutiva do sistema de exploração capitalista no Brasil, que, muitas vezes, mascara-se em discursos inovadores e geradores de vida.

Uma das manifestações da violência inerente ao agronegócio é a exploração sistemática da força de trabalho, algumas vezes ocorrendo em condições análogas à escravidão. Como já apresentado anteriormente, o capitalismo dá continuidade ao caráter exploratório do regime escravista ao limitar as possibilidades de desenvolvimento dos trabalhadores. Além da desvalorização da mão de obra e das condições precárias de trabalho, o agronegócio, consolidado especialmente a partir dos anos 2000, resgata práticas que remetem diretamente à lógica escravocrata. Um exemplo de grande repercussão foi o processo do Ministério do Trabalho e Emprego em 2004 contra a Maeda Agroindustrial - empresa associada à Abag, e, posteriormente, ao Cosag (Associação Brasileira de Agribusiness) - no Mato Grosso. A empresa foi acusada por manter 135 trabalhadores em situação análoga à escravidão, alojados em um galpão destinado ao armazenamento de grãos, em condições precárias de higiene.<sup>71</sup>

Anteriormente a este fato, os maiores produtores do Mato Grosso, Darcy Ferrarin, Valdir Daroit e Nei Frâncio, já haviam sido autuados pelo grupo de combate ao trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.<sup>72</sup> O Brasil já foi, inclusive, alvo de preocupação por parte da Anistia Internacional, no que tange aos serviços do setor primário. Lamentavelmente, o trabalho escravo acompanha a expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias. Essa realidade é gerada pela lógica capitalista que aprofunda desigualdades sociais, levando as pessoas a

<sup>68</sup> MENEZES, T. C. C. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Trabalho necessário*, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1-26, jan./ abr. 2022, p. 15.

<sup>69</sup> ALENTEJANO, P. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. *Trabalho necessário*, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1-30, jan./ abr. 2022, p. 24.

<sup>70</sup> ALENTEJANO, P. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil, p. 23-24.

<sup>71</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 233.

<sup>72</sup> POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 234.

situações extremas de sobrevivência. O agronegócio consolidou-se no Brasil a partir da convergência de interesses políticos e econômicos, formando um bloco de poder altamente articulado. Por esta razão, possui força suficiente para neutralizar qualquer ameaça, seja de ordem trabalhista, fundiária ou tributária.

Um exemplo dessas agroestratégias ocorreu em 2017, durante o governo Temer. Na ocasião, diante da denúncia da Procuradoria-Geral da República envolvendo o presidente em casos de desvio de recursos públicos em estatais, o então mandatário buscou apoio parlamentar para barrar o processo. Entre as medidas adotadas com esse objetivo, editou uma portaria que alterava o conceito de trabalho análogo ao de escravo, além de modificar os protocolos de fiscalização e divulgação de empresas envolvidas na exploração de trabalhadores. Fica evidente, assim, que a política serve não apenas a interesses pessoais, mas também aos interesses coletivos daqueles que concentram o poder - os representantes do agronegócio, amplamente presentes nos diversos setores da sociedade, manipulando e pressionando o sistema em benefício próprio.

Infelizmente, a história do Brasil fica refém do poder ameaçador do Agro, que ilusoriamente traz riqueza e desenvolvimento ao País. Na realidade, aprofundam-se desigualdades, miséria e exploração. Os setores econômicos e políticos são distorcidos a serviço do benefício de uma aristocracia agrária. A grande população, por sua vez, segue tendo seus direitos negligenciados. Outra face violenta do agronegócio manifesta-se por meio da grilagem de terras. Trata-se da apropriação fraudulenta de terras, sejam elas públicas ou devolutas, por meio da falsificação de documentos que simulam a posse legítima das terras. A grilagem é um dos recursos utilizados pelo agronegócio para a expansão da exploração agropecuária e madeireira, entre outras.

Mesmo com a lei exigindo o registro de propriedade, a apropriação, pelos grandes proprietários, de terras devolutas e/ou públicas, visando ampliar seus domínios, foi bastante comum. Pelo mecanismo conhecido como “grilagem”, registravam uma parcela, mas apossavam-se de áreas vizinhas muito maiores, ou simplesmente se apropriaram das terras consideradas como devolutas. Em ambos os casos as populações que nelas viviam eram expulsas, em geral brancos pobres, caboclos, negros ou indígenas<sup>73</sup>.

Com o objetivo de afrouxar a regularização fundiária no Brasil, em 2021, surgiu o Projeto de Lei 510/21, que buscava alterar a lei sobre a ocupação de terra que não possui proprietário legal e facilita que terras públicas desmatadas de modo ilegal sejam legalizadas

<sup>73</sup> MEDEIROS, L. de. Política Agrária. ALENTEJANO, P. R. R.; EGGER, D. da S.; Agronegócio. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 567.

pelos que a utilizam. O Projeto segue em tramitação no Senado, apoiado especialmente pela bancada ruralista e o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Em outras palavras, o agronegócio busca um respaldo jurídico para suas investidas contra o meio-ambiente e os grupos mais diretamente atingidos, como os povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores. As Terras Indígenas, por exemplo, são alvos constantes dos grileiros, sobretudo aquelas que ainda não passaram pelo processo de demarcação.

Os Povos Indígenas do Brasil, desde o período colonial, enfrentam a expropriação de suas terras, a negação de seus direitos e o massacre de sua cultura. Inúmeros indígenas foram silenciados, perseguidos e mortos por resistirem na defesa de seus territórios e da preservação de suas tradições. Os Povos Indígenas enfrentam o constante drama da expulsão de seus territórios. A Lei de Terras de 1850, por exemplo, extinguiu diversos aldeamentos indígenas e transformou grande parte dessas terras em bens públicos: “As terras indígenas no Brasil chegaram ao século XXI ocupando apenas cerca de 12% do território que ocupavam no século XVI, mesmo assim objeto de todas as formas de invasão. O fato de ainda existirem deve-se à ferrenha e contínua resistência indígena.”<sup>74</sup> Somente a partir do século XX, os direitos indígenas passaram a ser considerados nas Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988 foi fundamental no reconhecimento dos direitos indígenas ao declarar seu Direito originário - isto é, um Direito que precede o próprio Estado brasileiro - sobre as terras que tradicionalmente ocupam; seu Direito de posse permanente e usufruto exclusivo de suas terras. As terras indígenas, no entanto, não configuram como propriedade privada. Elas são propriedades do Estado Brasileiro, porém com destinação específica. Por isto, cabe ao Estado identificar, demarcar e proteger as terras indígenas. Tais terras são consideradas pela Constituição como inalienáveis e imprescritíveis.<sup>75</sup>

O relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) de violência contra os povos indígenas no Brasil, com dados recolhidos em 2023, aponta que, das 1381 terras indígenas no Brasil, 850, isto é, 62% do total, ainda não tiveram sua demarcação concluída. 563 dessas terras não tiveram nem sequer o processo de demarcação iniciado. Em 2023, apenas 8 foram homologadas. Por outro lado, foram registrados 276 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio indígena, atingindo em torno de 200 territórios indígenas em 22 estados brasileiros. Houve 150 registros de conflitos relativos a direitos

---

<sup>74</sup> LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Terras indígenas. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 743.

<sup>75</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jun. 2025. Art. 231º, Art. 232º.

territoriais em 24 estados<sup>76</sup>. Com base nos dados do relatório publicado em 2023, percebe-se a lentidão do Estado em relação às demarcações, mesmo após a decisão do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade do marco temporal. A não demarcação contribui para o cenário de invasões, conflitos e violência nos territórios indígenas.

A tese do marco temporal é uma das ameaças à proteção das terras indígenas previstas pela Constituição de 1988. Esta tese começou a ganhar força a partir de 2009, e representa os interesses dos setores ruralistas. Segundo ela, os povos indígenas só teriam direito à demarcação se estivessem fisicamente ocupando as terras na data da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988. Caso contrário, não teriam o direito à demarcação, mesmo que a terra pertencesse tradicionalmente a eles antes da Constituição. Após ser declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2023, com base no direito originário dos povos indígenas, o Congresso Nacional tentou impor a tese do marco temporal, aprovando a Lei 14.701/2023 - tentativa de institucionalizar a tese do marco temporal e restringir os direitos territoriais dos povos indígenas. Apesar de ser parcialmente vetada pelo presidente Lula em 2024, a Lei entrou em vigor. Atualmente, há um julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade desta Lei.

Apesar da crescente legitimação da violência contra os povos indígenas no Brasil, as mais de 300 etnias que compõem estes povos seguem lutando pelos seus direitos, culturas e territórios. O Acampamento Terra Livre sinaliza a força de resistência dos povos indígenas no Brasil. Desde 2004, este movimento, com visibilidade nacional e internacional, reúne milhares de indígenas em Brasília. Da multiplicidade de vozes indígenas, ecoa a luta pela terra e pelo direito. O período de 2021 a 2023 foi marcado por grande mobilização indígena contra o Projeto de Lei 490/2007 que incorpora a tese do marco temporal.

Assim como os povos Indígenas, outros grupos lutam por direitos e por terra no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representa uma força expressiva no combate aos agentes do agronegócio. O MST surgiu na década de 1980, no contexto da redemocratização, fortemente apoiado por grupos da Igreja Católica, como reação à concentração de terras e à expulsão de trabalhadores rurais. Os principais objetivos do movimento são a luta pela Reforma Agrária, a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, a promoção de um modelo agrícola mais sustentável, entre outros. Desde os primeiros anos de consolidação do agronegócio, o MST posicionou-se criticamente sobre o novo modelo.

---

<sup>76</sup> CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2023*. 21. ed. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025. p. 8-9.

Tratava-se de um modelo concentrador de riquezas, gerador de desemprego no campo e voltado exclusivamente para a demanda externa. O MST sempre esteve claramente posicionado ao lado contrário do agronegócio:

A disputa agora é entre dois grandes modelos para organizar a agricultura. De um lado, o modelo das multinacionais, que subordina e se alia aos fazendeiros exportadores e gera o agronegócio, usando a alta tecnologia que desemprega e gera êxodo rural; e, de outro, o modelo da agricultura familiar e camponesa, que busca a produção de alimentos em primeiro lugar, a fixação do homem no campo e a distribuição de renda [...]. O MST é apenas um ator nessa disputa. De um lado estamos nós, movimentos sociais, sindicatos, ambientalistas, o povo. De outro lado, os fazendeiros do agronegócio, as multinacionais, o capital internacional e seus puxa-sacos na empresa.<sup>77</sup>

O clamor dos pobres e da terra revela o sofrimento imposto pela lógica violenta do agronegócio. Baseado em uma dinâmica extrativista e orientada exclusivamente pelo lucro, esse modelo vem impedindo a construção de relações mais justas entre as pessoas, as culturas e o meio ambiente. O resultado é um cenário marcado por miséria, exclusão e morte.

## Conclusão

Ao longo deste capítulo, buscou-se desenvolver uma análise crítica do agronegócio no Brasil a partir de duas abordagens: uma histórico-descritiva e outra de caráter analítico. Na primeira parte, apresentou-se a trajetória do setor primário na economia brasileira, baseada na exportação de produtos agrícolas. Entre os resultados dessa análise, destacou-se que, desde o início da formação sócio-histórica do país, consolidou-se uma lógica de dominação e exploração da terra e dos povos. Assim, a atividade primária desenvolveu-se em um contexto de concentração fundiária e de exploração da mão de obra, legitimadas por dispositivos como a Lei de Terras de 1850.

A partir dessa estrutura de desigualdade e exclusão, formou-se o agronegócio. De acordo com Guilherme Delgado, seu desenvolvimento no Brasil pode ser compreendido em três fases. A primeira, denominada modernização conservadora, teve início durante a Ditadura Militar, influenciada pelo interesse internacional em expandir o mercado consumidor de equipamentos e insumos agrícolas. Entre as décadas de 1960 e 1980, observou-se a expansão do setor primário, que chegou a desempenhar papel relevante na geração de saldo comercial durante a crise econômica e o endividamento externo no final dos anos 1980.

---

<sup>77</sup> O Estado de São Paulo, 12 mar. 2006, p. a15. Apud. POMPEIA, *Formação política do agronegócio*, p. 217.

Contudo, essa modernização não implicou transformações estruturais no campo, mantendo-se apoiada na mesma lógica concentradora. A segunda fase, marcada pelos governos neoliberais, caracterizou-se pela retração da intervenção estatal e pela desvalorização da terra e de seus produtos. Apesar disso, no final da década de 1990, diante da crise cambial, o setor primário-exportador voltou a ocupar posição estratégica na recuperação da balança comercial. A partir dos anos 2000, inicia-se a fase atual, de reprimarização da política comercial brasileira, momento em que o termo agronegócio assume maior protagonismo.

Como discutido, o conceito de agronegócio adquiriu complexidade no contexto brasileiro. Originado nos Estados Unidos, o termo *agribusiness* designava a integração entre os setores primário, secundário e terciário. No Brasil, contudo, foi associado à demanda externa e à acumulação de capital no campo, vinculando-se diretamente ao capital financeiro internacional. O fortalecimento desse setor, impulsionado pelo Estado e pelos interesses externos, posicionou o país no mercado global de exportações, mas sustentou-se sobre bases desiguais e contradições socioambientais persistentes.

A segunda parte do capítulo buscou explicitar criticamente algumas consequências ambientais, sanitárias e sociais geradas pelo agronegócio, muitas vezes encobertas pelo discurso de inovação e progresso associado ao setor. Destacaram-se, entre essas consequências, os impactos do modelo de produção monocultural: o desmatamento, o empobrecimento e a perda da fertilidade dos solos, a redução da biodiversidade e os prejuízos às comunidades que dependem da agricultura de subsistência.

Além desses impactos, o agronegócio mantém-se pelo uso intensivo de insumos e tecnologias voltadas à produção em larga escala de commodities. Essa economia reforça a lógica de mercantilização dos alimentos e do próprio ecossistema, priorizando a eficiência produtiva em detrimento dos equilíbrios socioambientais. O uso crescente de agrotóxicos, como evidenciado, representa riscos significativos tanto à saúde humana quanto à integridade dos ecossistemas.

Algumas iniciativas têm surgido como reação a esse modelo, como a chamada Nova Revolução Verde, que utiliza recursos da biotecnologia e bioinsumos. Entretanto, é fundamental reconhecer que o agronegócio está assentado sobre uma estrutura historicamente desigual, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. Dessa forma, as alternativas a esse sistema precisam considerar transformações de caráter estrutural.

Por fim, abordaram-se os conflitos e a violência que acompanham a expansão do agronegócio, cujo caráter homogeneizador tende a suprimir qualquer obstáculo à sua atuação. No contexto brasileiro contemporâneo, esse modelo encontra-se amplamente consolidado e

respaldado por estruturas políticas e econômicas que favorecem seus interesses, manifestando-se em práticas e dispositivos legais, como a grilagem de terras e a defesa da tese do marco temporal. Apesar desse cenário, diversos grupos sociais - povos indígenas, trabalhadores rurais, integrantes do MST e pequenos agricultores - permanecem mobilizados na reivindicação por terra, direitos e condições dignas de existência.

Em síntese, a análise desenvolvida neste capítulo evidenciou que o agronegócio, embora contribua para o desempenho econômico nacional, reproduz e aprofunda desigualdades históricas, expressas tanto nas relações sociais quanto nos impactos ambientais. A compreensão crítica desse modelo é, portanto, condição essencial para pensar alternativas de desenvolvimento mais justas, sustentáveis e integradoras.

## 2 A LUZ DA FÉ SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA

O crítico contexto agrário brasileiro lança apelos à fé cristã motivando-a a buscar nas fontes da Revelação luzes que, por um lado, denunciem as contradições do atual modelo de produção e consumo no país e, por outro, apontem caminhos para uma nova relação com a terra. Conforme afirma Afonso Murad, temas significativos da humanidade também são objeto da teologia<sup>1</sup>, que é continuamente impulsionada a reler a realidade e os sinais dos tempos à luz da fé. Nesse sentido, com o propósito de iluminar o tempo presente, este capítulo realiza um percurso sistemático de reflexão sobre a relação da humanidade com o mundo criado, a partir de alguns temas das Sagradas Escrituras, da Teologia da Criação e das reflexões teológicas contemporâneas, no contexto do plano salvífico de Deus.

Este capítulo terá como fontes as Sagradas Escrituras e a Encíclica *Laudato Si'*, além das contribuições de teólogos como Luiz Carlos Susin (*A Criação de Deus*), Juan L. Ruiz de la Peña (*Teologia da Criação*), Jürgen Moltmann (*Dios en la Creación*) e Leonardo Boff (*Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*). A reflexão será desenvolvida em três partes: a primeira buscará nas Sagradas Escrituras fundamentos para uma relação justa entre a humanidade e a terra; a segunda retomará o caminho de elaboração, desenvolvimento e atualidade do conceito teológico de Criação. Por fim, a terceira abordará o desafio da crise socioambiental e a contribuição teológica e magisterial da Igreja diante desse cenário global.

### 2.1 Criação e Sagradas Escrituras

A Palavra de Deus é viva, e, por isto, ilumina continuamente a realidade. A sabedoria bíblica ultrapassa gerações e culturas, dialogando com os desafios do tempo presente, porque constitui grande novidade para o mundo, a saber, a Palavra da salvação que é o próprio Cristo. Ele é a referência última para se tratar sobre o ser humano e a Criação. Por isto, o ponto de partida dessa reflexão enfatiza a centralidade de Jesus, com base em alguns textos neotestamentários, como fundamento primordial a partir do qual se compreende o ser humano e a criação. A seguir serão abordados os temas do *imago Dei* e do *shabat*, presentes desde o

---

<sup>1</sup> MURAD, A. (Org.). *Ecoteologia: um mosaico*. São Paulo: Paulus, 2016, p. 210.

Antigo Testamento, iluminados e interpretados a partir de Cristo, ápice da Revelação de Deus (DV, n. 4).

### 2.1.1 Centralidade cristológica

Para os cristãos Jesus é a referência última a partir da qual se compreende a relação entre o ser humano e a criação. Reconhecer a natureza como criação implica aceitar que o mundo e cada criatura que o habita é fruto do amor e da bondade de Deus (LS, n. 76). A visão teológica sobre a história tem como fundamento o projeto salvífico de Deus, cujo ápice se manifesta em Jesus Cristo, mediador e plenitude de toda a Revelação (DV, n. 2). Trata-se, portanto, de uma visão cristocêntrica da história da humanidade e do mundo. Cristo é a finalidade última da obra criada por Deus. Por isto, constitui o sentido da vida humana e de toda a criação.

Nele é possível encontrar uma relação adequada e justa entre as criaturas. Desde o início do cristianismo, os primeiros intérpretes das Sagradas Escrituras perceberam que não somente a humanidade encontra em Cristo sua destinação última, mas também a criação em sua completude<sup>2</sup>. O Filho de Deus concentra em si a finalidade última de tudo e de todos, não somente da humanidade, mas de toda a criação: “dando-nos a conhecer o mistério de sua vontade, conforme decisão prévia que lhe aprouve tomar para levar o tempo à sua plenitude: a de em Cristo encabeçar (recapitular) todas as coisas, as que estão nos céus e as que estão na terra.” (Ef 1,9-10).

Ao se manifestar, Jesus esclarece, assim, quem é Deus, quem é o ser humano (GS, n.22), e o que é a criação: “porque nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis: Tronos, Soberanias, Principados, Autoridades, tudo foi criado por ele e para ele.” (Cl 1,16)<sup>3</sup>. Cristo é o mediador, a razão e a finalidade da criação (1Cor 8,6). Esta verdade

<sup>2</sup> Os Padres da Igreja, especialmente da escola alexandrina, desenvolveram a ideia de recapitulação, na qual a humanidade e a criação voltariam para Cristo. Cf.: SOUZA, J. N. de. O destino do homem no plano de Deus: uma análise da antropologia patrística sobre a “imagem e semelhança”. *Rev. Pistis Prax.*, Teol. Pastor., Curitiba, v.1, n. 1, p. 119-145, jan./jun. 2009.

<sup>3</sup> A teologia neotestamentária realiza uma releitura do Primeiro Testamento a partir da experiência de Cristo, identificando-o como a sabedoria mediadora da Criação. O Hino Cristológico de Cl 1,15-20 se inspirou em Pv 8,22-36, no qual se menciona o primado da sabedoria na criação do universo. Paulo identifica Jesus Cristo como sabedoria de Deus (1 Cor 1,30; 2,7). Em Jó 28,20-27, a sabedoria é celebrada como propriedade característica do Altíssimo. O Prólogo de João salienta que tudo foi feito por meio do Verbo (Jo 1,1-18). (RUCKERT, P. R. Criação: a luta contra o caos. *Reflexus*, Ano IV, n. 4, 2010, p.77-94. p. 92).

teleológica, dada a conhecer por meio da Revelação, contém implicações fundamentais para o olhar da fé sobre a realidade.

Assim como Jesus veio para que todos tenham vida (Jo 10,10), veio para que tudo tenha vida. A vida da criação é um imperativo para a fé cristã. A salvação em Cristo abraça tudo e todos (Cl 1,19-20). O Deus que cria o mundo como algo distinto dele, chama-o à comunhão, a participar do seu convívio (DV, n. 2). Esta união se realiza pelo caminho inaugurado por Cristo. “[...] E a Palavra se fez carne e veio morar entre nós [...]” (Jo 1,14a). Pela Encarnação, Jesus torna acessível o Mistério de Deus, pois assume toda a realidade, elevando-a à Trindade. A Ressurreição não abrange somente a vida humana, pois é uma promessa de transformação de todo o mundo, chamado a ser novo céu e nova terra (Ap 21,1). Toda a Criação é assumida e transformada pelo Mistério de Cristo no projeto salvífico de Deus:

[...] Assim, as criaturas deste mundo já não nos aparecem como uma realidade meramente natural, porque o Ressuscitado as envolve misteriosamente e guia para um destino de plenitude. As próprias flores do campo e as aves que Ele, admirado, contemplou com os seus olhos humanos, agora estão cheias da sua presença luminosa (LS, n. 100).

Esta visão escatológica não se limita a um futuro distante, pois imprime sinais no tempo presente. No entanto, estes sinais do Reino são como sementes que guardam enorme potência em sua pequenez (Mt 13,31-31; Mc 4,30-32; Lc 13,18-19). Somente com o olhar da fé e da esperança em Cristo, é possível perceber a potência desses sinais, muitas vezes insignificantes para o hoje da história. Jesus Cristo constitui, assim, o ponto de partida e de chegada para a compreensão da fé sobre a Criação e sobre o papel do ser humano no mundo criado por Deus. Portanto, retornar às fontes da Tradição é um processo fundamental a fim de lançar luzes ao presente cenário de crise socioambiental, agravado especialmente pelo atual modelo homogêneo de extração, produção, consumo e descarte. Na *Laudato Si'* o Papa Francisco reflete acerca do olhar de Jesus sobre a criação (LS, n. 96-100). Jesus, perfeitamente integrado à criação, percebe beleza e ternura nas dinâmicas cotidianas (Mt 6,26-30), extrai sabedoria nos processos naturais (Mc 4,26-29), sacramentaliza tais elementos (Jo 4,10-14; Jo 9,6-7; Mt 26,26-29).

A relação de Jesus com a terra é voltada ao serviço, à cura, ao sustento da vida. Jesus não tem uma postura predadora diante da criação, e sim de respeito e celebração. Jesus toma o pão e o vinho, agradece, abençoa (Mt 26,26-29). O Senhor de todas as criaturas reconhece a alteridade, o bem, o bom e o belo de cada ser. As narrativas evangélicas deixam perceber a capacidade contemplativa de Jesus. Um exemplo significativo está no relato do chamado à

Mateus. Há dois detalhes semânticos que apontam para esse olhar de Jesus, capaz de provocar um encontro. O primeiro, está na escolha do termo para indicar a mirada de Jesus dirigida à Mateus, suficiente para provocar a radicalidade da adesão. O verbo *etheasato* é raro no Segundo Testamento, e significa um olhar de profundidade<sup>4</sup>. Como o próprio texto mostra, olhar que significa encontro, abraço, convite ao pacto de fidelidade.

O segundo, está no próprio nome do discípulo, cujo significado é: dom de Deus<sup>5</sup>. Este sentido é paradoxal diante do contexto no qual vivia Mateus. Como coletor de impostos, sofria marginalização por parte de seu povo, pois era considerado traidor e pecador. Vivia isolado e condenado pelo seu pecado. Jesus é capaz de ver mais e além. Jesus enxerga em Mateus o dom, a sua dignidade de criatura, destinatário do amor e da boa notícia, da qual se torna portador. Mateus é uma figura paradigmática do excluído como lugar teológico, aquele que é chamado a ser anunciador de Cristo. Este relato, como tantos outros, ajudam a perceber o olhar profundo e amoroso de Jesus, que remonta aquele olhar do Criador sobre sua obra: “Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom” (Gn 1,31).

O reconhecimento desta bondade nas criaturas, de acordo com Júlio Ferreira tem um sentido teleológico, isto é, adequado a determinado fim: “[...] Tudo que Deus fez era bom, diz Gênesis. Não ‘bom’ no sentido moral (o que não se aplica às coisas), e sim no sentido teleológico [...].”<sup>6</sup> O olhar divino sobre a criação é, assim, aquele que enxerga a potência, a possibilidade, que cada ser é capaz de desenvolver. Esta perspectiva capaz de vislumbrar um horizonte de bondade é um pouco experimentada, por exemplo, pelos educadores, pessoas que trabalham em prol da formação humana, e que, muitas vezes, não vêem o resultado imediato de seu trabalho. Ainda assim, trabalham arduamente e pacientemente pelo desenvolvimento daqueles que estão sob sua responsabilidade.

Portanto, o Criador enxerga em sua criação o seu fim último, que significa a conformação a Cristo, a realização perfeita de tudo e todos:

A meta do caminho do universo situa-se na plenitude de Deus, que já foi alcançada por Cristo ressuscitado, fulcro da maturação universal.[53] E assim juntamos mais um argumento para rejeitar todo e qualquer domínio despótico e irresponsável do ser humano sobre as outras criaturas. O fim último das restantes criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente conosco e através de nós, para a meta comum, que é Deus, numa plenitude transcendente onde Cristo ressuscitado tudo abraça e ilumina.

<sup>4</sup> BOVON, F. *El Evangelio Según San Lucas*. Salamanca: Sigueme, 2012, vol. 1 (Biblioteca de Estudos Bíblicos, n. 85), p.365-366.

<sup>5</sup> FITZMYER, J. A. *El Evangelio según Lucas*: Traducción y Comentario. Madrid: Cristiandad, 1987, vol. 2, p. 531-532.

<sup>6</sup> FERREIRA, J. A. *Antologia Teológica*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005, p. 299.

Com efeito, o ser humano, dotado de inteligência e amor e atraído pela plenitude de Cristo, é chamado a reconduzir todas as criaturas ao seu Criador. (LS, n. 83).

### 2.1.2 Imago Dei

O chamado à recapitulação em Cristo, destinado a tudo e a todos, leva a reconsiderar determinadas interpretações do lugar do ser humano no mundo, muitas vezes considerado como um ser superior e exclusivamente chamado à Aliança com Deus. A fé cristã, no entanto, não adota qualquer visão biocêntrica da realidade (LS, n. 118), igualando o ser humano às demais criaturas. Trata-se de uma igualdade no chamado ao bem último que é Cristo, pois cada criatura possui um bem em si mesma (LS, n. 69). Já o ser humano é criado à imagem e semelhança, e, por isto, parece ter um papel particular na dinâmica da criação. O *imago Dei* é apresentado no relato sacerdotal de Gn 1,1-2,4a. Os dois relatos da criação em Gênesis, a saber, Gn 1,1-2,4a e Gn 2,4b-25, oferecem elementos que permitem refletir sobre o sentido da criação do ser humano como imagem e semelhança do Criador.

Em hebraico, *selem* (imagem) designa uma estátua ou reprodução de um modelo, enquanto *demût* (semelhança) expressa a ideia de igualdade. Ambos os termos podem, em determinados contextos, ser empregados como sinônimos<sup>7</sup>. No Antigo Oriente, a estátua de bronze era entendida como representação do rei dentro dos limites de seu domínio<sup>8</sup>. A partir dessa concepção, pode-se inferir uma compreensão do ser humano como imagem de Deus na terra, isto é, como representante do seu senhorio. Embora tal interpretação suscite debates, ela incita a reflexão sobre o modo como o ser humano é chamado a se relacionar com o mundo, tomando como referência a própria relação de Deus com sua obra. Ao designar o ser humano como imagem e semelhança de Deus, a perspectiva bíblica insere uma novidade na compreensão hierárquica da relação entre Deus e a terra:

No mundo antigo tinha-se a concepção de que somente reis e governantes eram criados à imagem e semelhança de Deus. Estes se consideravam a encarnação de Deus e, portanto, podiam estabelecer a comunicação entre os deuses e os seres humanos. Os faraós do Egito eram considerados a imagem viva de Deus na terra. O relato da criação de Gn 1,1-2,4a se opõe a esse modo de pensar, ao afirmar que Deus criou o adam (ser humano: masculino e feminino) à sua imagem e semelhança e a ambos conferiu a bênção<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> FARIA, J. de F. Gn 1,1-2,4a: a criação em sete dias como contramito ao mito babilônico da criação, Enuma Elish. *Estudos Bíblicos*, vol. 35, n. 140, p. 425-439, out./dez. 2018, p. 435.

<sup>8</sup> RUCKERT, *Criação*, p. 85.

<sup>9</sup> FARIA, *Gn 1,1-2,4a*, p. 435.

A condição de imagem divina não se restringe a alguns escolhidos, pois é atributo que constitui toda a humanidade. Portanto, deixar de ser imagem de Deus é o mesmo que deixar de ser humano<sup>10</sup>. Os relatos da criação sugerem a compreensão do *imago Dei* como um princípio relacional. “Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra’”( Gn 1,26).

Em primeiro lugar, destaca-se o uso do verbo *fazer* na primeira pessoa do plural, que recebeu diversas interpretações<sup>11</sup> ao longo do tempo. Para os Padres da Igreja, o termo *façamos* sugere o Mistério da Trindade. Na tradução grega, o plural expressa a deliberação de Deus com sua corte celeste. Ainda pode ser entendido como plural de majestade, recurso pelo qual reis e autoridades se referiam a si mesmos utilizando o plural. Apesar dessa diversidade de interpretações, é possível afirmar que o emprego do verbo no plural indica um diálogo - interno ou externo -, de modo que a criação do ser humano se origina de um princípio relacional do Criador e também o representa. Tal como afirmam Sattler e Schneider: “[...] o ser-homem [é] essencialmente [...] um ser capacitado a uma existência relacional.”<sup>12</sup>

Em segundo lugar, merece atenção o que se segue ao estatuto conferido ao ser humano como imagem e semelhança de Deus: a tarefa de exercer domínio sobre as criaturas do mar, do céu e da terra. Essa responsabilidade deve ser compreendida dentro do contexto literário-cultural bíblico e extra-bíblico, a fim de evitar interpretações equivocadas que levem a um antropocentrismo desordenado ou predador. O termo hebraico traduzido como dominar é o verbo *radah*, que não carrega a conotação de governo despótico - para isso, o hebraico bíblico utiliza a palavra *perek*<sup>13</sup>. Considerando a proximidade do hebraico bíblico com outras línguas semíticas do ambiente mesopotâmico, percebe-se uma relação semântica entre *radah* e o termo

<sup>10</sup> SILVA, R. B. O papel cocriador do ser humano enquanto Imago Dei e homem e mulher segundo o testemunho bíblico. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 45, n. 02, p. 158-166, Jul./Dez. 2019, p. 164.

<sup>11</sup> Luiz Carlos Susin relaciona o emprego do verbo ao cuidado: “Para a criação do ser humano, há a original modalidade: ‘Façamos’, que pode ganhar diversas interpretações. Uma interpretação insiste na ‘dignidade’ do ato criador do humano. Parece, no entanto, mais justo interpretar como um especial ‘cuidado’ e uma associação da criatura humana ao cuidado criador para com as outras criaturas, o que se pode verificar no contexto que segue, em que Deus confia ao ser humano o cultivo da terra.” (SUSIN, L. S. *A criação de Deus: Deus e criação*. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 50). Moltmann também apresenta uma perspectiva relevante sobre o emprego do verbo na primeira pessoa do plural. Para ele há uma peculiaridade na criação do ser humano, pois resulta de uma decisão especial de Deus, e não somente da palavra criadora. Deus dirige a si mesmo a palavra que precede a decisão. (MOLTMANN, J. *Dios en la creacion: doctrina ecológica de la creación*. Ediciones Sigueme: Salamanca, 1987, p. 231).

<sup>12</sup> SATTTLER, D.; SCHNEIDER, T. Doutrina da criação. In: SCHNEIDER Theodor (Org.). *Manual de Dogmática* (vol. 1). Petrópolis: Vozes, 2000. p. 202

<sup>13</sup> ANDRADE, A. L. P. de. Bíblia e Sustentabilidade: a consciência ecológica como paradigma de uma nova hermenêutica bíblica. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 383-404, Mai./Ago. 2023, p. 395.

acádio *redu*, cujas traduções mais adequadas seriam dirigir ou comandar. O termo *redu* refere-se à atividade do rei que governa seu povo com direito e justiça<sup>14</sup>. Com base nessa influência literário-cultural, pode-se afirmar que o termo dominar, presente em Gn 1,26.28:

[...] significa, no Antigo Oriente Médio e também na própria Bíblia, não apenas governar, mas também ser responsável diante de Deus. Isso aparece especialmente no conhecido oráculo de Ez 34, também da escola sacerdotal, em que Deus condena os pastores/reis de Israel por não terem cuidado do seu povo, por não terem sido responsáveis por ele.<sup>15</sup>

Portanto, tanto a expressão inicial (*façamos*) quanto a subsequente (*dominem*) em Gn 1,26, que acompanham a constituição do ser humano como imagem e semelhança de Deus, indicam a dimensão relacional e sociável para a qual ele foi criado. O relato javista de Gn 2,4b–25 aponta essa natureza constitutivamente relacional do ser humano, evidenciada por diversos elementos no texto. O ser humano é colocado no jardim (Gn 2,8), morada propícia para o seu desenvolvimento, que não pode se dar de maneira isolada. No jardim, ele é chamado a se desenvolver, por meio do trabalho (Gn 2,15); da linguagem (Gn 2,20); do amor (Gn 2,24).

O ser humano tem a tarefa específica de cultivar e guardar o jardim<sup>16</sup>. O termo traduzido como guardar refere-se ao verbo hebraico *shamar*, que também pode ser traduzido como cuidar, proteger, salvaguardar, preservar, defender<sup>17</sup>. Como imagem e semelhança, o ser humano é o cuidador da obra de Deus. Porém, não é o dono do jardim. O limite colocado pela proibição de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal demonstra que o ser humano não possui um poder ilimitado. O uso dos bens naturais tem como pressuposto primordial o cultivo e o cuidado com o jardim. Isto garante uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza (LS, n. 67). A orientação de Dt 20,19 é indicativo no sentido do uso dos bens. Nesta passagem, os soldados são orientados a não cortarem as árvores, mas apenas a se alimentarem delas. Conforme afirma Faria:

A terra teria que oferecer o alimento prazeroso para o ser humano desfrutar. Isso é uma ordem divina. Ele não teria, no princípio, que trabalhar para sobreviver (Gn 1,29).

<sup>14</sup> GIMÉNEZ-RICO, E. S. El Antiguo Testamento en Laudato Si': su presencia y sus huellas. In: GIMÉNEZ-RICO, E. S. (ED.). *Cuidar de la tierra, cuidar de los pobres: Laudato Si' desde la teología y con la ciencia*. Cantabria: Editorial Sal Terrae, 2015. p. 37-48, p. 40.

<sup>15</sup> “Significa en el Medio Oriente Antiguo y también en la propia Biblia no solo gobernar, sino también ser responsable delante de Dios. Ello aparece especialmente en el conocido oráculo de Ez 34, también de la escuela sacerdotal, en el que Dios condena a los pastores/reyes de Israel por no haber cuidado de su pueblo, por no haber sido responsables de él.” (GIMÉNEZ-RICO, *El Antiguo Testamento en Laudato Si'*, p. 40. Tradução nossa).

<sup>16</sup> Com base no relato javista, é possível encontrar mais clareza para compreender a ordem de domínio, presente no relato sacerdotal (Gn 1,26.28).

<sup>17</sup> ANDRADE, *Bíblia e Sustentabilidade*, p. 393.

Tampouco Deus permite ao ser humano matar para comer. A alimentação é igual para animais e o ser humano. Todos terão o prazer de se alimentar. Essas afirmações são profundamente revolucionárias. Deus cria o universo para a vida dos seres humanos em harmonia com os animais, e concede ao ser humano de ser humano e não de ser um deus que pede recompensa em troca de seu ato criador. O alimento é para o seu prazer. Dele o ser humano e os animais podem usufruir, sendo todos vegetarianos. O alimento é para o sustento da vida humana e não para dar lucro aos poderosos. Deus não espera em troca o tributo do ser humano. Com isso, fica descartada a opressão do ser humano sobre o seu semelhante. Quando da desobediência do ser humano e consequente perda do paraíso, o ser humano passa a produzir o seu alimento, isto é, fazer com que a terra lhe dê o sustento com o suor do seu rosto. Assim, o próprio ser humano inverte a ordem criadora. Ele mesmo criou a situação de opressão. É o que reflete Gn 9,1-3 quando diz que Deus permite ao ser humano comer da carne dos animais, mas não o seu sangue, bem como não matar seu irmão, que também é imagem de Deus. Matar outro ser humano é matar Deus.<sup>18</sup>

Os relatos bíblicos da criação sustentam que o ser humano é criado para a relação com Deus, com os outros e com o mundo. Sem este tripé relacional não é possível desenvolver-se de maneira integral. Os textos que sucedem aos da criação demonstram as consequências relacionais do pecado, isto é, da ruptura com o projeto salvífico da realização do ser humano e da criação: o fratricídio cometido por Caim contra Abel (Gn 4), o dilúvio (Gn 6-8) e a construção da torre de Babel (Gn 11,1-9). Sobre as consequências do pecado na dimensão relacional do ser humano, e, portanto, em sua imagem e semelhança, torna-se significativa a distinção feita por alguns Padres da Igreja entre a imagem e a semelhança.

A interpretação patrística considera que o ser imagem e semelhança conferido ao ser humano significa a possibilidade de divinização<sup>19</sup>. Irineu de Lion considera que o ser humano foi criado *capax Dei*, isto é, capaz de alcançar seu fim divinizado<sup>20</sup>. A semelhança seria, então, aquela que leva a imagem ao estado de perfeição. Para pensadores como Orígenes a imagem remete ao estado atual, e a semelhança ao estado futuro:

[...] o homem, desde a primeira criação, obteve a dignidade da imagem, enquanto a perfeição da semelhança lhe foi reservada para o fim, no sentido de que ele deve consegui-la, imitando Deus com a própria operosidade; assim, sendo, lhe foi concedida no início a possibilidade da perfeição por meio da dignidade da imagem, ele pode no fim realizar a perfeita semelhança por meio das obras.<sup>21</sup>

Com a queda de Adão, os Padres da Igreja consideram que essa possibilidade de divinização não se fecha, isto é, o ser humano não perde a imagem de Deus. No entanto, ela

<sup>18</sup> FARIA, *Gn 1,1-2,4a*, p. 434.

<sup>19</sup> SOUZA, *O destino do homem no plano de Deus*, p. 127.

<sup>20</sup> SOUZA, *O destino do homem no plano de Deus*, p. 130.

<sup>21</sup> SIMONETTI, M. Orígenes, I principi. Torino: Bari, 1968. p. 463-464. Apud. SOUZA, *O destino do homem no plano de Deus*, p. 129.

fica diminuída e deformada.<sup>22</sup> Nesse sentido, a ideia de recapitulação foi importante para alguns padres, como Irineu de Lion, pois no Filho todas as criaturas são recapituladas, inclusive a imagem ofuscada pelo pecado. Até a manifestação do Filho, a semelhança ainda não estava clara. Adão era somente figura do verdadeiro Adão, que mostraria a face de Deus.

Pela humanização de Cristo é possível, ao homem, divinizar-se, idéia central na antropologia do bispo de Lion onde expressa o processo pelo qual o homem se torna filho, por meio do Filho. Para ele, ao receber o Verbo, a humanidade recebe a filiação adotiva, podendo participar da incorruptibilidade e da imortalidade divinas.<sup>23</sup>

Jesus é, assim, a imagem perfeita do ser humano divinizado. A conformação a Ele pelo Espírito Santo restitui todas as relações feridas pelo pecado. Jesus esclarece o ser do homem e da mulher enquanto imagem e semelhança. No dizer de Roque Junges:

Em que o ser humano é feito à imagem e semelhança divina? Certamente não no senhorio absoluto de Deus. Ele não é senhor, mas um puro administrador da criação que lhe é entregue por Deus em cuidado. Deus criou o ser humano como seu interlocutor entre as criaturas. Por isso foi criado à imagem do Filho para que espelhasse o rosto do Filho, sendo assim o representante de Deus diante da Criação e o representante das criaturas diante de Deus. A imagem divina do ser humano está ao serviço dessa representação. O conteúdo da sua semelhança com o Filho é o papel de mediador entre Deus e as criaturas. Trata-se de uma representação subsidiária de Deus na linha da criação e do descanso das criaturas em Deus. O papel do ser humano não é apropriar-se da natureza como dono e explorador, mas realizar a função de um jardineiro que cuida da harmonia e beleza do jardim criado por Deus. Portanto, a representação deve ser exercida na perspectiva do cuidado.<sup>24</sup>

Jesus é o horizonte último do ser imagem e semelhança de todos os seres humanos. Desde a criação, eles foram predestinados a serem imagem do Filho (Rm 8,29; 1Cor 15,49). Essa transformação e aperfeiçoamento da imagem se opera pela ação do Espírito<sup>25</sup> (2Cor 3,18). À imagem e semelhança do Criador, a humanidade têm como horizonte a dinâmica da Trindade. O Pai Criador chama sua obra a se realizar no Filho. Este caminho de conformação até Jesus se

<sup>22</sup> SOUZA, *O destino do homem no plano de Deus*, p. 135-136.

<sup>23</sup> SOUZA, *O destino do homem no plano de Deus*, p. 139.

<sup>24</sup> JUNGES, J. R. Repensar a visão criacionista: cristianismo e ecologia. *Rev. Pistis Prax.*, Teol. Pastor., Curitiba, v. 1, n. 2, p. 355-369, jul./dez. 2009. p. 367.

<sup>25</sup> Sobre a ação do Espírito na criação, Luiz Carlos Susin afirma: “Desde a criação, afirma-se que o Espírito se ‘derrama’ ou se ‘infunde’ sobre o universo das criaturas. Ao contrário do Filho, que se encarna, torna-se criatura para ser o desígnio e o modelo ou caminho de toda criatura, o Espírito ‘in-habita’, é atmosfera e ar que entra até o fundo dos pulmões e faz palpitar no ritmo da vida. O Espírito é o ambiente divino em que todas as criaturas comungam umas com as outras, é elo e laço, união da biodiversidade do universo. Por isso o Espírito leva a criação não só a desabrochar, mas a amadurecer e chegar à plenitude dos desígnios divinos. É atribuída ao Espírito a ‘consumação’ ou o acabamento do universo e a entrada na vida divina, nas relações trinitárias, pois, em última instância, o Espírito é o ‘santificador’ do universo.” (SUSIN, *A criação de Deus*, p.39-40).

dá por obra do Espírito, que atua no mundo constantemente. As criaturas são abraçadas pela Trindade do princípio ao fim de sua existência.

A Teologia do *Imago Dei* funda-se na perspectiva da comunhão trinitária, pois trata-se de uma vida criada pelo Pai, redimida pelo Filho e consumada pelo Espírito. A atuação continuada da Trindade na Criação revela que Deus não abandona a sua obra, mas a renova constantemente, por meio da ação do Espírito, sopro de vida, tal como expressa o Salmo 104: “[...] Escondes tua face e eles se apavoram, retiras sua respiração e eles expiram, voltando ao seu pó. Envias teu sopro e eles são criados, e assim renovas a face da terra.” (Sl 104, 29-30). Assim como afirma Moltmann, o Criador habita em suas criaturas, mediante o Espírito, as mantêm na existência e as conduz ao seu Reino.<sup>26</sup>

Os cristãos, tornados filhos no Filho pelo Espírito, são chamados a viver sua identidade de imagem e semelhança de Deus como sacerdotes, profetas e reis. O sacerdote reconcilia, o profeta exorta à conversão e o rei é o cuidador, retomando assim a vocação originária confiada à humanidade. A missão de cuidador do jardim, confiada por Deus desde a criação, é continuamente recordada ao longo das Sagradas Escrituras e chega ao seu ápice em Cristo. Mesmo diante das rupturas provocadas pelo pecado, Deus permanece fiel à Aliança estabelecida com seu povo. Os profetas - homens e mulheres suscitados do meio do povo - e as suas exortações ao retorno a YHWH expressam essa dinâmica criadora que atravessa a história, visando relações justas e fraternas, tal como se consumará no Reino inaugurado por Jesus.

### 2.1.3 *Shabat*: coroa da criação

A dimensão relacional, tal como mostram as Escrituras, não se restringe apenas a relações entre os seres humanos, pois a Aliança contém implicações socioambientais. Entre elas, podemos mencionar, por exemplo, a dinâmica do *shabat*. Para compreender a originalidade da lei bíblica sobre o sábado, é necessário considerar também o contexto extra-bíblico, no qual já existia o costume de reservar um sétimo dia distinto:

[...] No Oriente Médio há testemunhos de dias enumerados como especiais. Normalmente, são marcados pelo perigo e pela má sorte, como ainda hoje há o dia treze ou certas conjunções do calendário (no Brasil, por exemplo, o dia treze de agosto, sobretudo se for sexta-feira). Seriam dias nefastos, ameaçadores, por isso, na velha Suméria, os grandes responsáveis pelo bem comum deveriam abster-se de qualquer atividade nesse dia: o rei, o sacerdote, o médico e o vidente; nada de governo, de culto,

<sup>26</sup> MOLTSMANN, *Dios en la creacion*, p. 27.

de cura e de provisões. A grande massa de gente, porém, continuava suas fadigas de sempre. Poderíamos constatar, embora de forma estranha e negativa, que havia um sinistro sábado como estranho privilégio de uma elite. Shabat parece ter sido também um tempo de interrupção dos trabalhos para levantar lamentações pela fadiga da vida trabalhosa.<sup>27</sup>

Diante dessa realidade exclusivista do descanso sabático, a Bíblia inaugura um *shabat* inclusivo: “[...] Não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu animal, nem o estrangeiro que está em tuas portas.” (Ex 20, 10b). Além dessa extensão participativa de todos no shabat, há ainda uma reorientação de sentido<sup>28</sup>. Na Bíblia o sétimo dia não é mais sinal de má sorte, mas, sim, um dia consagrado a Deus: “Lembra-te do dia do sábado para santificá-lo. Trabalharás durante seis dias, e farás toda a tua obra. O sétimo dia, porém, é o sábado de Iahweh teu Deus.” (Ex 20,8-10a). Além de ser inclusivo e positivo, o sábado bíblico também se estendia à terra. A cada sete anos, a lei convida ao repouso sabático da terra (Lv 25,1-7); e após sete vezes terem passado sete anos, será celebrado o jubileu, no qual se restabelecerá a igualdade e a justa relação entre os seres humanos e a terra (Lv 25,8-17):

O sábado é uma formidável lei de igualdade social, reconhecimento até dos direitos ecológicos, dos animais e da terra e de reequilíbrio e redistribuição de bens. No sábado de descanso da terra, quem é dono vive de suas provisões, e quem não tem terras pode comer o que qualquer terra dos outros dá espontaneamente. E depois de tempos de compras e vendas, com riscos de acúmulos e perdas irremediáveis, devolve-se aos que, desde o início, ali têm suas raízes e os túmulos de seus antepassados. Pois a terra, afinal, é inalienável, seu senhor é o Criador dos céus e da terra; somos hóspedes e filhos da terra, “somos nós que pertencemos a ela”, como dizem biblicamente os guaranis na América do Sul.<sup>29</sup>

O conteúdo do Código da Aliança certamente serviu como fundamento para a composição da narrativa da criação. Nela o próprio Deus, após trabalhar por seis dias, reservou o último dia para o descanso. É supreendente a perspectiva apresentada por Moltmann sobre o sétimo dia da criação. Para ele, o sábado é o ápice da atividade criadora de Deus. Esta interpretação traz implicações importantes para a compreensão da relação entre o ser humano e a criação à luz da fé. Para Moltmann, o sétimo dia constitui o sentido e a meta de toda a

<sup>27</sup> SUSIN, *A criação de Deus*, p. 80.

<sup>28</sup> “O Sábado ganha, em Israel, um sentido positivo, não mais nefasto, mas de festa. É uma afirmação da bondade da vida humana sobre a terra, uma interrupção não para cultos de lamentações, como se conhecia entre os sumérios, mas para culto de reconhecimento, louvor e agradecimento. Exatamente no exílio, quando se tinha razão para lamentações, tal como se afirma a criação do nada e a ressurreição dos mortos na boca da mãe dos macabeus, também se afirma o Sábado como resistência da bondade e da positividade da existência como criaturas e família de Deus.” (SUSIN, *A criação de Deus*, p. 81)

<sup>29</sup> SUSIN, *A criação de Deus*, p. 81.

criação. Está no fim no sentido de finalidade e consumação da obra divina. Esta consumação se dá no repouso celebrativo:

O que falta, pois, à criação antes do sábado? Podemos resumir dizendo: a consumação da atividade criadora é o repouso; a consumação do fazer é existir. A criação é a obra de Deus, mas o sábado é a existência presente de Deus. A vontade de Deus se expressa em suas obras, mas a essência de Deus se faz ostensiva no sábado. Em suas obras, Deus sai fora de si; no sábado da criação, Deus retorna a si.<sup>30</sup>

A consumação da obra criadora de Deus consiste em recolocar o sentido de todo o criado, que está no ser de cada criatura, e que precede qualquer utilidade. O fazer só ganha sentido no ser. Portanto, a existência da criação precede e consome o fazer. No sétimo dia, há um espaço para que a criação exista simplesmente, diante do Criador. Esta dinâmica que coloca a vida no centro se aproxima da afirmação de Jesus diante dos fariseus: “[...] O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado” (Mc 2,27). De fato, no tempo de Jesus havia um rigorismo em torno do cumprimento da lei, que se distanciava do seu verdadeiro sentido.

O mandato de observar o Sábado, no entanto, se complicou em uma legislação pesada, em tradições detalhistas, a ponto de se tornar uma proibição de quase tudo, um peso para os mais frágeis. Por isso, no tempo de Jesus, temos uma observação adulterada do Sábado, em que esse tempo parecia ser de novo nefasto, um risco para os que precisassem de comida e de cuidados com a saúde. Jesus se entende como quem busca o espírito original do Sábado e renova as possibilidades de entrar no Sábado mediante a cura, a reconciliação, a devolução do gosto de viver. Ele é o profeta e o Senhor - administrador - do Sábado (cf. Mc 2,27-28), aquele que traz o tempo jubilar da graça (cf. Lc 4,19).<sup>31</sup>

A perspectiva apresentada por Moltmann, que considera o sétimo dia como coroa da criação, possibilita uma compreensão mais descentralizada da humanidade e do trabalho e uma ruptura com a valoração utilitária dos bens comuns. Além disso, conduz a uma participação no tempo escatológico, por meio da santificação do tempo.<sup>32</sup> A este respeito, Moltmann salienta que a santificação do sábado garante uma universalização da benção divina, porque esta não é destinada a uma ou outra criatura, mas ao tempo, no qual toda a criação está inserida<sup>33</sup>. A benção

<sup>30</sup> “¿Qué le falta, pues, a la creación antes del sábado? ¿Qué añade éste a aquélla? Podemos resumir diciendo: la consumación de la actividad creadora es el reposo; la consumación del hacer es el existir. La creación es la obra de Dios, pero el sábado es la existencia presente de Dios. La voluntad de Dios se expresa en sus obras, pero la esencia de Dios se hace ostensible en el sábado. En sus obras, Dios sale fuera de sí; en el sábado de la creación, Dios retorna a sí.” (MOLTMANN, *Dios en la creacion*, p. 291. Tradução nossa).

<sup>31</sup> SUSIN, *A criação de Deus*, p. 82.

<sup>32</sup> ANDRADE, *Bíblia e Sustentabilidade*, p. 396.

<sup>33</sup> MOLTMANN, *Dios en la creacion*, p. 293.

de Deus não fica limitada a um espaço, pois pode ser experimentada por todos, por meio do descanso sabático.

Além disso, compreendido como consumação da criação, o sábado é a antecipação das expectativas messiânicas e escatológicas. Neste sentido, pode ser interpretada a relação de Jesus com o sábado. Os embates entre Jesus e os fariseus por conta da observância do sábado não tem a ver com uma descontinuidade entre Jesus e a lei, e sim com a culminância desta. Jesus é o Messias, e, por isso, vive na liberdade do tempo messiânico<sup>34</sup>: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.” (Lc 4,18-19).

No Reino de Deus todos e todas podem experimentar a integralidade do ser. Neste sábado eterno, tudo está orientado para o bem da vida da criação. Historicamente, na experiência cristã, o sábado judaico foi dando lugar ao domingo da ressurreição. Não se trata de uma substituição, mas de uma elevação, pois com a ressurreição de Jesus a vida tem a última palavra. Segundo Moltmann, a perspectiva judaica do sábado tinha um caráter de recordação, enquanto a perspectiva cristã do domingo tem um caráter de esperança. A ressurreição gloriosa de Jesus motiva a caminhada cristã rumo ao futuro, futuro de transformação, não só da humanidade, mas de toda a criação. A ressurreição é o primeiro dia da nova criação, que nasce de Cristo.

As Sagradas Escrituras oferecem várias chaves para se compreender a relação entre o ser humano e a criação a partir de uma perspectiva cristocêntrica. Cristo, presente desde o princípio até a consumação da história, é o sentido último da criação e da existência humana. A condição de imagem e semelhança de Deus manifesta-se como dom recebido e, ao mesmo tempo, como tarefa que implica responsabilidade diante do mundo criado. Esta responsabilidade se realiza no cuidado com a criação e encontra sua plenitude em Cristo, referência normativa para uma relação justa com o mundo. A ressurreição, acontecimento fundante da fé cristã, projeta a existência para além do tempo histórico, oferecendo uma perspectiva escatológica que ilumina os desafios do presente e orienta toda a criação para sua realização definitiva em Deus.

## 2.2 Reflexão teológica sobre a Criação

---

<sup>34</sup> MOLTSMANN, *Dios en la creacion*, p. 302.

Na *Laudato Si'*, o Papa Francisco afirma que “não há ecologia sem uma adequada antropologia” (LS, n. 118). Esta afirmação evidencia que a reflexão ecológica deve partir de uma compreensão integral do ser humano, reconhecendo-o como criatura e filho, inserido em uma teia de relações que o ligam ao Criador, aos demais seres e à própria terra. A maneira como o ser humano se compreende no mundo influencia diretamente a forma como se relaciona com ele. Por isso, uma antropologia iluminada pela fé exige uma adequada Teologia da Criação.

O tema da Criação é fundamental e imprescindível para compreender o papel do ser humano na história da salvação e sua corresponsabilidade na manutenção da vida. A partir desta perspectiva, torna-se necessário revisitar o modo como a noção de criação foi sendo compreendida e elaborada ao longo da história, pois ela revela não apenas uma doutrina, mas também uma espiritualidade e uma ética. Nesta reflexão, serão abordados o desenvolvimento histórico do conceito de criação, os desafios trazidos pelas novas leituras do mundo inauguradas pelo evolucionismo e os apelos que o contexto contemporâneo faz à teologia da criação.

## 2.2.1 Teologia da Criação na história

A Teologia da Criação, desde os primeiros séculos do cristianismo, foi se solidificando a partir de várias interpelações, tais como as ideias gnósticas, fortemente marcadas por uma visão dualista; ou panteístas, que apesar de se expressarem mais fortemente com o filósofo moderno Espinoza, já estavam presentes em algumas correntes filosóficas, tais como o neoplatonismo. Ideias como dualismo e panteísmo representaram um desafio à reflexão teológica sobre a Criação. O dualismo, por exemplo, trazia para a discussão teológica o problema do mal e a impossibilidade de associá-lo a Deus; já o panteísmo colocava questões sobre a relação e a distinção existente entre o Criador e a criação.

Teólogos como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino foram importantes para as elaborações teológicas que responderam às questões levantadas pelo gnosticismo e panteísmo. Estas reflexões, pouco a pouco, foram se solidificando e se tornaram doutrinas cristãs a partir do IV Concílio de Latrão, em 1215, cujo objetivo principal foi responder às heresias albigenses<sup>35</sup>. Suas afirmações a respeito da Criação foram:

a) a unidade do princípio criador, apesar da diversidade de pessoas divinas (*'tres quidem personae... unum universorum principium'*); b) a *creatio ex nihilo* - contra a

<sup>35</sup> Grupo surgido na Idade Média que pregava um cristianismo dualista e ascético. Rejeitavam a autoridade da Igreja e os sacramentos.

matéria pré-existente -, pela primeira vez num documento magisterial ('...*de nihilo condidit creaturam*'); c) a índole temporal do ato criativo ('...*ab initio temporis*'); d) a extensão de dito ato, que abarca não apenas os seres espirituais, mas também e igualmente ('*simul*') os materiais ('*creaturam spiritualem-corporalem-angelicam-mundanam*'); e) a origem do mal, que não é de ordem ontológica - uma entidade, a matéria, má em si mesma -, mas moral ('*diabolus et alii daemones natura creati sunt boni, sed... per se facti sunt mali. Homo vero... peccavit*').<sup>36</sup>

Noções como *creatio ex nihilo* e bondade da criação determinaram a tradição doutrinária sobre a Criação. Assim como afirma Ruiz de La Peña, após a definição do lateranense IV, a doutrina cristã da Criação não passa mais por nenhuma intervenção magisterial até o Vaticano I.<sup>37</sup> Por muitos séculos, a reflexão teológica sobre a Criação caracterizou-se por seu caráter metafísico, sem muita incidência na práxis cristã. Para os primeiros séculos do cristianismo e o período escolástico, parece ter sido mais importante assegurar os atributos divinos como transcendência, bondade, Trindade e unicidade.

De acordo com Ruiz de La Peña, a doutrina da Criação transformou-se em teologia natural, cujos argumentos de ordem metafísica estavam acima da perspectiva bíblica<sup>38</sup>. Com efeito, nas Sagradas Escrituras, a fé no Deus Criador é posterior à fé no Deus libertador. Desta emerge a criação, cuja finalidade é a salvação do povo. O Novo Testamento mantém esta teologia entrelaçada, porque o Verbo, mediador e fim da Criação, é o salvador. O conhecimento bíblico do Deus Criador é fruto da experiência com o Deus salvador. A criação aponta para a salvação, e é na salvação que a criação encontra o seu pleno sentido. Na Bíblia, a fé no Deus criador tem incidência na vida.

Estudos exegéticos e análises no campo dos estudos da religião no mundo antigo estão a indicar que, na sua origem vétero-oriental, o conceito de 'criação' não tinha o sentido lato de 'criação a partir do nada' como em geral é usado hoje (KEEL; SCHROER, 2002). No contexto do antigo Oriente, e em particular na tradição hebraica, criação tem a ver mais especificamente com o ordenamento de um espaço considerado como caos, a fim de possibilitar um âmbito de vida. Isso se expressa especialmente nas chamadas 'cosmogonias' ou 'teogonias' na Mesopotâmia, Egito e Canaã. Ambas as expressões tem a ver com alguma luta originária que deu origem a um cosmo existente. Ou, então, há uma luta de alguma divindade com forças adversas do mundo natural. Aí nos movemos no âmbito da mitologia, isto é, da criação de mitos para a sustentação ideológica e teológica de determinadas estruturas do mundo habitado de então.<sup>39</sup>

A modernidade trouxe novos desafios à reflexão teológica, impulsionados, sobretudo, pela ascensão do racionalismo. A Doutrina da Criação passa, então, a ter relação com o

<sup>36</sup> RUIZ DE LA PEÑA, J. L. *Teologia da Criação*. Edições Loyola: São Paulo, 1989, p. 86-87.

<sup>37</sup> RUIZ DE LA PEÑA, *Teologia da Criação*, p. 87.

<sup>38</sup> RUIZ DE LA PEÑA, *Teologia da Criação*, p. 93.

<sup>39</sup> REIMER, H. Criação e cuidado. *Rev. Pistis Prax.*, Teol. Pastor., Curitiba, v. 1, n. 2, p. 299-315, jul./dez. 2009, p. 304.

conhecimento que se pode ter de Deus. Se antes a noção de Criação estava atrelada aos atributos de Deus, a partir desse momento ela passa a ser caminho de acesso a Deus. No embate entre fé e razão, o Concílio Vaticano I não se opõe à razão, mas a coloca em um nível distinto da fé, e lança mão da noção de criação para fazê-lo. O Concílio afirma, assim, que o conhecimento de Deus por meio da razão é possível na Criação. Através dela, todas as pessoas podem ter acesso a Deus. Trata-se da Revelação natural, acessada pela razão. A Revelação sobrenatural, por sua vez, só pode ser conhecida por meio da fé.

O Concílio Vaticano II, após a contribuição teológica dos movimentos que o precederam, foi capaz de retomar a perspectiva bíblica em sua Doutrina da Criação, transformando-a em vários sentidos. Apesar de não haver um documento conciliar específico sobre a Teologia da Criação, esta está presente em vários documentos, revestida de novidades, tais como: unidade entre criação e salvação; dimensão cristológica da criação; correspondência entre protologia e escatologia; implicação prática da fé cristã.<sup>40</sup>

A reflexão conciliar é presidida por uma imagem dinâmica do mundo, que se contempla como processo aberto no qual intervém não apenas o fator divino, com a colocação do processo em marcha, mas também o fator humano, que prolonga e atualiza a obra de Deus. O Concílio reconhece, assim, que o mundo, enquanto criação, é o efeito combinado de duas causalidades: a de Deus criador e a do homem criativo. Os homens, ao mesmo tempo em que confessam a Deus ‘como criador de todas as coisas’, ‘desenvolvem, com seu trabalho, a obra do criador’ (GS 34). Portanto, o Concílio, longe de refutar a criatividade humana, à qual se referem constantemente as filosofias da modernidade, ou de nela ver um atentado à prerrogativa criadora de Deus, vê nessa criatividade algo querido pelo próprio Deus e, mais ainda, como ‘sinal da grandeza de Deus e consequência de seu inefável desígnio’ (GS 34). O emprego secular de categorias classicamente teológicas, como criação, criatividade, criador, fica assim legitimado, pelo menos enquanto se faça delas um uso não excludente, mas complementar e devidamente hierarquizado.<sup>41</sup>

O Concílio Vaticano II operou uma espécie de conciliação entre os extremismos que o antecederam no que diz respeito à doutrina da criação, ora metafísica e remetida a Deus; ora racionalista e direcionada ao ser humano. A partir do Vaticano II, falar de Criação é dizer do projeto de Deus que visa salvar, por meio de Cristo no Espírito, a humanidade e todo o mundo. A noção de Criação não está encerrada em um princípio estático. Antes, transforma-se em uma dinâmica que permeia toda a história até o seu horizonte final. A Teologia da Criação, hoje, é marcada por essa dimensão inacabada, de promessa, construção e esperança. Mais do que dizer sobre o passado, é proclamar algo sobre o futuro, sobre o rumo para o qual toda a Criação foi feita e chamada.

<sup>40</sup> RUIZ DE LA PEÑA, J. L. *Teologia da Criação*, p. 98.

<sup>41</sup> RUIZ DE LA PEÑA, J. L. *Teologia da Criação*, p. 96-97.

### 2.2.2 Criação e Evolução

O caminho que levou o Concílio Vaticano II a assumir uma compreensão bíblica, cristológica e pneumatológica, dinâmica e ética da Criação teve início com a abertura da teologia ao diálogo com a ciência, iniciada especialmente por Teilhard de Chardin. Este teólogo e paleontólogo introduziu na reflexão cristã as questões suscitadas pelo evolucionismo. Embora tenham existido tentativas de contrapor criacionismo e evolucionismo<sup>42</sup>, a teologia soube, pouco a pouco, acolher as teorias científicas, integrando-as no Mistério da fé e reconhecendo nelas novas e fecundas lentes para compreender, de modo renovado, a Revelação.

O evolucionismo formulado por Charles Darwin colocou em questão a visão estática da criação sustentada pela Teologia da Criação de sua época. As teorias evolucionistas evidenciam a novidade e a dinamicidade presentes no mundo, impossíveis de serem ignoradas. Porém, não é adequado afirmar que há uma oposição entre evolucionismo e criacionismo bíblico. Isso porque a perspectiva das Sagradas Escrituras apresenta uma criação dinâmica, que não se limita aos seis dias narrados no Gênesis, mas atravessa todo o Antigo Testamento e alcança seu ponto culminante em Jesus Cristo, que projeta a criação para um horizonte de plenitude e transformação:

A doutrina bíblica da criação, e especialmente a messiânica, contradizem a imagem do cosmos estático, fechado, que descansa em seu próprio equilíbrio ou que gira sobre si mesmo. Com sua orientação escatológica para a consumação, acolhe melhor a imagem de uma história cósmica não terminada.<sup>43</sup>

Teilhard Chardin viu nas descobertas científicas uma oportunidade de reinterpretar o significado de Cristo para a Criação, em sintonia com a cristologia cósmica do Novo Testamento. Como paleontólogo e teólogo, ele acrescenta nas diferentes etapas no desenvolvimento do universo, - cosmosfera, geosfera, litosfera, hidrosfera, atmosfera, biosfera e antroposfera, - a culminância denominada como Cristosfera. Para Chardin, esse ponto final da evolução em Cristo estava desde sempre presente, o que ele denominou de cristogênese

<sup>42</sup> Por volta de 1925, nos Estados Unidos, houve um esforço por parte de alguns teólogos fundamentalistas em negar absolutamente o evolucionismo. Estes teólogos ficaram conhecidos como criacionistas fundamentalistas. (MOLTMANN, *Dios en la creacion*, p. 206).

<sup>43</sup> “La doctrina bíblica de la creación, y especialmente la mesiánica, contradicen por principio la imagen del cosmos estático, cerrado, que descansa en su propio equilibrio o que gira sobre sí mismo. Con su orientación escatológica hacia la consumación casa, más bien, la imagen de una historia cósmica no terminada.” (MOLTMANN, *Dios en la creacion*, p. 211. Tradução nossa).

universal. Assim, todas as criaturas estão envolvidas pelo elemento crístico. Cristo é a expressão máxima do processo evolutivo.<sup>44</sup>

Na esteira de Teilhard Chardin e da abertura assumida pelo Concílio Vaticano II, alguns teólogos começaram a trabalhar com a noção de Criação que considera o mundo como sistema aberto, e acolhe as teorias científicas da evolução. Um trabalho inovador nesse sentido, foi o do teólogo alemão de tradição protestante, Jurgen Moltmann. Para ele, os conceitos de criação e evolução estão situados em planos distintos, portanto, não se contradizem. O conceito de criação tem a ver com o milagre da existência e compreende todo o existir; o conceito de evolução, por sua vez, está relacionado à estruturação da matéria e dos sistemas de vida<sup>45</sup>. A partir desta perspectiva, seria acertado afirmar que criação e evolução são complementares.

Alguns teólogos, assim como Moltmann, sustentam que a ideia de criação na Bíblia é marcada por uma continuidade<sup>46</sup>. Ela pode, então, ser identificada como criação inicial, criação histórica e criação escatológica:

As diversas tradições bíblicas falam da criação de Deus fixando o olhar no princípio do tempo, no tempo da história e no tempo escatológico. Se o termo “criação” deve contemplar toda a atividade criadora de Deus, a doutrina da criação correspondente deverá abarcar a criação no princípio, a atividade criadora ao longo da história e a criação do final dos tempos: *creatio originalis* - *creatio continua* - *creatio nova*. O termo “criação” designa a criação inicial de Deus, sua criação ao longo da história e a criação consumada.<sup>47</sup>

Luiz Carlos Susin define essa noção de criação da seguinte maneira: A criação inicial, também chamada de criação original, é protagonizada pelo Criador e aponta para o começo do universo, que, portanto, não é eterno. Indica, assim, o princípio do processo criativo. A criação histórica, também chamada de criação contínua, expressa a dimensão de contingência histórica, pois os seres criados também participam do trabalho de criação como cocriadores. Por fim, a criação escatológica, também chamada de nova criação, é o horizonte de sentido da criação, que já está presente desde o princípio<sup>48</sup>:

<sup>44</sup> SUSIN, *A Criação de Deus*, p. 161.

<sup>45</sup> MOLTSMANN, *Dios en la creacion*, p. 210.

<sup>46</sup> Além de Moltmann, Juan Noemi e Luiz Carlos Susin trabalham com essa perspectiva de *creatio originalis*, *continua* e *nova*.

<sup>47</sup> “Las diversas tradiciones bíblicas hablan de la creación de Dios poniendo la mirada en el principio del tiempo, en el tiempo de la historia, y en el tiempo escatológico. Si el término ‘creación’ debe compendiar toda la actividad creadora de Dios, la correspondiente doctrina de la creación deberá abarcar la creación en el principio, la actividad creadora a lo largo de la historia y la creación al final de los tiempos: *creatio originalis* - *creatio continua* - *creatio nova*. El término ‘creación’ designa la creación inicial de Dios, su creación a lo largo de la historia y la creación consumada” (MOLTSMANN, *Dios en la creacion*, p. 69. Tradução nossa).

<sup>48</sup> SUSIN, *A criação de Deus*, p. 32-34.

A Nova Criação, escatológica e inspiradora de todo o processo da criação, é o ponto decisivo, a partir do qual se entende a teologia bíblica da criação. Estamos aqui diante de uma verdadeira revolução, diante de uma inversão: o que se quer dizer com criação escatológica é que é a escatologia - o horizonte último de todo o processo da criação - que orienta e decide a criação histórica e a criação inicial; e, mais ainda, é a causa principal da criação inicial e do seu acontecimento como história. Essa inversão - a causa principal e decisiva convida-nos a não mais imaginarmos a linha do tempo a partir do início, no passado, desdobrando-se até a finalização no futuro, mas o contrário: é o Último, a glória e a bem-aventurança finais, a causa e explicação do início. O que vem desde o horizonte último, desde o futuro, abre, rompe, chama, infunde novos valores, novas energias, faz a história andar para a frente.<sup>49</sup>

Jesus Cristo, plenitude da Criação, é ao mesmo tempo a razão e o sentido da criação inicial e histórica. O fim escatológico atrai para si todo o percurso da criação, colocando-o em movimento. Assim, a Criação não encontra em si mesma o seu propósito definitivo. A perspectiva evolutiva corresponde bem a essa visão dinâmica do mundo, que caminha em direção ao seu cumprimento final. Desde o princípio, a criação foi chamada à sua plenitude, mas ainda não se apresenta em sua forma definitiva: permanece em constante transformação e evolução. Trata-se, desde a origem, de um sistema aberto, orientado para a meta da nova criação.<sup>50</sup> No início, já está posto o fim, a noção cristã de criação é plasmada pela orientação escatológica. Esta dá sentido ao princípio e à jornada histórica:

[...] o presente do crente não está determinado pelo passado, mas sim pelo futuro. Seu presente está livre do passado e aberto ao futuro do Messias. É o presente do que está por vir. A fé cristã de forma alguma substitui a arcaica concepção cíclica do tempo por uma interpretação linear moderna. A fé cristã coloca nesse lugar sua concepção messiânica do tempo, que traça uma distinção qualitativa entre passado e futuro, e não os coloca no mesmo plano<sup>51</sup>.

O horizonte escatológico, tal como explicita a pregação de Jesus sobre o Reino de Deus, já foi inaugurado e apresenta sinais na atualidade. Assim como afirma Moltmann, a esperança futura obriga a ser fiel à terra<sup>52</sup>, ou seja, não se trata de uma visão desencarnada, alheia à realidade. A concepção messiânica do tempo qualifica a relação com o presente, que apesar de ser marcado por corrupção e desvio, também carrega a possibilidade de transformação e salvação. O olhar cristão sobre a realidade é marcado por esperança e possibilidades, e deve gerar, conseqüentemente, ações de libertação da vida oprimida e sem possibilidades de

<sup>49</sup> SUSIN, *A criação de Deus*, p. 34.

<sup>50</sup> JUNGES, *Repensar a visão criacionista*, p. 362.

<sup>51</sup> “[...] el presente del creyente no está determinado por el pasado, sino por el futuro. Su presente está libre del pasado y abierto al futuro del Mesías. Es el presente de lo venidero. La fe cristiana en modo alguno sustituye la arcaica concepción cíclica del tiempo con una moderna interpretación lineal. La fe cristiana sitúa en ese lugar su concepción mesiánica del tiempo, que traza una distinción cualitativa entre pasado y futuro, y no los sitúa en el mismo plano.” (MOLTMANN, *Dios en la creacion*, p. 137. Tradução nossa).

<sup>52</sup> MOLTMANN, *Dios en la creacion*, p. 107.

crescimento. Nesta perspectiva, a vida da criação como um todo, objeto da promessa de realização, tem lugar fundamental para a fé cristã, e deve ser elevada à mais alta dignidade: “Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Com a abertura ao evolucionismo, a noção de *creatio ex nihilo*, noção dominante na doutrina da criação por muitos séculos, é ressignificada. De fato, a definição clássica de criação a partir do nada se sustenta em uma compreensão estática do mundo, na qual desde o princípio tudo o que existe já emergiu de forma acabada e concluída. Sabe-se que quase tudo provém de algo. Apesar dessa incompatibilidade posta pela ciência, de acordo com Juan L. Ruiz de la Peña, a formulação clássica da *creatio ex nihilo* não perde sua relevância. Para ele, tal doutrina cumpre duas funções: a primeira é negativa, no sentido de que exclui a possibilidade de uma compreensão dualista cosmogênica. A segunda é função positiva, no sentido do alcance da ação criadora, da qual nada fica à margem<sup>53</sup>. Assim, a *creatio ex nihilo*, cumpre a função principal de lembrar que nada preexiste à ação criadora.

### 2.2.3 Apelos contemporâneos à Teologia da Criação

Após deparar-se com as descobertas evolucionistas, a Teologia da Criação passou a enfrentar um novo desafio emergido no século XX, que vem se intensificando cada vez mais: a crise ecológica, originada sobretudo pelos parâmetros técnico-científicos do capitalismo moderno. A percepção dos limites do planeta ganha força a partir da década de 1960, impulsionada por diversos acontecimentos significativos. Entre eles, os questionamentos quanto aos impactos do uso de DDT, pesticida utilizado a partir da 2ª Guerra mundial; a viagem à lua em 1969, que impulsionou uma nova forma de enxergar a terra; o surgimento do chamado Clube de Roma, que tinha como um de seus objetivos mapear os recursos explorados pelos humanos.<sup>54</sup>

A confluência de todos esses fatores foi responsável por despertar na humanidade a consciência da finitude dos recursos do planeta e a necessidade em buscar novos caminhos. Em 1972 realizou-se a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio-ambiente. Por conseguinte, em 1983 criou-se a Comissão Mundial de Meio-ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland. Esta comissão, também conhecida como Comissão Brundtland, publicou, em 1987, o *Relatório sobre nosso futuro comum*. A partir de então,

<sup>53</sup> RUIZ DE LA PEÑA, *Teologia da Criação*, p.107.

<sup>54</sup> ANDRADE, *Bíblia e Sustentabilidade*, p. 390.

consolidou-se a noção de desenvolvimento sustentável, entendida como a possibilidade de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprirem as suas<sup>55</sup>.

Na busca pelas causas da crise, ganhou notoriedade a crítica feita pelo historiador norte-americano, Lynn White Jr. (1967). Para ele, a crise ecológica está relacionada a uma causa religiosa. O historiador responsabilizou o judaísmo e cristianismo ocidental pela desmistificação da natureza e pelo antropocentrismo extremado. Para White, essas religiões introduziram uma visão linear do tempo, que viabiliza a noção de progresso e desrespeita a dimensão cíclica da natureza<sup>56</sup>. Além disso, a cosmovisão bíblica, de acordo com White, é a grande responsável por colocar o ser humano em um lugar de dominação e exploração, conforme o relato de Gn 1,28.<sup>57</sup>

Embora as críticas de White tenham alcançado ampla repercussão, elas carecem de fundamento sólido do ponto de vista da interpretação teológica dos textos bíblicos e da noção cristã de Criação. Uma leitura teológico-narrativa de Gn 1,28 revela uma ordem de domínio que não implica exploração irrestrita, e sim uma responsabilidade diante da Criação. Quanto à dimensão temporal, as Sagradas Escrituras apresentam uma compreensão dinâmica da criação, voltada à elevação dos seres e não a um progresso desmedido e sem propósito. Como aponta Roque Junges, as raízes da crise ecológica estão, na realidade, associadas a outras questões:

As causas da crise ecológica devem ser buscadas na história de efeitos da modernidade: o individualismo e a autonomia, introduzidas pela revolução francesa, e o uso das inovações tecnológicas protagonizada pela revolução industrial. A conjunção do capitalismo com a democracia possibilitou o surgimento da industrialização e da urbanização, o crescimento da riqueza e da população, a apropriação privada dos recursos e a exploração dos recursos naturais. Esses elementos estão presentes também em países que não são de tradição cristã. Eles são os verdadeiros causadores da degradação ambiental.<sup>58</sup>

A crise ecológica explicita, assim, o grande mito do progresso alcançado pelos avanços técnico-científicos, que na verdade está levando a terra à destruição. Não se trata de desvalorizar as conquistas no campo da ciência e tecnologia, mas, sim, de colocar em questão os princípios que movem tais avanços, marcadamente voltados para o acúmulo de riquezas de forma desmedida e desigual. Nesta lógica, até mesmo o ser humano sai de cena para dar lugar ao lucro.

<sup>55</sup> ANDRADE, *Bíblia e Sustentabilidade*, p. 390-391.

<sup>56</sup> JUNGES, *Repensar a visão criacionista*, p. 357.

<sup>57</sup> ANDRADE, *Bíblia e Sustentabilidade*, p. 391.

<sup>58</sup> JUNGES, *Repensar a visão criacionista*, p. 358-359.

Há, portanto, um desordenamento dos princípios que regem as dinâmicas sociais. Tal como afirmou Moltmann:

A expressão 'crise ecológica' oferece apenas uma configuração difusa e insuficiente da problemática real. Na verdade, trata-se de uma crise de todo o sistema da vida do mundo industrial moderno; uma crise na qual os homens se meteram arrastando consigo o seu entorno natural, uma crise na qual se aprofundam a cada dia mais.<sup>59</sup>

Percebe-se, portanto, que a crise ambiental não ocorre de forma isolada, pois está intimamente ligada à civilização contemporânea, tanto em suas causas quanto em seus efeitos. A humanidade não se desenvolveu eticamente na mesma proporção e intensidade que a tecnologia. Assim, a crise ecológica revela, antes de tudo, uma crise de valores, na qual se mostra a incapacidade de lidar com o poder desmedido das inovações técnicas. Reconhecer essa realidade evidencia que medidas políticas e jurídicas, por si só não são suficientes para enfrentar os desafios ambientais atuais. Torna-se necessário repensar o lugar do ser humano no mundo e reorganizar seus valores, de modo a estabelecer relações justas que garantam a sustentabilidade dos sistemas de vida.

Este é o desafio que a Teologia tem diante de si. Uma vez superada a relação de oposição entre fé e ciência, a fé é capaz de lançar luzes ao cenário complexo gerado pela crise socioambiental, em diálogo com as descobertas das ciências naturais e os diferentes saberes? Apesar de que a crítica de White seja equivocada em suas razões, o cristianismo ocidental não deixa de ter sua parcela de responsabilidade na questão ecológica. Assim como aponta Pedro Castelao, por muitos séculos, a tradição cristã ocupou-se de assuntos tangentes à salvação das almas, à justificação individual, à santidade e moralidade, à prática sacramental e se descuidou da relação teológica com a Criação.<sup>60</sup>

A doutrina da *creatio ex nihilo* salvaguardou a distinção necessária entre Deus e a Criação, mas trouxe poucas implicações para a relação entre o ser humano e a criação. Apesar desta lacuna extensa na história do cristianismo, tal como foi exposto anteriormente, a teologia da criação passou por uma renovação, tornando-se dinâmica e inclusiva, no sentido da participação do ser humano na obra criada por Deus. Além disso, a perspectiva pneumatológica

<sup>59</sup> “La expresión ‘crisis ecológica’ sólo ofrece una configuración difusa e insuficiente de la problemática real. En realidad, se trata de una crisis de todo el sistema de la vida del moderno mundo industrial; de una crisis en la que los hombres se han metido a sí mismos arrastrando consigo a su entorno natural, una crisis en la que se adentran cada día más.” (MOLTMANN, *Dios en la creación*, p. 36. Tradução nossa).

<sup>60</sup> CASTELAO, P. La “cuestión ecológica” y la teología de la creación. In: GIMÉNEZ-RICO, *Cuidar de la tierra, cuidar de los pobres*, p. 58.

cristocêntrica na doutrina da criação reorientou a visão e importância para o futuro, tornando a dimensão da origem do mundo como uma questão secundária.

A renovada teologia da criação oferece contribuições para o atual cenário da crise socioambiental, não com o objetivo de dominar o debate sobre a questão, mas de colaborar, com a perspectiva da fé. De acordo com Moltmann, a ciência natural já não encara a teologia como uma visão ingênua e ilusória da realidade. Assim como a teologia abriu-se à ciência, esta também percebe um valor importante no papel da fé diante da complexidade da questão ecológica.

(..) Aqueles que se dedicam às ciências da natureza começam a perceber gradualmente que a teologia cristã não conserva imagens antiquadas do mundo, mas sim é um interlocutor que deve ser levado a sério tanto no campo da cosmologia quanto no da práxis. Em uma situação mundial em que se diz ‘ou este mundo ou nenhum’!, as ciências da natureza e a teologia não podem se permitir uma compartimentação da realidade. Pelo contrário, a teologia e as ciências naturais deverão caminhar juntas rumo à consciência ecológica do mundo.<sup>61</sup>

A Teologia pode contribuir nesse cenário com a sua perspectiva de criação, que ultrapassa a perspectiva de natureza, na qual a relação com o mundo se restringe à relação sujeito-objeto. A compreensão do mundo como criação, que, consequentemente, contém um horizonte de plenitude e realização, confere a cada ser, seja biótico ou abiótico, um bem em si mesmo, que ultrapassa a mera condição de objeto. A noção de criação colabora no sentido de que cada criatura é chamada a um bem maior. Por isso, é merecedora de vida e dignidade. A fé cristã não postula um biocentrismo radical. Sem retirar a dimensão de responsabilidade humana, eleva o mundo criado, enxergando nele algo mais do que o ser útil. A Teologia não intenta dominar a discussão e a solução para a crise ecológica. Visa impulsionar novas relações pautadas na fraternidade, justiça e integridade da criação.

### 2.3 Crise socioambiental e Teologia

As reações ao cenário de crise ecológica têm sido diversas desde que se tomou consciência acerca do status de degradação do planeta. Uma iniciativa que reverberou grande

---

<sup>61</sup> “Y también los que se dedican a las ciencias de la naturaleza comienzan a percibir paulatinamente que la teología cristiana no conserva anticuadas imágenes del mundo, sino que es un interlocutor al que hay que tomar en serio tanto en el campo de la cosmología como en el de la praxis. En una situación mundial en la que se dice ‘o este mundo o ninguno’!, las ciencias de la naturaleza y la teología no pueden permitirse una compartimentación de la realidad. Por el contrario, la teología y las ciencias naturales deberán caminar juntas hacia la *conciencia ecológica del mundo*.” (MOLTMANN, *Dios en la creación*, p. 47-48. Tradução nossa).

impacto a nível global foi a Carta da Terra, publicada em 2000 por uma Comissão Internacional independente. A proposta de uma carta surgiu por ocasião da Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. No entanto, não houve avanços significativos sobre a proposta neste período. Posteriormente, por iniciativa de duas organizações internacionais não governamentais, a saber, a Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra, criou-se a Comissão da Carta da Terra em 1997<sup>62</sup>.

Após amplo período de consulta, com a participação de cerca de 46 países, a Carta foi concluída e, em 2003, assumida pela Unesco como instrumento eficaz de educação e conscientização ecológica nas escolas<sup>63</sup>. Logo em seu preâmbulo, a Carta estabelece o tom de toda a reflexão que se seguirá: “Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro”<sup>64</sup>. Esta perspectiva, que projeta um olhar para o futuro e atribui responsabilidade ao ser humano, dialoga com a fé cristã. No horizonte da esperança e da responsabilidade que a teologia se coloca no debate sobre a crise socioambiental. O envolvimento da teologia neste debate provoca incompreensões por parte de muitas pessoas, inclusive de membros das comunidades eclesiais. Estes questionamentos, muitas vezes, estão relacionados à uma visão equivocada da salvação, do ser humano, da criação e da própria fé.

Há uma relação intrínseca entre ecologia, fé cristã e compromisso social dos cristãos. Embora uma ação pastoral devotada ao “cuidado da casa comum” seja uma realidade recente, a responsabilidade para com a ecologia é um imperativo que deriva da própria fé cristã, que tem seus fundamentos na mensagem revelada. Ecologia tem a ver com evangelização, com missão da Igreja, com o serviço dos cristãos no mundo; em resumo, ecologia tem a ver com salvação. Salvação não só do planeta, mas da própria humanidade. E não só salvação do ponto de vista das condições materiais da vida, mas da vida humana como um todo, também espiritual, pois o cuidado da “casa comum”, mandato recebido do Criador, integra a vocação humana como um todo.<sup>65</sup>

### 2.3.1 Grito da terra, grito dos pobres

<sup>62</sup> BOFF, L. *Ecologia grito da terra grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 445-446.

<sup>63</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 446.

<sup>64</sup> Carta da Terra. Ministério do Meio Ambiente. Educação ambiental. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8071-carta-da-terra.html>. Acesso em: 14 out. 2025.

<sup>65</sup> BRIGHENTI, A. *A Laudato Si' no pensamento social da Igreja: da ecologia ambiental à ecologia integral*. São Paulo: Paulinas, 2018. p. 18.

A crise socioambiental resulta de uma relação inadequada entre a humanidade e o planeta. Faz-se necessário questionar os princípios que estão por trás dessa relação insustentável para a vida em toda sua extensão. Por que se chegou a este cenário de colapso socioambiental? A humanidade, no quadro evolutivo do universo, acaba de iniciar sua história. Leonardo Boff faz uma conversão de milhões de anos para 24 horas, tornando essa visão mais palpável. O Universo teria se originado às 5,5 horas; a Terra 4,7 segundos; e a humanidade apenas no último segundo.<sup>66</sup> A história humana situada no todo do processo evolutivo do universo acaba de começar e já está à beira de um colapso.

O modo de vida da humanidade parece não ser coerente com as possibilidades geológicas da Terra. Hoje, a intervenção humana é tão impactante, que é capaz de determinar as condições geológicas do planeta:

O ser humano (antropos) se fez hostil à vida, o meteoro rasante de outrora que pode danificar profundamente as bases físicas, químicas e ecológicas que sustentam a vida sobre a Terra, incluindo a espécie humana. Ele mostrou que além de homicida e etnocida pode se transformar em ecocida, biocida e geocida.<sup>67</sup>

Os cientistas Paul Crutzen e Eugene Stoermer caracterizaram o impacto determinante da atividade humana nas condições geológicas do planeta como *Antropoceno*. Trata-se de uma nova era geológica marcada por mudanças climáticas, perda da biodiversidade e escassez de recursos naturais. O Antropoceno é o período que sucede o Holoceno, a era iniciada há mais de 11.000 anos, caracterizada como período de condições estáveis ao desenvolvimento da civilização humana. Não há consenso sobre o início do Antropoceno. Alguns acreditam que esta Era geológica tem início na Revolução Industrial, outros atribuem seu começo à Revolução Neolítica, com a passagem das sociedades nômades para as agrícolas<sup>68</sup>.

O debate sobre a intensa intervenção humana se aprofunda um com o conceito proposto pelo historiador e geógrafo Jason W. Moore. Para ele, o poder destrutivo da terra não resulta do ser humano por si só, de maneira abstrata, mas, sim, da organização capitalista<sup>69</sup>. Por isto, ele propõe que o nome que se deve dar à nova Era geológica é Capitaloceno. A espécie humana, por si só, não constitui uma ameaça ao planeta. No entanto, o ritmo desenfreado do atual modelo

<sup>66</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 106.

<sup>67</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 8.

<sup>68</sup> BARRIOS, R. G.; MARTÍNEZ, N. M. J. Antropoceno ou Capitaloceno? *Instituto Humanitas Unisinos*. 16 de julho de 2020. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/601014-antropoceno-ou-capitaloceno>. Acesso em: 14 out. 2025. Não paginado.

<sup>69</sup> BARRIOS; MARTÍNEZ, *Antropoceno ou Capitaloceno?*, Não paginado.

de exploração, produção, consumo e descarte é o responsável por gerar condições tão instáveis de vida ao planeta.

O modelo econômico dominante do capitalismo provoca, assim, impactos sem precedentes na história da terra, tais como as mudanças climáticas, a escassez de recursos, perda da biodiversidade e deterioração da vida humana. Todos estes elementos foram apontados pelo Papa Francisco no primeiro capítulo da Encíclica *Laudato Si'*. Trata-se dos efeitos de um modo de vida desequilibrado, resultante de um antropocentrismo desordenado e de um paradigma gerador de desigualdades e extermínio da vida em suas múltiplas relações.

O agronegócio é um dos desdobramentos e da manifestação clara da lógica capitalista. Baseado nas monoculturas, no uso de agrotóxicos e adubos químicos, da exploração irracional da água e na destruição dos biomas naturais, provoca impactos negativos sem precedentes na biodiversidade, no solo e na saúde humana. Tal como Moore, é necessário perguntar: todos os seres humanos são responsáveis por esse extrativismo predador? A desigualdade social manifesta que nem todos são beneficiados pelo atual sistema econômico dominante no mundo. A ideia de que o capitalismo gera crescimento tem sido cada vez mais questionada e desacreditada, conforme afirma Leonardo Boff: “O sonho de crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de  $\frac{2}{3}$  da humanidade, a volúpia de utilização ótima dos bens e serviços da Terra levou à exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental.”<sup>70</sup>

A crise ecológica desvela a realidade de uma crise da modernidade, mais especificamente, uma crise do modelo econômico gerado pelas assim pela “Revolução Industrial e Agrícola”, que se explicita tanto no âmbito ambiental como social. A consciência dessa crise se inicia, como já dito, por vários fatores. O relatório de Brundtland, por exemplo, foi um marco dessa nova consciência. O relatório propõe um desenvolvimento sustentável como caminho possível para sair da crise. Trata-se de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

No entanto, pensadores como Leonardo Boff criticam a ideia de desenvolvimento sustentável, considerando que o sistema causador da crise não é capaz de possibilitar um rumo diferente à vida do planeta e da humanidade. A ideia de desenvolvimento é pautada pela lógica antropocêntrica na qual os recursos do planeta são ilimitados e estão disponíveis às necessidades humanas. Para Boff, as ideias de sustentabilidade e desenvolvimento são incompatíveis:

---

<sup>70</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra, grito dos pobres*, p. 28.

A sustentabilidade provém do campo da biologia e da ecologia para sinalizar a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, sustentado pela teia de interdependências e complementaridades que vigoram entre todos. A metáfora é a circularidade e a mútua ajuda de todos com todos. Enquanto que o crescimento/desenvolvimento provém do campo da economia capitalista, que é linear, visando uma acumulação individual ou corporativa cada vez maior, orientada não pela cooperação e interdependência, mas pela concorrência e a vitória do mais forte. Essa dinâmica se opõe à lógica da vida, que supõe sempre a inter-relação de todos os fatores. Ela impede a sustentabilidade do Sistema Terra e assim invalida qualquer outro tipo de sustentabilidade.<sup>71</sup>

Faz-se necessária uma mudança de paradigma. Não é possível sair de uma crise complexa como a socioambiental promovendo a mesma lógica geradora da situação atual do planeta. É preciso buscar uma outra forma de relação entre o ser humano e a terra, um novo sistema econômico, pautado na preservação da vida, não só da humanidade, mas também dos ecossistemas, tendo como princípio fundamental a interdependência entre todas as espécies e o ambiente onde vivem<sup>72</sup>.

O Papa Francisco dedicou o terceiro capítulo da Encíclica *Laudato Si'* para desmascarar as raízes humanas da crise socioambiental, cuja causa principal ele denomina paradigma tecnocrático, ligado ao antropocentrismo desequilibrado da modernidade.

Neste paradigma, sobressai uma concepção do sujeito que progressivamente, no processo lógico-racional, compreende e assim se apropria do objeto que se encontra fora. Um tal sujeito desenvolve-se ao estabelecer o método científico com a sua experimentação, que já é explicitamente uma técnica de posse, domínio e transformação. É como se o sujeito tivesse à sua frente a realidade informe totalmente disponível para a manipulação (LS, n. 106).

Este modelo gera uma relação de domínio da humanidade sobre a Terra, uma relação de sujeito-objeto, própria da razão técnico-instrumental. Como bem esclareceu o Papa, não se trata de uma condenação da tecnociência em si mesma, pois esta pode ser um instrumento eficaz a serviço da vida, quando bem orientada (LS, n. 107). A questão é que não houve da parte da humanidade um amadurecimento para lidar com o poder da técnica, que cresce ilimitadamente. (LS, n. 105).

<sup>71</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra, grito dos pobres*, p. 138.

<sup>72</sup> Esta visão integradora sobre o mundo, considerando a interdependência entre as questões ambientais e sociais, já estava presente desde a Carta da Terra: “A Carta da Terra parte de uma visão integradora e holística. Considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções includentes. Ela representa um grito de urgência face as ameaças que pesam sobre a biosfera e o projeto planetário humano. Significa também um libelo em favor da esperança e de um futuro comum da Terra e da humanidade.” (BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 447).

Esse poder da técnica, capaz de determinar o futuro da humanidade e da terra, está concentrado nas mãos de poucos, com interesses individualistas (LS, n. 104). O grande problema reside na crise ética, cultural e espiritual da humanidade, incapaz de direcionar o poder da técnica para o bem-comum e o desenvolvimento integral da vida.

O paradigma tecnocrático é sustentado por valores contrários à promoção da vida e à justiça socioambiental. Ele reduz o mundo a um objeto de manipulação, colocado a serviço dos interesses daqueles que detêm o conhecimento técnico e o poder econômico. Tal sistema mostra-se incapaz de oferecer respostas consistentes à crise ecológica, justamente porque carece de princípios que gerem e sustentem a vida. Além disso, sua lógica homogeneizadora e dominadora exclui a pluralidade de saberes e a participação de diferentes visões de mundo.

A *Laudato Si'* representa uma clara ruptura do Magistério da Igreja com o modelo de desenvolvimento vigente, ao propor uma nova forma de compreender as relações, considerando a interligação existente entre os seres criados: “[...] toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades.” (LS, n. 5).

### 2.3.2 Paradigma da Ecologia Integral

A noção de paradigma é desenvolvida por Thomas Kuhn em sua obra *A Estrutura das Revoluções científicas*. Em seu sentido mais amplo, pode ser compreendida como um modelo ou sistema a partir do qual a sociedade organiza suas relações e interpreta a realidade.<sup>73</sup> A partir do megaparadigma, emergem outros - sociais, científicos, culturais, econômicos e religiosos - que orientam o modo como o ser humano compreende o mundo e nele atua. Exemplos bem conhecidos são: o paradigma patriarcal, consumista, antropocêntrico, cuja influência se estende às esferas familiar, cultural, política e religiosa, entre outras.

Tal como explicitado anteriormente, atualmente a sociedade é marcada pelo imperativo do paradigma tecnocrático. O modelo a partir do qual se compreende o mundo e se relaciona com ele é pautado, assim, no poder da técnica com uma visão antropocêntrica. Este paradigma é responsável por conduzir a humanidade e a terra ao colapso, em razão da sua lógica insustentável de acúmulo e crescimento ilimitado. Porém, ele vem sendo questionado e visto com desconfiança desde o século XX por vários setores da sociedade. Da crise enfrentada pelo

---

<sup>73</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 31.

paradigma tecnocientífico tem emergido um novo paradigma, marcado por uma nova sensibilização para com o planeta como um todo.

Recusamo-nos a rebaixar a Terra a um conjunto de bens e serviços naturais ou a um armazém físico-químico de matérias-primas. Ela possui sua identidade e autonomia como um organismo extremamente dinâmico e complexo. Ela, fundamentalmente, apresenta-se como a Grande Mãe que nos nutre e nos carrega. É a grande generosa Pachamama (Grande Mãe) das culturas andinas ou um superorganismo vivo, a Gaia, da mitologia grega e da moderna cosmologia.<sup>74</sup>

O novo paradigma ainda está em processo de gestação, já apresenta sinais na realidade e vem recebendo diferentes denominações. Para o cosmólogo Brian Swimme, por exemplo, chama-se Era Ecozóica, marcada por um reconhecimento e respeito às interdependências de todos os seres<sup>75</sup>. Leonardo Boff fala em re-ligação, porque a nova era é marcada por um retorno do ser humano à dinâmica de interdependência própria do processo evolutivo. Todos os seres estão interligados, porque nenhum deles surge do nada, mas são resultado da evolução no universo.

Na cosmogênese antiga da cultura ocidental, havia uma hierarquização do mundo, das espécies mais simples às mais complexas; na cosmogênese clássica moderna, o mundo é compreendido como uma máquina. A cosmogênese contemporânea, por sua vez, caracteriza-se por considerar o mundo como uma rede complexa de energias, na qual tudo se relaciona.<sup>76</sup> O princípio cosmogênico da interdependência entre os seres é a base do novo paradigma ecológico. Na própria definição de ecologia, formulada por Ernst Haeckel, esse princípio da interdependência se impõe, pois a ecologia é o estudo da interação dos sistemas vivos e não vivos entre si e com o ambiente onde vivem<sup>77</sup>.

Na *Laudato Si'*, a perspectiva holística do paradigma ecológico está presente no reconhecimento da interdependência tanto do ponto de vista dos sistemas de vida, bem como dos múltiplos saberes. A fé cristã não pretende ser a única capaz de iluminar a realidade da crise socioambiental. Na contramão do paradigma tecnocrático, marcado por um viés dualista do mundo: sujeito-objeto, ser humano-natureza, razão-sensibilidade, o paradigma ecológico preza por um horizonte holístico, na qual tudo está incluído na rede de relações.

Como consequência dessa racionalidade inclusiva, emergida de uma nova compreensão das relações, surge também uma nova antropologia. O ser humano é visto como parte do sistema

<sup>74</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 35.

<sup>75</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 34.

<sup>76</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 88-89.

<sup>77</sup> BOFF, *Ecologia grito da terra grito dos pobres*, p. 18.

de vida e da teia das relações, e não como um sujeito que observa de fora, alheio à dinâmica ecossistêmica. A ecoteologia, levando em conta a responsabilidade particular do ser humano diante do mundo, considera-o como parte da terra. A figura de São Francisco de Assis, modelo e motivação para uma Ecologia Integral, aponta para essa antropologia unificadora e relacional.

No fim de sua trajetória na terra, São Francisco de Assis compôs o Cântico das Criaturas, verdadeira expressão de sua postura contemplativa, celebrativa e reverente diante do mundo. No Cântico, São Francisco refere-se às criaturas como irmãs e irmãos, exprimindo sua relação fraternal com cada ser. Ele não se colocava acima das criaturas, mas ao lado, como um irmão. Esta atitude fraternal vai ao encontro da concepção bíblica de que cada criatura possui um bem em si mesma, porque sua finalidade é o Sumo Bem. Trata-se da relação entre vidas que contém valor em si mesmas.

A postura diferenciada de São Francisco diante do mundo criado inclui a opção por uma vida simples, fazendo da pobreza o caminho de seguimento a Jesus Cristo. Vivendo como um pobre entre os pobres, São Francisco chamou a Igreja de seu tempo para um retorno aos valores evangélicos, e de modo especial, a preferência pelos pobres.

Acho que Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade (..) Manifestou uma atenção particular pela criação de Deus e pelos mais pobres e abandonados. Amava e era amado pela sua alegria, a sua dedicação generosa, o seu coração universal. Era um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior. (LS, n. 10).

Na *Laudato Si'*, o Papa Francisco denomina como Paradigma da Ecologia Integral<sup>78</sup> esse modelo emergente pautado na interdependência entre os sistemas de vida. Trata-se de um modo de compreender o mundo e a humanidade de maneira interligada. O acréscimo do adjetivo integral reforça o imperativo holístico de paradigma, no qual estão coligadas as questões humanas e sociais. No capítulo quatro da Encíclica, o Papa se dedicou à Ecologia Integral, desenvolvendo em vários pontos a abrangência do novo modelo proposto.

Com base no novo paradigma, uma Ecologia ambiental considera a relação entre natureza e sociedade, porque a qualidade ambiental de um local está intimamente relacionada

---

<sup>78</sup> De acordo com Agenor Brighenti, o tema da ecologia já estava presente na Doutrina Social da Igreja, porém, de maneira isolada. Apesar de que João Paulo II e Bento XVI tenham tratado sobre o tema da ecologia humana, representando um salto na concepção de ecologia ambiental, o status de paradigma transforma a ecologia integral em uma ótica ou questão transversal, fator essencial para todo cristão em seu compromisso com o social. (BRIGHENTI, *A Laudato Si' no pensamento social da Igreja*, p. 63-64).

à qualidade ética da sociedade que a habita e vice-versa (LS, n. 139). A gestão deste ambiente e de seus recursos, pautada na Ecologia Integral, será ancorada na economia que inclui a proteção ambiental como sinônimo de desenvolvimento (LS, n. 141). Além disso, há uma ecologia social, que se reflete nas instituições da sociedade civil voltadas para a defesa do meio ambiente e da qualidade da vida humana (LS, n. 142).

A Ecologia Integral envolve também a salvaguarda da identidade cultural de cada povo e lugar, potencializando os saberes locais, muitas vezes negligenciados por uma perspectiva uniformizadora da realidade: “Nem mesmo a noção da qualidade de vida se pode impor, mas deve ser entendida dentro do mundo de símbolos e hábitos próprios de cada grupo humano” (LS, n. 144). O novo paradigma corresponde, ainda, a encontrar espaços ambientais e sociais propícios para o desenvolvimento da vida com qualidade, tendo em vista que o ambiente onde se vive influencia a maneira de cada um ver a vida, sentir e agir. (LS, n. 147).

A Ecologia Integral é inseparável da noção de bem comum, que é “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição.” (LS, n. 156). Trata-se do acesso de todos aos recursos necessários ao seu desenvolvimento integral. Por fim, Francisco relaciona a Ecologia Integral com a justiça intergeracional. A terra é dada gratuitamente a todos, aos de ontem, de hoje e de amanhã. Daí a necessário compromisso com as futuras gerações.

A Ecologia Integral propõe uma relação de cuidado com a Criação que vai além da simples busca de sobrevivência; ela nasce do reconhecimento de que a Terra é viva e tem direito à vida. Essa convicção transforma as relações humanas, promovendo uma corresponsabilidade fraterna e sororal entre todos. Falar de Ecologia Integral é dizer de justiça social, pois não há integralidade quando grande parte da humanidade é privada dos recursos necessários para se desenvolver. Enquanto alguns desfrutam de abundância - de água, alimento, moradia e qualidade de vida - outros sequer têm acesso ao mínimo indispensável para viver com dignidade. Diante disso, a Ecologia Integral se revela como um caminho de conversão do olhar e do agir, convidando a humanidade a reencontrar seu lugar de comunhão na teia da vida.

## **Conclusão**

Ao longo deste capítulo, cujo objetivo foi iluminar a complexa realidade agrária no Brasil a partir da fé cristã, trabalhou-se o tema da relação entre o ser humano e a terra. A reflexão partiu do pressuposto de que o cenário brasileiro de degradação, injustiça e violência,

provocado pelo agronegócio, resulta de uma relação inadequada entre o ser humano e o mundo. A ecoteologia contribui para a realização prática dos valores que fundamentam a relação entre Deus, a humanidade e o mundo, desenvolvendo uma espiritualidade correspondente.

A relação entre Deus, o ser humano e a terra foi trabalhada a partir de alguns temas das Sagradas Escrituras, tais como a destinação final de todas as criaturas, o *imago Dei* e o *shabat*. O primeiro que estabelece o pano de fundo a partir do qual deve ser compreendida a relação entre a humanidade e o mundo, consiste na centralidade cristológica. Os textos neotestamentários apontam Jesus como mediação, razão e finalidade de todas as coisas (1Cor 8,6). Esta dimensão escatológica leva à conclusão de que a vida da criação constitui um imperativo no projeto salvífico de Deus, o bem em si, presente em tudo e todos. Há uma dignidade criatural impressa na Criação.

Esta perspectiva desconstrói a interpretação equivocada do ser humano como dominador. Por isso, o segundo tema abordado foi o *imago Dei*, que apesar de diversas interpretações acerca de seu significado, aponta para a capacidade constitutiva do ser humano para a relação. Não há verdadeira realização humana sem a integralidade possibilitada pelas relações: com Deus, com os outros, com a terra. A imagem do jardim no relato javista da criação explicita essa capacidade e a responsabilidade vinculada a ela. Ser imagem e semelhança de Deus é, assim, carregar a possibilidade de relações inspiradas pelo próprio Deus.

O terceiro tema foi o do *shabat*, explicitando as implicações socioambientais do pacto entre Deus e o povo. Com base na perspectiva proposta por Moltmann, o sábado é considerado a coroa da criação. Promove-se então uma visão antropológica descentralizada, considerando a primazia das criaturas no projeto salvífico de Deus. Após apresentar os temas das Sagradas Escrituras, tratou-se sobre a relação ser humano -terra na Teologia da Criação, elaborada ao longo dos séculos de história do cristianismo.

Baseada na reflexão de Ruiz de la Peña, apresentou-se um panorama da elaboração teológica sobre a Criação, que até o Concílio Vaticano I permaneceu como tema exclusivamente remetido a Deus, marcado por um caráter metafísico. Em resposta aos desafios colocados pelo racionalismo, o tema da Criação passou a se remeter ao ser humano. A partir do Vaticano II, recupera-se a perspectiva bíblica que vincula a noção de criação à salvação. Um passo importante para o resultado obtido no Concílio Vaticano II foi a abertura da teologia ao evolucionismo, tema que foi tratado por conseguinte.

Teilhard Chardin abriu as portas para o diálogo entre a teologia e a ciência, especialmente, tratando-se do evolucionismo. Este teólogo identificou Cristo como ponto culminante do processo evolutivo. Esta visão gerou uma compreensão dinâmica da criação, que

caminha rumo à sua realização. Os teólogos que se seguiram à Chardin trabalharam com os conceitos de *creatio originalis, continua e nova*. Assim, promove-se o caráter cocriador das criaturas e o comprometimento com o presente. A seguir, apresentou-se o tema dos apelos contemporâneos à Teologia da Criação.

Estes apelos estão relacionados à emergente crise ecológica. Analisou-se a culpabilização da tradição judaico-cristã com relação a tal crise, cujos motivos resultam de uma má-interpretação da noção de criação e do papel do ser humano no mundo. Percebeu-se que a crise ecológica está vinculada ao grande mito do progresso e à uma crise ética da civilização atual. Conclui-se que a teologia da criação tem muito a contribuir, responsabilizando o ser humano e adotando uma perspectiva de futuro.

Por fim, refletiu-se sobre a superação da crise socioambiental e a (eco)teologia. Ressaltou-se a importância da Carta da Terra como reação global à crise ecológica e a coerência com a perspectiva cristã. A seguir, foram apresentados conceitos como antropoceno e capitaloceno, que apontam para a causa do atual cenário de desequilíbrio ecossistêmico, cujo motor é o modelo econômico capitalista, relacionado com o paradigma tecnocrático e o antropocentrismo desequilibrado da modernidade.

Reafirmou-se, com base na análise de teólogos como Leonardo Boff e da *Laudato Si'*, a necessidade de uma mudança de mentalidade e a emergência de um novo paradigma, cujo fundamento é a noção de interdependência. Na *Laudato Si'*, o Papa Francisco o denominou como Paradigma da Ecologia Integral. Apresentaram-se os pontos desenvolvidos pelo Papa acerca da Ecologia Integral, concluindo que a interdependência diz respeito tanto ao conteúdo como à forma, considerando a relação entre as espécies, o ambiente e os humanos.

### 3 A CORRESPONDÊNCIA ENTRE AGROECOLOGIA E ECOLOGIA INTEGRAL

A proposta eclesial de um novo paradigma denominado Ecologia Integral suscita um olhar renovado sobre a realidade do mundo e sobre a relação entre o ser humano e a Criação. A partir dele, diversos aspectos que caracterizam tal relação são questionados, ao mesmo tempo em que se abrem novos horizontes de compreensão e de ação. Entre eles, destacam-se os modelos de produção, consumo e descarte, em especial o agronegócio vigente no Brasil, cuja lógica da agricultura convencional mostra-se claramente incompatível com a perspectiva da Ecologia Integral. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo central apresentar, entre os caminhos possíveis para uma relação justa do ser humano com a terra - à luz do plano salvífico de Deus -, a agroecologia como uma proposta coerente com o paradigma proposto pela *Laudato Si'*.

Para tanto, será desenvolvida uma apresentação geral da agroecologia e de sua inserção no contexto brasileiro, considerando-se suas dimensões política, científica e socioambiental. Além disso, buscar-se-á evidenciar as convergências entre a Agroecologia e a Ecologia Integral, identificando possíveis correspondências entre ambas, sem, contudo, descaracterizar suas especificidades próprias. As principais fontes deste capítulo serão autores referenciais no campo da Agroecologia, como Miguel Altieri e Stephen Gliessman, além de artigos de diferentes áreas do conhecimento e algumas obras de Leonardo Boff.

A reflexão será organizada em três partes: a primeira apresentará uma introdução geral à agroecologia e à sua abordagem; a segunda analisará o contexto brasileiro, o reconhecimento político da agroecologia e os principais desafios que enfrenta; por fim, a terceira desenvolverá uma reflexão teológica sobre as implicações éticas, à luz da fé cristã, diante dos atuais modelos de produção e consumo, propondo a agroecologia como um modelo eticamente coerente com a Ecologia Integral.

#### 3.1 Introdução à Agroecologia

O termo Agroecologia tem se difundido de forma crescente nos últimos anos. Embora esteja comumente associado ao meio rural, sua presença também se faz notar nos centros urbanos, por meio de projetos, feiras e até manifestações sociais. Mas o que, de fato, esse conceito expressa? Quem ele representa? Qual é a sua trajetória no contexto brasileiro? Com o intuito de esboçar respostas a essas questões será apresentada uma breve definição do conceito de Agroecologia, tomando como ponto de partida a amplitude semântica que o caracteriza.

Dessa forma, a aproximação conceitual aqui empreendida busca considerar as múltiplas dimensões constitutivas da Agroecologia, preservando seu caráter aberto e abrangente. Como desdobramento dessa compreensão será apresentada, ainda que de forma sucinta, a abordagem própria da Agroecologia, cujos impactos extrapolam a dimensão ecológica, alcançando também os âmbitos econômico, social e cultural. Tais impactos decorrem dos princípios ecológicos que a fundamentam, dentre os quais se destacará a promoção da biodiversidade e a valorização dos saberes locais e tradicionais.

### 3.1.1 Definição de Agroecologia

Uma definição para o termo agroecologia não é uma tarefa simples, uma vez que se trata de um conceito relativamente recente, cuja construção vem se dando em confluência com diversos fatores, em âmbitos político, econômico e social, que influenciam a forma como compreendê-lo. Portanto, uma definição dificilmente estaria isenta da determinação de uma perspectiva específica. Pesquisadores Doutores<sup>1</sup> em agroecologia da Universidade de Antioquia, na Colômbia, consideram que desde a década de 1960 até o momento atual, a agroecologia é marcada por três visões.

A primeira a compreende como uma prática inovadora de aplicação das dinâmicas ecológicas aos cultivos e manejo de recursos naturais; a segunda, como movimento social, cultural e político, voltado para a justa distribuição de terra e reformulação econômica; a terceira, como disciplina científica, dotada de epistemologia e metodologia próprias<sup>2</sup>. Com base na sistematização apresentada por esses pesquisadores, pode-se dizer que o termo em questão é marcado pelas dimensões ecológica, político-social e cultural, e científica.

A popularização terminológica da agroecologia no Brasil, - consolidada sobretudo com a obra *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa* de Miguel Altieri, na década de 1980, - está relacionada ao contexto de oposição à agricultura moderna emergida a

---

<sup>1</sup> Referência a Lizeth Álvarez-Salas, Diana Polanco-Echeverry e Leonardo Ríos-Osorio, que apresentam sua perspectiva no artigo: *Reflexiones acerca de los aspectos epistemológicos de la agroecología*.

<sup>2</sup> ÁLVAREZ-SALAS, L.; POLANCO-ECHEVERRY, D.; RÍOS-OSORIO, L. Reflexiones acerca de los aspectos epistemológicos de la agroecología. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, v. II, n. 74, p. 55-74, jul./dez. 2014. DOI: 10.11144/javeriana.CRD11-74.raea. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.CRD11-74.raea>. Acesso em: 22 dez. 2025. p. 58-59.

partir da década de 1970<sup>3</sup>. A ideia contra-hegemônica difundida, dentro da qual a agroecologia se encaixou, era a de uma agricultura alternativa<sup>4</sup>, uma reação à modernização agrícola:

Na década de 80, surge em todo o Brasil uma série de experiências e iniciativas a partir dos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs), como o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), Centro Ecológico Ipê, CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares) e Fundação Gaia, que adotam modelos menos agressivos para o meio ambiente e mais adequados às condições econômicas e sociais da agricultura familiar. Essas ONGs utilizam o termo 'tecnologias alternativas' para definir um tipo de agricultura oposta ao modelo da revolução verde, que pretendia encontrar, junto aos pequenos agricultores, formas de agriculturas mais adequadas às suas necessidades, resgatando conhecimentos perdidos por estes.<sup>5</sup>

Para Zander Navarro a pauta de uma agricultura ecológica é marcada por um objetivo mais político do que técnico ou agrônomo<sup>6</sup>. Para o sociólogo, trata-se, na verdade, de uma alternativa anticapitalista. A instalação do agronegócio no Brasil, desde a sua primeira fase, foi acompanhada por movimentos de resistência, cujas pautas estavam relacionadas ao direito à terra. Lamentavelmente a questão agrária no Brasil, desde o período colonial, tem se configurado como um reflexo da desigualdade social presente no País.

Entre esses movimentos de resistência, destaca-se o papel do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que a partir da década de 1990 aliou-se à Via Campesina. A partir daí, o movimento apropriou-se de autores e discussões internacionais em torno da agroecologia, aderindo o termo como noção adequada de oposição ao agronegócio e de

<sup>3</sup> NAVARRO, Z. Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes). *COLÓQUIO* - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat, v. 10, n. 1, p. 11-45, jan./jun. 2013. Disponível em: [https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/23/pdf\\_11](https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/23/pdf_11). Acesso em: 22 dez. 2025. p. 23.

<sup>4</sup> “A denominação de agricultura alternativa foi adotada nos anos 1970 e 1980, significando um conjunto de movimentos alternativos entorno de formas não-industriais de agricultura (FONSECA, 2009). De fato, existem muitos tipos de agriculturas alternativas com diferentes denominações como natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, biológica, orgânica e agroecológica no sentido mais amplo, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL, 2005).” (FARIA, L. M. S. Aspectos gerais da agroecologia no Brasil. *Revista agrogeoambiental*, v. 6, n. 2, p. 101-112, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18406/2316-1817v6n22014556>. Acesso em: 22 dez. 2025. p. 102-103).

<sup>5</sup> “En la década de los 80, surgen en todo Brasil una serie de experiencias e iniciativas a partir de los movimientos sociales y Organizaciones no Gubernamentales (ONG) como CAPA (Centro de Apoyo al Pequeño Agricultor) Centro Ecológico Ipe, CETAP (Centro de Tecnologías Alternativas Populares) y Fundación Gaia, que adoptan modelos menos agresivos para el medioambiente y más adecuados para las condiciones económicas y sociales de la agricultura familiar. Esas ONG utilizan el término de “tecnologías alternativas” para definir un tipo de agricultura opuesta al modelo de la revolución verde, que pretendía encontrar junto a los pequeños agricultores, formas de agriculturas más adecuadas a sus necesidades rescatando conocimientos perdidos por estos.” (NASCIMENTO, F. S. do; CALLE-COLLADO, À.; BENITO, R. M. Economía social y solidaria y agroecología en cooperativas de agricultura familiar en Brasil como forma de desarrollo de una agricultura sostenible. *CIRIEC-España, Revista de Economía pública, Social y Cooperativa*, n. 98, p. 189-211, 2020. DOI: 107203/CIRIEC-E.98.14161. Disponível em: [https://ciriec-revistaeconomia.es/wp-content/uploads/CIRIEC\\_9807\\_Schwab\\_et\\_al.pdf](https://ciriec-revistaeconomia.es/wp-content/uploads/CIRIEC_9807_Schwab_et_al.pdf). Acesso em: 22 dez. 2025. p. 196. Tradução Nossa).

<sup>6</sup> NAVARRO, *Agroecologia*, p. 18.

representação dos pequenos produtores<sup>7</sup>. Portanto, a agroecologia como termo é precedida no Brasil pela ascensão da pauta de uma agricultura alternativa, e é introduzida fortemente marcada por um viés político, representando a luta dos movimentos de oposição ao agronegócio.

No Brasil, a agroecologia surge como nomenclatura para o apelo de uma agricultura alternativa. Em primeiro lugar, ela ocupa o papel de oposição política ao agronegócio. Portanto, com base na sistematização de Lizete, Diana e Leonardo, da Universidade colombiana, a dimensão político-social da agroecologia teve uma primazia no Brasil. No entanto, as dimensões ecológica e científica também tiveram espaço posteriormente, como será apresentado adiante.

Embora o termo agroecologia tenha surgido apenas no final da década de 1980 no Brasil - e na década de 1970 na América Latina, - a prática agroecológica enquanto técnica agrícola é mais antiga. Como destaca Hecht, a agroecologia é tão antiga quanto a própria agricultura<sup>8</sup>. Ela se fundamenta na integração de conhecimentos tradicionais e indígenas, acumulados ao longo de séculos. Esses saberes se organizam a partir de racionalidades distintas da ciência moderna e se caracterizam por uma relação de maior harmonia com a natureza.

Apesar disso, autores como Miguel Altieri e Stephen Gliessman têm empenhado esforços para consolidar o estatuto científico da agroecologia. Tal necessidade decorre da complexidade que envolve o conceito, frequentemente confundido com práticas agrícolas específicas, como a agricultura orgânica<sup>9</sup> por exemplo. Ao delimitar a agroecologia de maneira epistemológica, evita-se a redução do conceito a apenas uma de suas dimensões, mantendo sua abrangência teórica, metodológica e prática.

A dimensão científica da agroecologia vai além de entendê-la apenas como uma disciplina, aproximando-se mais da noção de campo do conhecimento, dada sua amplitude e caráter integrador. Enquanto ciência, a agroecologia possui um objeto de estudo próprio e um método específico, ambos marcados pela complexidade - perspectiva desenvolvida por

---

<sup>7</sup> NAVARRO, *Agroecologia*, p. 24.

<sup>8</sup> HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999. p. 15-30. p. 15.

<sup>9</sup> Na agricultura orgânica existe uma primazia do produto em detrimento do sistema de produção como um todo, e esse objetivo primordial, muitas vezes, minimiza a questão ecológica no intuito de atender a demanda mercadológica. Portanto, apesar da substituição de insumos artificiais por adubos orgânicos e insumos naturais, a lógica da agricultura orgânica, muitas vezes, não se afasta dos sistemas convencionais de produção. (ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493>. Acesso em: 22 dez. 2025. p. 75.)

Francisco Caporal em *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Conforme define Altieri, a agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas<sup>10</sup>.

O agroecossistema constitui o objeto de estudo da agroecologia. Segundo a definição de Gliessman, “um agroecossistema é um local de produção agrícola compreendido como um ecossistema.”<sup>11</sup> Esse objeto, fundamentalmente marcado pelas interações entre seres bióticos, abióticos e o ambiente em que se inserem, é analisado pela agroecologia tanto sob a perspectiva ecológica quanto sob a perspectiva cultural. Trata-se de uma abordagem voltada à totalidade do sistema, considerando todos os seus componentes, incluindo a espécie humana e suas formas de organização social.

Por isso, a ciência agroecológica caracteriza-se como uma ciência complexa, pois em razão de sua abordagem sistêmica necessita recorrer a uma variedade de saberes em seu estudo dos agroecossistemas. Os agroécólogos e agroécólogas necessitam dialogar com os conhecimentos da física, da economia ecológica, da economia política, da agronomia, da ecologia, da educação e comunicação, da história, da antropologia e da sociologia, entre outros<sup>12</sup>. Portanto, a agroecologia não pode ser reduzida simplesmente a uma técnica ou conjunto de técnicas de produção, pois ela as precede e fundamenta. É uma ciência portadora de princípios a partir dos quais distintas práticas e técnicas podem ser orientadas e construídas:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, e edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.<sup>13</sup>

O estudo agroecológico de um agroecossistema tem como intuito a otimização do objeto em questão, e não a maximização produtiva. Essa investigação envolve considerar todas as

<sup>10</sup> ALTIERI, M. Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In: SARANDÓN, S. J. (Org.). *Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable*. La Plata: E.C.A., 2002. p. 49-56. p. 50.

<sup>11</sup> MONTEIRO, *Agroecossistemas*. p. 80.

<sup>12</sup> CAPORAL, F. R. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: 2009. p. 5.

<sup>13</sup> ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 23.

dinâmicas que compõem o sistema, e com base nelas, organizar um manejo produtivo voltado à segurança alimentar e nutricional e à resiliência do agroecossistema. Para esse estudo são relevantes os conhecimentos de agricultores e indígenas. A agroecologia como campo do conhecimento oferece bases ecológicas para o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis.

Diante das múltiplas dimensões que a agroecologia abrange, torna-se evidente a complexidade que envolve esse conceito. Reduzi-la a uma simples técnica alternativa seria insuficiente. Por outro lado, defini-la apenas como ciência também pode gerar equívocos, já que, embora possua fundamentos científicos, a agroecologia não se apoia exclusivamente na racionalidade cartesiana. Trata-se de um saber complexo, que integra conhecimentos tradicionais, populares e interdisciplinares. Por isso, qualquer definição restrita ao âmbito científico também não contempla sua totalidade.

Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina, cuja atuação acadêmica transita entre a agronomia, a história, a política e a sociologia, propõem uma definição ampliada de agroecologia. Para esses autores, a agroecologia constitui um campo de estudos voltado ao manejo ecológico dos recursos naturais, fundamentado em uma ação social participativa e orientado por uma perspectiva holística e sistêmica. Seu objetivo é revitalizar o processo de coevolução social e ecológica. Nessa dinâmica, enfatizam que a dimensão local desempenha um papel essencial<sup>14</sup>.

Uma definição capaz de abarcar as múltiplas dimensões da agroecologia aproxima-se daquela que a entende como um paradigma, conforme propõem autores como Gliessman e Caporal. De acordo com a perspectiva kuhniana, um paradigma corresponde a um modelo que orienta a organização das relações e a interpretação da realidade. Nesse sentido, a agroecologia pode ser concebida como um conjunto de princípios ecológicos que fundamentam o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis. Assim, o paradigma agroecológico se apresenta como uma alternativa ao paradigma agroindustrial, este último orientado sobretudo pela lógica da maximização produtiva.

A agroecologia considerada como paradigma pode assumir diversas faces, tais como a de movimento sociopolítico, de técnicas agrícolas ecológicas, de saberes articulados, de conhecimento científico. Trata-se, assim, de uma forma de conceber o mundo de maneira sistêmica, inclusiva e integradora. As relações que acontecem em um ecossistema têm um lugar central para o novo paradigma, nada pode ser considerado de maneira isolada. Como

---

<sup>14</sup> GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: LEÓN, M. A. G. de. (Org.). *El campo y la ciudad*. MADRI: MAPA, 1996. p. 153-197. p. 160-161.

paradigma, a agroecologia pode oferecer bases para o desenvolvimento de diferentes maneiras de manejo agrícola, desenvolvidos de maneira local.

Outra terminologia que também se aproxima da abrangência da agroecologia é a de práxis, tal como apresenta Dominique Guhur e Nívia Regina da Silva:

A práxis é uma categoria teórica que inclui todas as objetivações humanas, materiais e ideais, em sua complexidade e diversidade; que envolve o trabalho como objetivação fundante, mas o transcende, revelando o humano como ser criativo e autoprodutivo, “produto e criação da autoatividade” (Netto; Braz, 2010, p. 44). Compreender a agroecologia como práxis sugere a possibilidade de incorporação consciente da dimensão ecológica da vida ao ser social desenvolvido; além de nos permitir apreender suas múltiplas objetivações (trabalho, práticas, ciência, luta, cultura...) ou momentos de maneira integrada, sem perder de vista suas relações e mediações.<sup>15</sup>

Portanto, as categorias de paradigma e de práxis parecem corresponder de forma mais adequada ao conceito de agroecologia, pois evitam sua redução e preservam as dimensões essenciais que o constituem. Como discutido anteriormente, o termo agroecologia é frequentemente alvo de ambiguidades semânticas, e a ausência de uma delimitação conceitual pode resultar no esvaziamento de seu sentido. É importante lembrar que o significado do termo antecede sua formulação teórica, estando enraizado nas práticas de camponeses e povos originários que, ao longo de séculos, construíram conhecimentos sobre a atividade agrária. Assim, compreender a agroecologia como paradigma e como práxis permite honrar esses saberes tradicionais e oferece maiores condições de clareza e comunicação com a sociedade como um todo.

### 3.1.2 Abordagem agroecológica dos agroecossistemas

Miguel Altieri afirma que um agroecossistema orientado pelos princípios da agroecologia tende a ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável.<sup>16</sup> Esses aspectos revelam a amplitude constitutiva da agroecologia, que integra de forma indissociável as dimensões social, econômica e ambiental. A agroecologia favorece, assim, a justiça social ao promover processos participativos e emancipatórios, além de contribuir para o acesso a alimentos adequados e nutritivos à população.

<sup>15</sup> GUHUR; SILVA, *Agroecologia*, p. 64.

<sup>16</sup> ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan - Comunidad, 1999. p. 9.

Ademais, um sistema agroecológico mostra-se economicamente viável pois não depende do uso de insumos químicos artificiais. Além disso, fortalece a resiliência dos ecossistemas, favorecendo uma produção de alto valor biológico e vitalidade dos ambientes naturais. A agroecologia também - e sobretudo - assegura a sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas ao reconhecer, valorizar e promover as interações fundamentais que estruturam cada ecossistema.

A dinâmica agroecológica contrasta diretamente com os modelos de produção em grande escala, cujo objetivo central é a maximização da produtividade. Esses modelos costumam perpetuar injustiças sociais, já que os benefícios das grandes safras não alcançam a todos, sustentam uma economia exclusiva e dependente de insumos artificiais de alto custo, e adotam práticas ecologicamente insustentáveis, esgotando os recursos naturais sem assumir a responsabilidade por sua recomposição.

Os resultados de grandes safras comemorados anualmente têm sentido somente dentro de uma visão de desenvolvimento economicista, de curto prazo, que não considera a finitude dos combustíveis fósseis e dos recursos naturais e promove as desigualdades e iniquidades sociais. Além disso, o perfil de distribuição dessas grandes safras não sofre mudança; sendo assim, tal aumento não contribui para amenizar a problemática da falta de acesso aos alimentos que tem complexas implicações políticas e sociais.<sup>17</sup>

O êxito de uma produção orientada pela agroecologia não se mede pela alta produtividade nem pela acumulação de riqueza, mas pela capacidade de gerar o menor impacto ambiental possível e de proporcionar retorno econômico suficiente para reduzir a pobreza em seu entorno. A adoção de um sistema produtivo fundado em princípios agroecológicos, especialmente em regiões marcadas pela vulnerabilidade social, pode transformar profundamente a realidade local, promovendo desenvolvimento econômico e nutricional sem causar degradação ambiental e, ao contrário, fortalecendo a vitalidade dos ecossistemas.

Portanto, onde a agroecologia se instala ocorre uma transformação do ponto de vista social, econômico e ambiental. Estes resultados são viabilizados por uma série de princípios sobre os quais a agroecologia se estrutura:

Os princípios agroecológicos referidos por Altieri foram postulados previamente por Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1992, pp. 61-98) como: a) diversificação vegetal e animal quanto às espécies ou genética no tempo e no espaço; b) reciclagem de nutrientes e matéria orgânica, otimização da disponibilidade e equilíbrio do fluxo de nutrientes; c) provisão das condições edáficas necessárias para o crescimento de

<sup>17</sup> AZEVEDO, E. de; PELICIONI, M. C. F. Promoção da saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/yhS4qHnHjDfx6nmMpBBYPjk/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 721.

cultivos, otimização do uso de matéria orgânica e estímulo à biologia do solo; d) minimização de perdas de solo e água, conservação da cobertura, controle da erosão e manejo do microclima; e) minimização de perdas por insetos, microorganismos patógenos e ervas daninhas, com estímulo à fauna benéfica, antagonistas e alelopatia; e f) aproveitamento de sinergias planta-microorganismos, planta-planta, plantas-animais e animais-animais. Este enfoque permite o redesenho de agroecossistemas mais sustentáveis baseados no conhecimento dos fatores ecológicos aplicados à propriedade.<sup>18</sup>

A biodiversidade, além de ser um dos princípios fundamentais da agroecologia, é também uma das principais estratégias no manejo e manutenção de um agroecossistema<sup>19</sup>. Com base nela, um campo de cultivo é compreendido como um ecossistema, no qual estão presentes inúmeras espécies em interação entre si e com o ambiente onde vivem. Desse modo, um cultivo de alface, por exemplo, não contém apenas uma cultura, mas está integrado em um sistema formado por vegetais, animais e minerais. Todos esses componentes são considerados na perspectiva agroecológica. A alface terá mais qualidade biológica se a diversidade de espécies for conservada dentro do ecossistema no qual está inserida.

Um ecossistema pode ser compreendido como uma comunidade formada por indivíduos com características específicas adaptadas a determinado tempo e espaço. Muitas vezes, há populações de uma mesma espécie, cujas condições de tamanho e crescimento precisam ser consideradas em razão do espaço e sustentação de determinado ecossistema. Além dessas populações, os fatores abióticos também interagem com as espécies, e, portanto, também precisam ser considerados.

O agroecossistema é o resultado da adaptação e das interrelações das populações de espécies que o compõem. E neste sentido, temos que considerar a diversidade de espécies, ou seja: o número de espécies presente numa comunidade que podem ser muitas ou poucas; a dominância e abundância relativa, onde a espécie que possui maior impacto sobre os componentes bióticos e abióticos são as dominantes; a estrutura da vegetação com seus diferentes extratos e associações; a estrutura trófica, onde cada espécie possui suas necessidades de nutrição e a forma como isso se desenvolve

<sup>18</sup> “Los principios agroecológicos que refiere Altieri fueron postulados previamente por Reijntjes, Haverkort y Waters-Bayer (1992, pp. 61-98) como: a) diversificación vegetal y animal en cuanto a especies o genética en tiempo y en espacio; b) reciclaje de nutrientes y materia orgánica, optimización de la disponibilidad y balance del flujo de nutrientes; c) provisión de las condiciones edáficas necesarias para el crecimiento de cultivos, optimización del uso de materia orgánica y estímulo a la biología del suelo; d) minimización de pérdidas de suelo y agua, conservación de la cobertura, control de la erosión y manejo del microclima; e) minimización de pérdidas por insectos, microorganismos patógenos y malezas, con estímulo a la fauna benéfica, antagonistas y la alelopatía; y f) aprovechamiento de sinergias plantas microorganismos, planta-planta, plantas-animales y animales-animales. Este enfoque permite el rediseño de agroecosistemas más sostenibles basados en el conocimiento de los factores ecológicos aplicados a la finca.” (ÁLVAREZ-SALAS; POLANCO-ECHEVERRY; RÍOS-OSORIO, *Reflexiones acerca de los aspectos epistemológicos de la agroecología*, p. 59. Tradução nossa).

<sup>19</sup> ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Economia Aplicada*, 10 (1), p. 75-89, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/mg6Ypg7DYFQYhSdnVVHwsHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 77.

determina a estrutura das interrelações, captura de energia, transformação de biomassa e aproveitamento por outra espécie, por exemplo, a estabilidade onde se nenhuma interferência acontece se mantém em relativa harmonia, e o funcionamento dos ecossistemas que se refere ao processo dinâmico que ocorre em seu interior, com ênfase na eficiência, produtividade e desenvolvimento, o que o torna muito importante num agroecossistema. Assim, os dois mais fundamentais processos em um ecossistema são o fluxo de energia entre as partes e o ciclo de nutrientes.<sup>20</sup>

Dessa forma, o cultivo agroecológico considera todos os fatores que interagem em um ecossistema, reconhecendo a biodiversidade como elemento essencial para a manutenção e o fortalecimento do agroecossistema. Conforme afirma Altieri, a valorização das interações e sinergias ecossistêmicas traz vários benefícios, tais como: criação de cobertura vegetal para a proteção do solo, constante produção de alimentos, ciclagem de nutrientes e uso eficaz de recursos locais, conservação do solo e dos recursos hídricos, controle biológico de pragas, produção sustentável das culturas, entre outros<sup>21</sup>.

A perda dessa complexidade compromete o funcionamento do ecossistema, afetando o equilíbrio que cada componente proporciona. Assim, uma produção verdadeiramente sustentável deriva da harmonia entre plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e demais organismos que compõem o ambiente<sup>22</sup>. A aplicação deste princípio agroecológico pode ser percebida por meio de várias práticas realizadas pelos agricultores, como por exemplo, o consórcio de culturas. Um policultivo consiste na associação estratégica de diferentes espécies vegetais com o propósito de promover benefícios mútuos e fortalecer o agroecossistema como um todo.

Um exemplo disso é a introdução de leguminosas em sistemas de cultivo, prática que contribui para o aumento do nitrogênio no solo graças à fixação biológica realizada por bactérias simbióticas. Também se destaca o uso de espécies que favorecem a associação com fungos micorrízicos, ampliando significativamente a capacidade das plantas de absorver fósforo e outros nutrientes.<sup>23</sup> Entre as vantagens do consorciamento se destaca o controle natural de pragas e plantas espontâneas, que pode ocorrer, por exemplo, por meio da alelopatia.

Nesta prática, introduzem-se espécies capazes de inibir a germinação e o desenvolvimento de plantas indesejadas ou, em alguns casos, de estimular o crescimento de plantas cultivadas. É o que ocorre com espécies como centeio, cevada, trigo, tabaco e aveia,

<sup>20</sup> TRENTIN, I. C. L. Desenvolvimento regional e Agroecologia no Rio Grande do Sul/Brasil. *Investg. Geogr*, Chile, 49, p. 99-115, 2015. Disponível em: <https://investigacionesgeograficas.uchile.cl/index.php/IG/article/view/37516/39196>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 111.

<sup>21</sup> ALTIERI, *Agroecologia*, p. 24-26.

<sup>22</sup> ALTIERI, *Agroecologia*, p. 23.

<sup>23</sup> ALTIERI, *Agroecologia*, p. 32.

que liberam compostos alelopáticos capazes de impedir a germinação e o estabelecimento de determinadas ervas, como por exemplo, a mostardeira selvagem e a papoula<sup>24</sup>. Outro exemplo de consorciamento são os Sistemas Agroflorestais (SAFs), nos quais o cultivo agrícola é integrado ao componente florestal. Esse modelo, amplamente difundido no Brasil por Ernst Götsch, promove sinergias ecológicas que resultam em benefícios mútuos para todas as espécies envolvidas:

Em primeiro lugar, a silvicultura torna mais eficiente o uso dos recursos naturais. As várias camadas de vegetação proporcionam a melhor utilização da radiação solar; diferentes sistemas de enraizamento, em várias profundidades, permitem um melhor aproveitamento do solo; as plantas de ciclo curto podem beneficiar-se da camada superficial do solo enriquecida com a reciclagem de minerais através das copas das árvores. Se forem incluídos animais no sistema, a produção primária não aproveitada pode também ser usada na produção secundária e na reciclagem de nutrientes.<sup>25</sup>

Todos esses processos decorrentes de cultivos diversificados se fundamentam em um conceito central da agroecologia: a compreensão do solo como um organismo vivo. Assim, a manutenção e a recuperação de um agroecossistema passam, antes de tudo, por reconhecer e promover o equilíbrio do solo. É a vida do solo que regula processos essenciais, como a decomposição, mineralização e umificação da matéria orgânica, a mobilização de nutrientes, a fixação de nitrogênio, entre outros mecanismos que sustentam a fertilidade e a saúde do sistema.<sup>26</sup>

Portanto, quanto melhor se compreendem os processos interativos que ocorrem no solo, maiores são as chances de alcançar resultados qualitativos na produção de alimentos. Ana Primavesi, figura decisiva na difusão e no desenvolvimento do conceito de solo vivo no Brasil, enfatizou que solo sadio gera plantas saudáveis e, conseqüentemente, seres humanos saudáveis.<sup>27</sup> Essa é uma visão sistêmica, que reconhece o solo como um organismo vivo composto por múltiplos elementos em interação. Práticas como a adubação orgânica, a compostagem e a manutenção de cobertura vegetal estão diretamente alinhadas a essa compreensão. Um agroecossistema composto de cobertura vegetal, por exemplo, é provido de vários benefícios, tais como: maior penetração de água no solo, ausência de erosão, maior fertilidade, controle biológico de seres indesejáveis, controle de temperatura, entre outros.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> ALTIERI, *Agroecologia*, p. 33.

<sup>25</sup> ALTIERI, *Agroecologia*, p. 73.

<sup>26</sup> ASSIS; ROMEIRO, *Agroecologia e agricultura orgânica*, p. 73.

<sup>27</sup> PRIMAVESI, A. Manual do solo vivo. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2016. p. 9.

<sup>28</sup> ALTIERI, *Agroecologia*, p. 73.

Além da biodiversidade e de seus desdobramentos, outro aspecto que marca profundamente a abordagem agroecológica é a valorização dos conhecimentos ancestrais e locais. Embora dialogue com saberes e técnicas científicas, a agroecologia tem como ponto de partida as práticas indígenas e camponesas, construídas ao longo de séculos de convivência e observação do meio ambiente. Mesmo sem recorrer a insumos externos ou a referenciais científicos formais, esses povos desenvolveram sistemas agrícolas sustentáveis, caracterizados pela diversidade produtiva e pela capacidade de manter o equilíbrio ecológico.<sup>29</sup>

Por isso, a agroecologia também é compreendida como uma prática libertadora, uma vez que reconhece e valoriza o saber local, dando à comunidade autonomia, decisão e participação ativa, tornando-se agente de seu próprio desenvolvimento:

[...] trabalha com o empoderamento dos agricultores e consumidores onde os conhecimentos dos camponeses ou indígenas são valorizados a partir da sua contribuição para a biodiversidade. Caporal e Costabeber (2004) entendem a Agroecologia como um campo de conhecimento interdisciplinar que utiliza ciências naturais e sociais, além de valorizar o conhecimento dos agricultores. Esta forma diferente de fazer agricultura promove, segundo eles, níveis crescentes de sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Em relação a este conceito, acrescenta-se ao anterior esta visão de que a união dos conhecimentos é necessária para conseguir um sistema agroalimentar sustentável.<sup>30</sup>

Nesse sentido, a preservação da cultura local e das tradições comunitárias torna-se um elemento imprescindível da agroecologia, não apenas como herança cultural, mas como fundamento vivo para práticas agrícolas mais justas, resilientes e ecologicamente equilibradas. Ao integrar esses saberes à reflexão científica, a agroecologia fortalece processos de aprendizado contínuo, favorece a autonomia das comunidades e sustenta uma agricultura que se renova sem perder suas raízes.

A defesa das culturas locais também representa um gesto de resistência diante da homogeneização promovida pelos modelos agrícolas convencionais, que frequentemente desconsideram contextos territoriais e impõem práticas descoladas da realidade dos agricultores. Ao reafirmar os conhecimentos tradicionais, a agroecologia sustenta formas de

<sup>29</sup> ALTIERI, *Agroecologia*, p. 33-34.

<sup>30</sup> “[...] trabaja con el empoderamiento de los agricultores y consumidores donde los conocimientos de los campesinos o indígenas son valorados desde su aportación a la biodiversidad. Caporal y Costabeber (2004) entienden la Agroecología como un campo de conocimiento interdisciplinario que utiliza ciencias naturales y sociales, además de valorar el conocimiento de los agricultores. Esta forma diferente de hacer agricultura promueve, según ellos, niveles crecientes de sostenibilidad en sus múltiples dimensiones. En relación con este concepto, añade al anterior esta visión de que la unión de los conocimientos es necesaria para conseguir un sistema agroalimentario sostenible.” (NASCIMENTO; CALLE-COLLADO; BENITO, *Economía social y solidaria y agroecología en cooperativas de agricultura familiar en Brasil como forma de desarrollo de una agricultura sostenible*, p. 196. Tradução Nossa).

produção que protegem a diversidade cultural, ecológica e produtiva, essencial para a sustentabilidade dos territórios.

### **3.2 As iniciativas de produção sustentável no Brasil**

O agronegócio configura-se como a forma de produção predominante no Brasil. Contudo, coexistem com esse modelo diversas iniciativas orientadas a práticas produtivas sustentáveis, alicerçadas em princípios ecológicos. Neste tópico, será apresentado, inicialmente, o processo de reconhecimento político da agroecologia no país, marcado pela busca de alternativas à agricultura convencional e impulsionado, desde a década de 1980, por movimentos sociais e redes regionais. Em seguida, analisa-se a ampliação desse esforço, articulado nas bases, para o âmbito nacional, especialmente com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Aborda-se, ainda, o modo como a consolidação da agroecologia no contexto brasileiro ocorreu em estreita vinculação com programas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar. A culminância desse processo de institucionalização dá-se com a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), cujo êxito deve-se, em grande medida, ao protagonismo das mulheres, conforme será explicitado adiante.

Apesar do espaço conquistado pela agroecologia no Brasil, a transição para um modelo produtivo fundamentado em bases ecológicas permanece como um desafio. Por essa razão, o tópico seguinte se dedica à análise dessa problemática. Embora se observe um crescimento da consciência ecológica na sociedade, evidenciado pelo aumento da demanda por produtos agroecológicos e orgânicos, a implementação da agroecologia no país ainda enfrenta obstáculos significativos, sobretudo no que diz respeito à consolidação de uma perspectiva abrangente, sustentada por valores distintos daqueles da modernidade hegemônica, capaz de integrar de forma indissociável as dimensões ecológica, econômica, cultural e social.

#### **3.2.1 Políticas em prol da agroecologia**

O Brasil é internacionalmente reconhecido pelo espaço que concede às políticas públicas voltadas à agroecologia associada à agricultura familiar.<sup>31</sup> Embora o País ocupe

---

<sup>31</sup> NIEDERLE, P. A. et al. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 272.

posição de destaque no mercado de commodities, também se caracteriza pela forte atuação de movimentos sociais que fazem suas demandas chegar às agendas políticas. Além do Brasil, países como Cuba, Nicarágua e El Salvador também se destacam na promoção de iniciativas semelhantes.<sup>32</sup> Como discutido anteriormente, a agroecologia, no contexto brasileiro, é profundamente marcada por um viés sociopolítico. Nessa linha, Zander Navarro observa que o termo passou a funcionar como uma noção abrangente, com a pretensão de unificar a diversidade de propostas de agriculturas sustentáveis que surgiram em oposição ao modelo agrícola convencional<sup>33</sup>.

A partir da década de 1980, novas práticas agrícolas inspiradas pelo conceito de desenvolvimento sustentável passaram a se difundir com o objetivo de reduzir os impactos ambientais.<sup>34</sup> Neste contexto destacam-se, por exemplo, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a permacultura, entre outras propostas reunidas sob a denominação de agriculturas sustentáveis ou alternativas. Associada à agroecologia, a noção de produção orgânica também desempenhou, no Brasil, um papel terminológico amplo, sendo frequentemente utilizada como sinônimo de práticas agrícolas sustentáveis<sup>35</sup>. Isto se faz notório na formulação das políticas voltadas à agricultura sustentável.

Paralelamente ao apelo ecológico, na década de 1980, o Brasil vivia a reabertura democrática, marcada pelo fortalecimento da participação social e pela luta por direitos. Nesse cenário, a articulação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por exemplo, desempenhou um papel significativo junto aos camponeses e às comunidades rurais, contribuindo para sua organização e mobilização<sup>36</sup>. Portanto, o estabelecimento político da agroecologia no Brasil é marcado pela busca de uma alternativa ao agronegócio e pela intensificação da participação social:

A construção de políticas públicas em favor da agroecologia envolveu uma ampla rede de atores estatais e não estatais. A formação dessa rede ocorreu, principalmente, a partir dos anos 1980, junto às lutas por reabertura democrática, mudança dos referenciais de ação do Estado e ampliação do protagonismo da sociedade civil. Assim como em outros países latino-americanos, a promoção da agroecologia no Brasil esteve diretamente vinculada à ação dos movimentos sociais ligados à pequena agricultura familiar e

<sup>32</sup> SABOURIN, E. et al. ¿Qué políticas públicas promueven la agroecología en América Latina y el Caribe? *Perspective*, n. 45, p. 1-4, may. 2018. Disponível em: <https://revues.cirad.fr/index.php/perspective/article/view/31606>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 1.

<sup>33</sup> NAVARRO, *Agroecologia*, p. 29.

<sup>34</sup> FARIA, *Aspectos gerais da agroecologia no Brasil*, p. 107.

<sup>35</sup> FARIA, *Aspectos gerais da agroecologia no Brasil*, p. 107.

<sup>36</sup> CANAVESI, F. de C.; MOURA, I. F. de; SOUZA, C. de. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, n. esp, v. 23, p. 1019-1030, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8635617/14869>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 1022-1023.

camponesa. Isso fez com que o termo assumisse uma conotação não apenas técnica, mas eminentemente política, mantendo níveis diferenciados de articulação com diferentes modelos de “agricultura alternativa”, ou, para usar um termo mais contemporâneo, “agriculturas de base ecológica” – aí compreendidas quase todas as formas de produção que adotam uma perspectiva crítica aos preceitos da modernização conservadora que orientaram a ação do Estado brasileiro desde, pelo menos, meados dos anos 1960.<sup>37</sup>

Um dos marcos que evidenciou tanto a busca por agriculturas sustentáveis quanto a ampliação da participação social foram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), realizados ao longo da década de 1980. Em suas primeiras edições, os encontros eram conduzidos majoritariamente por agrônomos, o que lhes conferia um perfil essencialmente técnico. Gradualmente, porém, passaram a ser ocupados também por movimentos estudantis e sindicais, incorporando pautas de caráter mais político e ampliando o alcance e a diversidade das discussões<sup>38</sup>.

A partir dos anos 2000, o MST passa a incorporar explicitamente a noção de agroecologia para se referir às agriculturas alternativas e lutas por direitos, influenciado por autores como Stephen Gliessman e Miguel Altieri. Ambos desempenharam papel decisivo na difusão científica e política da agroecologia na América Latina, especialmente desde a década de 1970, quando surgiram os primeiros cursos voltados ao tema no México e na Colômbia.<sup>39</sup> A agroecologia vai se difundindo cada vez mais, fortalecendo-se através dos pequenos grupos, como por exemplo, na criação das Redes de Agroecologia.

Além das redes pioneiras, como a Ecovida (1998), referência na certificação participativa<sup>40</sup> no Sul do país, e a Rede Agroecologia-Rio (1999), marcada pela articulação entre agricultores, universidades e organizações da sociedade civil, o Brasil conta hoje com um conjunto diversificado de articulações regionais que ampliam e aprofundam a presença da agroecologia nos territórios. Entre elas destacam-se a Rede de Agroecologia da Amazônia, que integra povos indígenas, ribeirinhos e comunidades extrativistas na promoção de práticas sustentadas pela sociobiodiversidade; a Articulação Mineira de Agroecologia; a Articulação Paulista de Agroecologia; a Rede de Agroecologia do Cerrado; a Articulação de Agroecologia do Nordeste.

<sup>37</sup> NIEDERLE, *A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia*, p. 273.

<sup>38</sup> NIEDERLE, *A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia*, p. 273.

<sup>39</sup> SABOURIN et al, *¿Qué políticas públicas promueven la agroecología en América Latina y el Caribe?*, p. 3.

<sup>40</sup> O Brasil reconhece oficialmente esse modelo desde 2007 nos chamados Sistemas Participativos de Garantia (SPG), vinculados ao Ministério da Agricultura. Esses sistemas permitem que agricultores familiares obtenham certificação orgânica válida nacionalmente, sem depender de empresas certificadoras privadas.

Em 2002, com o fortalecimento das redes ligadas à agroecologia, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Como desdobramento desse processo, criou-se a Articulação Nacional de Agroecologia, que hoje desempenha papel central na integração e promoção das iniciativas agroecológicas no país<sup>41</sup>. Desde então, ocorreram quatro edições do ENA, e a quinta está prevista para 2026, no estado do Paraná. Desde o ano de 2003, portanto, passos importantes foram dados para a conquista e consolidação do espaço da agroecologia no Brasil.

Neste período, entrou em vigor a Lei nº 10.831/2003,<sup>42</sup> que estabeleceu a regulamentação oficial da produção orgânica e agroecológica no Brasil. A incorporação e o fortalecimento da agroecologia passaram a articular-se diretamente com as políticas de combate à fome, como o programa Fome Zero. Foi também nesse contexto que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)<sup>43</sup> foi reativado, reforçando a participação social na formulação das políticas de segurança alimentar.

A relação entre agroecologia e combate à fome já era defendida pela Via Campesina desde sua fundação, em 1993. O movimento internacional apresentou a Soberania Alimentar como alternativa aos impactos socioeconômicos resultantes da globalização dos sistemas alimentares.<sup>44</sup> De fato, a lógica de exportação e de produção agroindustrial opera com prioridades voltadas ao mercado, frequentemente desvinculadas de valores éticos fundamentais, tais como a preocupação com a qualidade nutricional dos alimentos e com a subsistência das

---

<sup>41</sup> A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) se fortalece por meio de sua conexão com diversas redes, entre elas o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Além de ampliar sua capacidade de incidência na formulação de políticas públicas, essa ampla rede de alianças promove a integração da agroecologia com diferentes campos de atuação, como a Segurança Alimentar, a Reforma Agrária e o feminismo (NIEDERLE, *A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia*, p. 276).

<sup>42</sup> Do ponto de vista dos marcos legais, além da Lei nº 10.831/2003, destacam-se também os Decretos nº 6.323/2007 e nº 6.913/2009, ambos fundamentais para a regulamentação da produção orgânica e para o fortalecimento das práticas agroecológicas.

<sup>43</sup> O CONSEA foi criado em 1993, sob o governo de Itamar Franco, com o objetivo de formular e monitorar políticas de segurança alimentar e nutricional. Em 1995, o Conselho foi substituído pelo programa Comunidade Solidária. Em 2003, o CONSEA foi reativado pelo governo Lula. Posteriormente, passou novamente por um desativação em 2019, e reativação em 2023. (Reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). *Secretaria de comunicação social*. 09 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/respeito-e-dialogo/reinstalacao-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-consea>. Acesso em: 23 dez. 2025).

<sup>44</sup> ROCES, I. G; MONTIEL, M. S; CANTÓ, A. S. I. Perspectiva ecofeminista de la Soberanía Alimentaria: la Red de Agroecología en la Comunidad Moreno Maio en la Amazonía brasileña. *Relaciones Internacionales*, España, n. 27, p. 75-96, Out./jan. 2025. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/5238/5681>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 76.

populações rurais. Diante disso, a Via Campesina contesta e se contrapõe a esse modelo hegemônico por meio da defesa da Soberania Alimentar, entendida como:

O direito fundamental de todos os povos, nações e estados a controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares e a decidir suas políticas, assegurando a cada um alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isso inclui o direito dos povos de definir suas formas de produção, uso e intercâmbio, tanto em nível local quanto internacional.<sup>45</sup>

Com base nessa perspectiva, a agroecologia configura-se como uma estratégia central para a realização do direito à alimentação. Entre seus diversos elementos, destaca-se a dimensão participativa e a valorização da cultura local, características próprias do paradigma agroecológico. Elas se contrapõem ao mercado de commodities, marcado pela homogeneização dos sistemas agroalimentares. Ao reconhecer o direito de escolher como produzir, consumir e comercializar os alimentos, a agroecologia afirma-se como um caminho construído coletivamente, fundamentado nos saberes, práticas e identidades das comunidades locais, e não como um modelo imposto de fora.

Entre os elementos que estruturam a agroecologia, a equidade de gênero sobressai como componente essencial para ampliar e qualificar os processos participativos. A experiência da Rede de Agroecologia da Amazônia, já mencionada anteriormente, evidencia essa dimensão, revelando-a como parte fundamental do potencial transformador da práxis agroecológica nos âmbitos social, ecológico e econômico. Criada em 2001, no Estado do Acre, a Rede resulta de um longo processo de adaptação, resistência e organização coletiva de camponeses e povos indígenas. A história da região foi profundamente marcada pela economia da borracha, inicialmente estruturada para atender à demanda internacional. Esse ciclo extrativista deslocou trabalhadores de diversas partes do país e configurou um modo de vida fortemente dependente dos seringais. Com a crise do seringalismo, entretanto, as populações locais passaram a construir novas relações com o território, diversificando atividades produtivas e incorporando saberes indígenas<sup>46</sup>.

Na sequência, a chegada de empresários interessados na exploração madeireira intensificou os conflitos socioambientais, mobilizando comunidades rurais e indígenas na

<sup>45</sup> “El derecho fundamental de todos los pueblos, naciones y estados a controlar sus alimentos y sus sistemas alimentarios y a decidir sus políticas asegurando a cada uno alimentos de calidad, adecuados, accesibles, nutritivos y culturalmente apropiados. Ello incluye el derecho de los pueblos para definir sus formas de producción, uso e intercambio tanto a nivel local como internacional.” (ROCES; MONTIEL; CANTÓ, *Perspectiva ecofeminista de la Soberanía Alimentaria*, p. 76. Tradução Nossa).

<sup>46</sup> ROCES; MONTIEL; CANTÓ, *Perspectiva ecofeminista de la Soberanía Alimentaria*, p. 77.

defesa da floresta, luta que ganhou notoriedade nacional com o assassinato do seringueiro Chico Mendes, em 1988<sup>47</sup>. A Rede de Agroecologia da Amazônia emerge desse contexto como fruto da aliança entre famílias comprometidas com a preservação da floresta e com práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais.

A Rede de Agroecologia da Amazônia é fortemente marcada pela atuação e protagonismo das mulheres, que foram invisibilizadas ao longo dos processos de exploração natural na Amazônia. Tanto na extração de borracha quanto de madeira, as mulheres foram excluídas e subjugadas. A nova relação com a terra, construída pela necessidade em desenvolver novas atividades para geração econômica, foi fundamentalmente realizada pelas mulheres.

O saber agroecológico transmitido e praticado por tantas mulheres, como no testemunho acima, encontrou ressonância na consolidação de instituições dedicadas à pesquisa e à difusão da agroecologia. O espaço institucional conquistado pela agroecologia também se ampliou no âmbito científico, especialmente com a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004. Entre suas atribuições, destaca-se a organização dos Congressos Brasileiros de Agroecologia, fundamentais para a circulação, o debate e a consolidação das pesquisas na área. Desde 2003 já se realizaram 13 edições do Congresso. Outro avanço significativo para o campo científico foi a elaboração do *Marco Referencial em Agroecologia*, publicado pela Embrapa em 2006, marco importante produzido pela principal instituição de pesquisa agropecuária do país.

Um dos aspectos centrais enfatizados pelo documento da Embrapa sobre agroecologia é a necessidade de diferenciá-la das diversas agriculturas ecológicas existentes, reconhecendo-a como um referencial teórico próprio.<sup>48</sup> Portanto, embora sua introdução tenha sido fortemente marcada pela dimensão política, a agroecologia também passou a ser reconhecida em sua fundamentação científica. Como desdobramento das diversas iniciativas por parte das redes e movimentos sociais, voltadas à inserção da agroecologia no Brasil, foi instituída, em 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica<sup>49</sup>. Esta política pública passou a

<sup>47</sup> ROCES; MONTIEL; CANTÓ, *Perspectiva ecofeminista de la Soberanía Alimentaria*, p. 78.

<sup>48</sup> NIEDERLE, *A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia*, p. 280-281.

<sup>49</sup> Esta política vem sendo fortalecida pela criação de diversos mecanismos tais como: o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançado em 2024 (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é lançado no Dia Mundial da Alimentação. *Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Agroecologia*. 16 de outubro de 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-e-lancado-no-dia-mundial-da-alimentacao?utm\\_source=](https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-e-lancado-no-dia-mundial-da-alimentacao?utm_source=) Acesso em: 23 dez. 2025), o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), no ano de 2025 e o plano PAS TERRA, também em 2025, que busca integrar agroecologia e agrofloresta como soluções para crises climáticas (MDA lança plano de ação que aponta agroecologia e agrofloresta como solução para a crise climática. *Ministério*

articular e integrar ações destinadas a promover a transição agroecológica, bem como a produção orgânica e de base agroecológica no país. A PNAPO, culminância de um processo iniciado em 1980 por movimentos sociais e pequenas redes de agroecologia, tem como diretrizes:

- I - Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;
- II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;
- III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;
- IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006 ;
- V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
- VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e
- VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.<sup>50</sup>

Alguns eventos foram determinantes para a criação da PNAPO, como por exemplo, a Marcha das Margaridas no ano de 2011:

O protagonismo dos movimentos de mulheres organizados na Marcha das Margaridas foi, sem dúvida, um componente fundamental nesse processo. As jornadas denominadas Marchas das Margaridas, lideradas historicamente, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), articulam um amplo conjunto de organizações de mulheres, em parceria com outros atores. As Marchas ocorrem, aproximadamente, de quatro em quatro anos, sendo que a primeira delas foi organizada no ano 2000. Em 2011 o lema principal da Marcha foi sintetizado na frase “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade.” No encerramento da Marcha, que reuniu milhares de mulheres, a Presidente

---

do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. PAS TERRA. 07 de novembro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/mda-lanca-plano-de-acao-que-aponta-agroecologia-e-agrofloresta-como-solucao-para-a-crise-climatica>. Acesso em: 23 dez. 2025).

<sup>50</sup> ROSA, V. de C; CAMPOS, G. de S. A agroecologia como mecanismo de efetivação dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, n. 1, v. 15, p. 321-340, jun. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340772825\\_A\\_AGROECOLOGIA\\_COMO\\_MECANISMO\\_DE\\_EFETIVACAO\\_DOS\\_OBJETIVOS\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_SUSTENTAVEL\\_NO\\_BRASIL](https://www.researchgate.net/publication/340772825_A_AGROECOLOGIA_COMO_MECANISMO_DE_EFETIVACAO_DOS_OBJETIVOS_DE_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_NO_BRASIL). Acesso em: 23 dez. 2025. p. 328-329.

Dilma Rousseff comprometeu-se com a criação de um grupo especial de trabalho para elaborar um Programa Nacional de Agroecologia. (Aguar, 2015; Moura, 2016).<sup>51</sup>

O papel das mulheres foi e continua sendo profundamente decisivo para a consolidação da agroecologia no Brasil. Sua atuação se expressa tanto na produção e transmissão de conhecimentos, enraizados no cotidiano das comunidades, quanto na luta organizada por direitos e reconhecimento. Não à toa, a pauta feminista tornou-se um eixo estruturante dentro do movimento agroecológico ao reivindicar equidade de gênero, justiça social e a superação das desigualdades históricas que marcaram o campo brasileiro. Além disso, as mulheres têm protagonizado a criação de uma economia sustentável, baseada no cuidado, na cooperação e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Por meio de práticas que valorizam a vida, a biodiversidade e os saberes tradicionais, elas reconfiguram as relações com a terra e com a própria organização social, mostrando que a agroecologia não é somente um modo de produzir, mas também uma forma de existir e resistir coletivamente.<sup>52</sup>

### 3.2.2 Desafios para a transição agroecológica

Apesar dos avanços na institucionalização da agroecologia no Brasil, tanto na esfera política quanto na produção científica - lembrando que, do ponto de vista técnico, ela historicamente esteve presente nas práticas de povos camponeses e indígenas, - o caminho rumo a uma transição agroecológica efetiva ainda é extenso. O agronegócio, mesmo gerando impactos socioambientais profundos, continua hegemônico na estrutura produtiva do país, especialmente por estar orientado à exportação de commodities.

Uma transição no modelo agrícola brasileiro envolve uma série de implicações que ultrapassam o âmbito técnico, alcançando dimensões econômicas, sociais e políticas. Talvez o maior desafio seja a mudança de mentalidade da sociedade, pois transformar o modelo de produção e consumo implica reconfigurar hábitos culturais enraizados no estilo de vida contemporâneo. Por exemplo, a adoção de práticas agroecológicas demanda que consumidores valorizem alimentos de base local e sazonal, reduzindo a dependência de produtos ultraprocessados e de longas cadeias logísticas.

Alguns passos já são dados rumo ao fortalecimento de uma consciência ecológica no campo da produção e do consumo de alimentos, perceptível sobretudo na expansão da oferta e

<sup>51</sup> NIEDERLE, *A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia*, p. 283.

<sup>52</sup> NOBRE, M. Economia feminista. In: DIAS, A. (et al.), *Dicionário de agroecologia e educação*, p. 331.

da procura por produtos orgânicos e agroecológicos. Essa ampliação indica uma mudança gradual nas prioridades dos consumidores, que passam a valorizar sistemas produtivos saudáveis, sustentáveis e socialmente responsáveis.

A adesão a produtos limpos, livres de agrotóxicos, embora positiva, não é suficiente para caracterizar uma verdadeira transição agroecológica. Apesar dos avanços proporcionados por escolhas de consumo mais conscientes, que beneficiam tanto a saúde humana quanto os ecossistemas, a agricultura orgânica tem sido, em muitos casos, incorporada à mesma lógica produtiva da agricultura convencional. Em outras palavras, o aumento da demanda leva ao aumento da oferta, reproduzindo a estrutura típica do agronegócio, na qual a produção se orienta por exigências pré-definidas pelo mercado. Nesse modelo, o propósito central permanece sendo a venda do produto, convertendo o alimento em mercadoria, muitas vezes distanciando-o dos princípios sociais, ambientais e culturais que fundamentam a agroecologia.

Uma produção orientada por bases ecológicas tem como finalidade última a manutenção e o fortalecimento da vida em sua integralidade, tanto das pessoas quanto dos ecossistemas. A geração de renda continua sendo uma dimensão necessária, porém não constitui o objetivo primordial. Nesse sentido, a transição agroecológica exige questionar os propósitos que sustentam um sistema produtivo e avaliar de forma crítica seus impactos, não apenas ambientais, mas também sociais, culturais e territoriais. Trata-se de repensar para quem, para quê e a que custo se produz, recolocando a vida, e não o mercado, no centro das decisões agrícolas.

Gliessman destaca que os sistemas agrícolas convencionais desconsideram, em sua contabilidade, os custos ecológicos e sociais envolvidos no processo produtivo. Seus cálculos se restringem aos lucros obtidos com a comercialização das mercadorias, ignorando os impactos negativos gerados ao longo do ciclo produtivo. Danos como o empobrecimento e a erosão do solo, a contaminação por agrotóxicos, a poluição das águas, a perda de biodiversidade e as contribuições para o aquecimento global permanecem invisíveis nas planilhas do agronegócio, embora representem prejuízos profundos para a sociedade e para os ecossistemas:

Observe-se que não aparecem na contabilidade do empresário agrícola, e sequer do conjunto das cadeias do agronegócio, os custos de externalidades evidentes deste tipo de agricultura, tais como a exportação de micronutrientes, a contaminação da água superficial e subterrânea, a perda de biodiversidade, o assoreamento de reservatórios de hidroelétricas causado pela erosão dos solos resultante do manejo ambientalmente irresponsável, ou mesmo o tratamento de pacientes que foram intoxicados pelo uso de agrotóxicos ou que desenvolveram câncer ou problemas hormonais devido à contaminação sofrida por pesticidas. Nada disso aparece na contabilidade do agronegócio, ainda que alguém tenha que pagar por estas externalidades. Em algumas vezes, quem paga a conta é a sociedade como um todo, nas atuais gerações. Noutras

vezes, estes custos recairão sobre as futuras gerações. Na maior parte dos casos, que dizem respeito ao meio ambiente, pagarão ambas – as atuais e as futuras gerações –, cabendo ao dono do negócio uma pequeníssima parcela, o que não lhe impede de ficar com a totalidade do lucro.<sup>53</sup>

As escolhas individuais no campo produtivo geram efeitos que extrapolam o âmbito privado e alcançam a coletividade. As mudanças climáticas são um exemplo evidente disso, já que seus impactos atingem indiscriminadamente todas as pessoas. Mostra-se profundamente injusto que populações sem qualquer vínculo com as decisões e estruturas de poder que orientam o agronegócio sejam afetadas pela ambição desmedida de certos proprietários de terra, empresários e interesses internacionais.

A agroecologia oferece uma série de benefícios que reverberam de forma ampla na sociedade, ao propor um modelo ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo. Contudo, a consolidação desse novo paradigma exige um processo profundo de reeducação cultural. Conforme afirmam Rosset e Altieri, a ampliação da agroecologia supõe superar obstáculos como: a concentração de terras, a perda e falta de conhecimentos adequados, as barreiras ideológicas, a ausência de organização social, a falta de mercados alternativos, entre outros.<sup>54</sup>

Antes de tudo, é fundamental que as pessoas conheçam a agroecologia e confiem em seu potencial transformador. Como já mencionado, trata-se de uma construção que nasce nas bases sociais e não pode ser simplesmente imposta. Embora esteja presente em centros urbanos, em espaços científicos, políticos e culturais, é no meio rural que ela tem encontrado terreno fértil para se desenvolver e se afirmar. A agroecologia é mais do que a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos. Trata-se de uma forma de enxergar e compreender o mundo de maneira complexa. Com base neste paradigma nada existe de maneira isolada, mas coexiste em um sistema de vida. Todos precisam de todos. Nada é indispensável:

Um sistema agroecológico é mais complexo do que um monocultivo. Considerando que nessas paisagens agrícolas há uma ampla diversidade de espécies, ao invés dos efeitos individuais de cada componente do sistema, as interações passam a ser predominantes. Isso configura sistemas de produção intensivos em conhecimento e que levam em consideração as múltiplas dimensões da sustentabilidade nos seus níveis econômicos, sociais, culturais, ecológicos, políticos e éticos. Por isso, o diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico transforma e renova o conhecimento

<sup>53</sup> CAPORAL, F.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. (Orgs). *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília: Paulus, 2009. p. 82-83.

<sup>54</sup> ROSSET, P. M. et al. Agroecología y La Vía Campesina II. Las escuelas campesinas de agroecología y la formación de un sujeto sociohistórico y político. *Territorialización de la agroecología*. v. 58, p. 531-550, jul./dez. 2021. DOI: 10.5380/dma.v58i0.81357. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/81357/45186>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 534-535.

científico e todas as demais formas de conhecimento, gerados em comunidades com pluralidades socioculturais e territoriais.<sup>55</sup>

A agroecologia se coloca como um desafio diante da contemporaneidade, marcada por valores como individualismo, consumismo e imediatismo, traços profundamente enraizados no modo de vida atual. Em contraste, ela se fundamenta na coletividade, na participação, na resiliência e na diversidade, valores que precisam ser recuperados e fortalecidos na cultura contemporânea. Na dinâmica do paradigma agroindustrial as demandas do consumidor são tratadas como imperativos naturais. Assim, se o mercado exige morangos o ano inteiro, em qualquer região, o sistema se organiza para suprir essa necessidade, ignorando muitas vezes os limites ecológicos e sociais que deveriam orientar a produção.

A agroecologia, por sua vez, reconhece os limites dos recursos naturais e respeita o ritmo próprio dos ecossistemas. Certos alimentos constituem a riqueza cultural e ambiental de regiões específicas, enquanto outros só se desenvolvem em contextos biofísicos diferentes. Isso não representa um problema dentro do paradigma agroecológico, pois o objetivo central não é a mercantilização irrestrita da produção, mas a manutenção da vida dos agroecossistemas. Isso inclui garantir alimentos nutricionalmente adequados para as pessoas, proteger os bens naturais e promover o desenvolvimento social das comunidades envolvidas.

Os benefícios da transição agroecológica são inúmeros e complexos, pois atingem vários aspectos, como por exemplo:

- (1) Sociais, pois há aumento de capital e de coesão social reduzindo a migração;
- (2) saúde, pois há melhora expressiva na qualidade da alimentação e nutrição e redução da dependência e exposição aos agrotóxicos e outros agroquímicos;
- (3) ecológicos, em razão da redução da poluição da água e do solo e da conservação da biodiversidade. Práticas agroecológicas contribuem ainda para a recuperação de bacias hidrográficas, reduzem a dependência de insumos externos e são poupadoras de energia;
- (4) segurança alimentar, pois a diversificação da produção em nível de propriedade melhora o acesso e uso dos recursos locais e estabiliza rendimentos em longo prazo;
- (5) redução da pobreza, já que há potencial para aumentar a renda resultante da venda de produtos frescos ou com maior valor agregado, com menores custos de produção e menor necessidade de comprar alimentos;
- (6) diminuição do comprometimento de renda e endividamento familiar ao reduzir a necessidade de adquirir insumos externos caros;
- (7) culturais, uma vez que os valores do conhecimento tradicional promovem e facilitam o diálogo de saberes, potencializando a criatividade e a inovação e capacitando a comunidade para tornar-se agente do seu próprio desenvolvimento e, por fim,
- (8) do ponto de vista metodológico, pois, ao promover processos de pesquisa participativa, permite o entendimento holístico dos agroecossistemas, fornecendo

---

<sup>55</sup> NODARI, R. O; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisas e valores. *Estudos Avançados*, 29 (83), 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/105064/103805>. Acesso em: 23 dez. 2025. p. 195.

ferramentas para avaliar e promover a sustentabilidade por meio de indicadores amigáveis aos agricultores.<sup>56</sup>

Apesar de se apresentar como uma proposta amplamente benéfica à sociedade em diversos aspectos, a transição agroecológica continua enfrentando fortes resistências. Essas barreiras partem, sobretudo, de setores políticos e econômicos que se beneficiam da manutenção do *status quo* e de modelos produtivos hegemônicos. Ainda assim, a agroecologia segue se consolidando a partir de experiências locais e coletivas, ampliando sua presença na esfera pública e nos espaços educativos. Cada vez mais pessoas têm conhecido essa práxis, que aponta para novas possibilidades de relação entre o ser humano e o ambiente, orientadas pela sustentabilidade e preservação da vida.

### **3.3 A responsabilidade ética na produção e consumo dos alimentos**

Por trás dos processos de produção e consumo de alimentos há um conjunto de princípios que expressam a maneira como a humanidade se relaciona com os bens da criação. O paradigma da Ecologia Integral, proposto pelo Magistério da Igreja, apresenta novos referenciais éticos, enraizados no projeto salvífico de Deus, capazes de promover uma relação justa entre a humanidade e a criação. Neste tópico, será apresentada, inicialmente, a tradição eclesial na qual se insere a proposta da Ecologia Integral, marcada por princípios articulados a partir da centralidade da dignidade humana. A partir dessa base, fundamenta-se a crítica ao atual modelo de produção vigente no Brasil, que viola tanto a dignidade humana quanto a dignidade da criação em sua totalidade. Em seguida, será analisada a coerência entre a proposta da Agroecologia e o paradigma da Ecologia Integral, destacando-se seus pontos de convergência, bem como algumas divergências.

Na sequência, desenvolve-se uma reflexão sobre as formas inadequadas de relação do ser humano com o mundo, bem como sobre a problemática que envolve a articulação entre a ética cristã e os sistemas de produção de alimentos. Primeiramente, busca-se explicitar a especificidade dessa ética, intrinsecamente vinculada às dimensões históricas e políticas da realidade. Por fim, apresenta-se a Agroecologia como um caminho que dialoga de maneira consistente com a promoção da dignidade humana e da criação.

#### **3.3.1 Correspondências entre Ecologia Integral e Agroecologia**

---

<sup>56</sup> NODARI; GUERRA, *A agroecologia*, p. 201-202.

A *Laudato Si'* integra a Tradição da Doutrina Social da Igreja, consolidada desde o pontificado de Leão XIII. Essa Doutrina ilumina, a partir da fé, questões centrais da vida em sociedade e se estrutura em cinco princípios fundamentais: bem comum, destinação universal dos bens, subsidiariedade, participação e solidariedade. Todos eles convergem no princípio basilar da dignidade humana. Desse modo, a Doutrina Social da Igreja entende que uma vida verdadeiramente digna se sustenta nesses pilares: o acesso aos bens necessários ao desenvolvimento (bem comum); o direito de todos aos frutos da criação (destinação universal dos bens); a valorização das iniciativas pessoais e comunitárias (subsidiariedade); a partilha dos dons e responsabilidades (participação); e o compromisso com o cuidado e o serviço ao próximo (solidariedade).

A carta encíclica *Laudato Si'*, dedicada ao cuidado da casa comum, inaugura uma nova forma de compreender a realidade e as relações, ao propor o paradigma da Ecologia Integral. Como já exposto neste trabalho, tal paradigma não se confunde com um biocentrismo que equipara o ser humano às demais criaturas, pois a responsabilidade humana, enquanto imagem e semelhança de Deus, salvaguarda uma diferença. Por outro lado, a Ecologia Integral também rejeita um antropocentrismo desordenado. A abordagem da *Laudato Si'* reafirma os princípios da Doutrina Social da Igreja e o imperativo da dignidade humana, mas amplia sua interpretação ao reconhecer que a dignidade da terra é inseparável da dignidade humana. Não há vida digna para a humanidade sem vida digna para toda a criação, e vice-versa.

Ao abordar questões sociais, a teologia cristã se fundamenta nesses cinco princípios, entendendo-os como expressão da dignidade da vida em sua integralidade. Assim, um olhar da fé sobre o modelo de produção e consumo vigente no Brasil necessariamente assume uma postura crítica e transformadora. Em primeiro lugar porque trata-se de um sistema excludente, marcado pela concentração fundiária e pela monopolização da produção. Além disso, o acesso desigual aos bens naturais evidencia sua injustiça estrutural: milhões de brasileiros ainda carecem de saneamento básico e de uma alimentação adequada.

O modelo agrícola convencional, por sua lógica homogênea, sufoca iniciativas locais e práticas culturais tradicionais, impondo formas massificadas de produção. Não há espaço para a participação real das comunidades; ao contrário, o agronegócio frequentemente descarta pessoas, saberes e modos de subsistência. Somado a isso, o capitalismo predatório que sustenta a lógica agroexportadora inviabiliza a solidariedade, pois orienta todas as relações ao êxito mercadológico. Tudo é convertido em mercadoria, devendo ser vendido e transformado em lucro.

O agronegócio, sob a ótica da fé cristã, apresenta-se como um entrave à plena realização da dignidade humana e da própria criação. Sua lógica de funcionamento se opõe aos princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja. À luz do paradigma da Ecologia Integral, torna-se indispensável promover práticas de produção e consumo que estejam comprometidas com a preservação da vida em todas as suas dimensões. Nesse cenário, a agroecologia, como já discutido, desponta no Brasil como alternativa crítica ao modelo hegemônico do agronegócio. Para Zander Navarro, ela claramente se configura como uma proposta de caráter anticapitalista.

De fato, os valores que orientam a agroecologia distanciam-se daqueles que sustentam o agronegócio. Por outro lado, observa-se grande afinidade entre a Agroecologia e a Ecologia Integral. Embora não constituam uma mesma proposta, ambas podem se fortalecer mutuamente na construção de uma nova relação com o mundo, especialmente no campo da produção agroalimentar. Assim como Afonso Murad identifica convergências e tensões entre a Ecologia Integral e a Ecologia profunda, também será interessante realizar esse exercício comparativo entre a Ecologia Integral e a Agroecologia.

Em primeiro lugar, tanto a Ecologia Integral quanto a Agroecologia são compreendidas como paradigmas. Ambas propõem mudanças estruturais e oferecem pressupostos a partir dos quais interpretar a realidade e orientar novas formas de relação com o mundo. São modelos sustentados por princípios que moldam a compreensão da sociedade e de seus processos. Um paradigma, uma vez assimilado, permeia a ação humana e orienta o comportamento. O paradigma tecnocrático, por exemplo, configura o ethos social contemporâneo levando ao uso ilimitado e irresponsável da inteligência artificial para simular pessoas, a ponto de tornar cada vez mais tênue a distinção entre o real e o virtual.

De modo semelhante, a Ecologia Integral e a Agroecologia procuram transformar profundamente a percepção e as práticas humanas, promovendo ações que reconheçam as interdependências entre natureza e sociedade. Assim, ao adquirir um produto, a pessoa passa a considerar todo o seu percurso produtivo - inclusive se as condições de trabalho envolvidas foram justas ou não. Também leva em conta o destino final desse produto, assumindo responsabilidade por todo o ciclo e integrando, de forma consciente, todas as relações implicadas no processo.

[...] a Agroecologia, como ciência do campo da complexidade, se enquadra, no que Morin (1998, p. 290) qualifica como “uma transformação no modo de pensar, do mundo do pensamento e do mundo pensado”. Trata-se, pois, de uma “revolução paradigmática que ameaça não apenas conceitos, idéias e teorias, mas também o

estatuto, o prestígio, a carreira de todos os que vivem, material e psiquicamente, da crença estabelecida”, aderidos ao paradigma convencional.<sup>57</sup>

Uma mudança paradigmática não acontece de forma imediata, pois exige tempo para que a sociedade assimile novos valores e os converta em práticas concretas. Alterações comportamentais impostas, como a separação de resíduos ou a economia de água, são relevantes, mas tendem a permanecer na superfície e não expressam uma transformação estrutural. Para que sejam duradouras e efetivas, essas ações precisam brotar da internalização de uma perspectiva integral e verdadeiramente consciente. Autores como Sthor e Taylor apontam a importância da participação da sociedade para o êxito desses processos de transformação:

Vários autores entre eles STHOR & TAYLOR (1981, em OLIVEIRA 2002), afirmam que o desenvolvimento deve vir acompanhado da participação da sociedade diretamente envolvida. Eles utilizam a expressão do paradigma desde abaixo para cima, que deve ser compreendido com uso de substituição do princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; intercâmbio de produtos; formas específicas de organização social e econômica, como desenvolvimento rural e de comunidades com uso de tecnologias sustentáveis e com organização regional e local e principalmente com metas sociais amplas de motivação endógena.<sup>58</sup>

Diversos paradigmas que durante muito tempo orientaram a organização social vêm sendo questionados e gradualmente substituídos por novos modelos. No campo da educação, por exemplo, o paradigma bancário - marcado pela transmissão mecânica de conteúdos e pela passividade do aluno - cede espaço às propostas de inspiração libertadora, que valorizam o diálogo, a participação crítica e a construção coletiva do conhecimento. No âmbito da família, o paradigma patriarcal perde força diante da crescente afirmação das mulheres como protagonistas na vida social, econômica e política, impulsionando relações igualitárias e distribuindo responsabilidades antes atribuídas exclusivamente a elas.

Essas transformações de paradigmas se manifestam em múltiplas esferas da vida social: na política, na economia, na saúde, entre tantas outras. No âmbito ecológico, cresce a consciência dos limites da Terra e dos impactos negativos produzidos pelo paradigma tecnocrático, que concede à técnica um poder ilimitado, frequentemente à custa da dignidade humana e da integridade dos ecossistemas. No campo da agroecologia, observa-se a expansão e o fortalecimento dessa práxis em diversos países, impulsionada por redes, movimentos sociais e experiências comunitárias que consolidam alternativas ao modelo hegemônico de produção.

<sup>57</sup> CAPORAL, *Agroecologia*, p. 77.

<sup>58</sup> TRENTIN, *Desenvolvimento Regional e Agroecologia no Rio Grande do Sul/Brasil*, p. 105.

A proposta da Ecologia Integral, por sua vez, representa, por parte da Igreja, um posicionamento claro diante dessas mudanças de perspectiva, reafirmando princípios inegociáveis e assumindo um compromisso lúcido com uma visão mais ampla, justa e responsável sobre a relação entre humanidade e criação.

Além de se configurarem como mudanças estruturais, isto é, como novos paradigmas fundamentados em valores e princípios que precisam ser profundamente internalizados, tanto a Ecologia Integral quanto a Agroecologia se caracterizam por operar no campo da complexidade. Sob a ótica desses novos paradigmas, tudo no mundo está interligado: há uma teia de interdependências entre pessoas, ecossistemas, saberes e práticas, o que torna a compreensão da realidade necessariamente complexa e relacional.

No paradigma tecnocrático, ao contrário, os fenômenos tendem a ser analisados de forma fragmentada e isolada. Por exemplo, a produção agrícola é vista apenas em termos de produtividade e retorno econômico, sem considerar os impactos sociais, ambientais e culturais envolvidos. Já na perspectiva da complexidade, própria da Ecologia Integral e da Agroecologia, qualquer ação ou decisão precisa levar em conta seus múltiplos efeitos, suas conexões e suas consequências a curto e longo prazo. Esse olhar ampliado permite compreender que problemas ambientais, desigualdades sociais, crises alimentares e esgotamento dos recursos naturais não são questões separadas, mas expressões de um mesmo modelo de mundo que precisa ser transformado. Assim, tais paradigmas convidam a uma nova racionalidade, capaz de integrar dimensões éticas, ecológicas, espirituais, econômicas e políticas numa visão holística e responsável do conviver humano com a Terra.

Como desdobramento dessa perspectiva que reconhece a complexidade do real, ambos os paradigmas colocam a diversidade como um elemento fundamental. Sem diversidade não há possibilidade de desenvolvimento pleno da vida. Por isso, tanto a Ecologia Integral quanto a Agroecologia se dedicam a preservar a variedade de espécies, de saberes, de culturas e de práticas, entendendo-a como condição indispensável para a manutenção de uma vida digna. Nesse horizonte, nada é descartado: cada ser e cada forma de existência possui valor em si mesma, não por sua utilidade imediata dentro de um sistema produtivo. A dignidade do ser precede sua função. Essa visão contrasta diretamente com a lógica tecnocrática, na qual o valor é subordinado ao capital como finalidade última, e todos os outros critérios são ajustados para servir a esse propósito.

Além disso, ambos os paradigmas reconhecem a cultura e o saber local como dimensões imprescindíveis para compreender o mundo e orientar as relações que estabelecemos com ele. Na *Laudato Si'*, o Papa Francisco destaca a importância de preservar as culturas como elemento

fundamental da Ecologia Integral (LS, n. 143-146). A Agroecologia, por sua vez, é tecida a partir dos conhecimentos construídos ao longo de gerações por comunidades camponesas, indígenas e tradicionais, que acumulam experiências profundas sobre o manejo da terra e a convivência com os ecossistemas. Desse modo, a valorização das culturas, dos modos de vida e dos saberes de cada povo e território torna-se um princípio inegociável desses novos paradigmas.

Lamentavelmente, embora a globalização traga benefícios inegáveis, ela também favorece a massificação cultural, impondo modos padronizados de compreender o mundo e de agir nele. Essa lógica uniformizadora tende a desconsiderar as identidades, os ritmos e os saberes de cada território, substituindo-os por modelos hegemônicos de produção e consumo. É nesse horizonte que o agronegócio se apoia, instalando-se de maneira impositiva e frequentemente alheia às particularidades locais.

Um exemplo claro desse processo pode ser observado na expansão de monoculturas, como a soja e o eucalipto, em regiões historicamente ocupadas por comunidades tradicionais. Nessas áreas, práticas agrícolas diversas e adaptadas ao ambiente são substituídas por sistemas padronizados voltados exclusivamente para o mercado global. Como consequência, perdem-se não apenas a biodiversidade e a saúde do solo, mas também os modos de vida, as festas, os saberes e as relações comunitárias que constituíam a riqueza cultural daquele território.

Por fim, outro ponto de convergência entre a Ecologia Integral e a Agroecologia é a centralidade da justiça social. Ambas defendem relações baseadas na equidade de gênero, no acesso universal aos bens e serviços essenciais e na responsabilidade mútua entre as pessoas e com a própria Terra. No âmbito da Ecologia Integral, o Papa Francisco enfatiza a justiça intergeracional, lembrando que todas as gerações têm o mesmo direito de usufruir dos bens necessários para uma vida digna. Assim, quando a geração presente compromete os recursos naturais, priva as futuras de condições justas de existência e desenvolvimento (LS, n. 159-162).

Na Agroecologia, a justiça social se concretiza, entre outros aspectos, na valorização das mulheres e na promoção da equidade de gênero. Trata-se de uma visão marcada pelo protagonismo feminino, que se expressa tanto na produção de alimentos quanto na organização comunitária, nas práticas de cuidado e na construção de saberes. Essa presença ativa não apenas corrige desigualdades históricas, como também fortalece a própria sustentabilidade dos sistemas agroecológicos.

Nesse horizonte, a proposta de um novo estilo de vida, apresentada na *Laudato Si'*, reforça ainda mais essa convergência. O Papa Francisco propõe a sobriedade feliz (LS, n. 222-227), entendida como um modo de viver que rompe com a lógica consumista e redescobre a

alegria nas relações, na simplicidade e no cuidado com o essencial. Tal perspectiva aproxima-se profundamente da Agroecologia, que valoriza práticas sustentáveis, o consumo consciente e a relação equilibrada com a terra, contrapondo-se à lógica do acúmulo e da exploração intensiva dos recursos.

Embora apresentem diversos pontos de convergência, a Ecologia Integral e a Agroecologia se diferenciam em aspectos importantes. Talvez o mais evidente seja o ponto de partida que fundamenta cada uma. A Ecologia Integral se estrutura a partir da compreensão teológica da criação inserida no plano salvífico de Deus. Essa perspectiva evidencia as inúmeras contradições presentes na relação entre o ser humano e a terra, especialmente aquelas decorrentes do paradigma tecnocrático, que rompe a harmonia original e instrumentaliza o mundo natural. Diante disso, a Ecologia Integral propõe uma renovação do olhar e das práticas, uma conversão ecológica, convidando a reconhecer que tudo está interligado e que as relações devem ser reconstruídas à luz dessa interdependência fundamental (LS, n. 216).

Essa conversão ecológica se desdobra também em uma espiritualidade ecológica, que alimenta motivações profundas para o cuidado com a criação e orienta a ação no mundo. Nesse contexto, o Papa Francisco destaca o amor civil e político (LS, n. 231) como expressão concreta desse compromisso, indicando que o cuidado com a casa comum não se limita ao âmbito individual, mas se realiza também nas relações sociais, nas escolhas coletivas e na construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

A Agroecologia, por sua vez, fundamenta-se nos saberes construídos a partir da convivência ancestral de diversos povos com a terra, uma relação pautada pela harmonia, pelo cuidado e pela busca de condições que assegurem a continuidade da vida em sua totalidade. Enquanto na Ecologia Integral a continuidade da vida decorre do reconhecimento da criação como parte do projeto salvífico de Deus, na Agroecologia a vida é protegida porque constitui a base indispensável para a existência de agroecossistemas saudáveis e produtivos. É dessa vitalidade que emergem resultados sustentáveis do ponto de vista ecológico, econômico e social, garantindo não apenas produção de alimentos, mas também a regeneração dos territórios e o fortalecimento das comunidades.

### **3.3.2 Responsabilidade ético-cristã diante dos modelos de produção e consumo**

O *modus vivendi* da humanidade, configurado a partir da Revolução Industrial e estreitamente vinculado ao desenvolvimento do capitalismo, revela-se marcado pela insustentabilidade. O planeta já não suporta o modelo de vida imposto por esse padrão

civilizatório. Atualmente, o estilo de vida predominante demanda cerca de 1,6 planetas Terra para se manter. Torna-se, portanto, evidente a impossibilidade de continuidade de um modelo de desenvolvimento sustentado por valores próprios do capitalismo, como o consumismo, a rentabilidade e o imediatismo. Diante desse cenário, faz-se imprescindível a construção de novas formas de ser e estar no mundo, caso a preservação da vida humana, e da vida como um todo, ainda seja reconhecida como um imperativo ético.

À medida que a humanidade passou a tomar consciência dos limites do planeta e das consequências negativas do paradigma tecnocrático, orientado pela lógica do capitalismo, intensificaram-se os esforços de filósofos, teólogos e outros pensadores na elaboração de referenciais éticos capazes de responder à urgência de novas formas de habitar a Terra. Nesse horizonte, Leonardo Boff, em *Ética e Espiritualidade: como cuidar da Casa Comum*, apresenta diversas fontes para a construção de uma ética contemporânea. Entre elas, destaca a proposta do teólogo Hans Küng, que aponta as religiões como fundamento para uma ética mundial, bem como a Carta da Terra, entendida como uma iniciativa significativa no diálogo universal em favor de uma relação justa e digna entre a humanidade e o planeta. Embora a busca por consensos éticos globais seja necessária, as especificidades culturais e religiosas também oferecem contribuições relevantes, desde que não se imponham de forma excludente, mas se abram ao diálogo e à corresponsabilidade.

Na *Laudato Si'*, o Papa Francisco afirma que seria benéfico para o mundo que os cristãos e cristãs tomassem consciência de sua responsabilidade diante da criação (LS, n. 64). Embora existam esforços no sentido de construir modelos éticos universais, voltados à humanidade como um todo e fundamentados nos princípios da dignidade humana, cada sistema ético pode oferecer uma contribuição própria a partir de sua especificidade. Nesse horizonte, a ética cristã, enraizada na pessoa de Jesus Cristo, apresenta-se como uma fonte capaz de iluminar a ação de homens e mulheres de fé, gerando frutos que ultrapassam o âmbito eclesial e beneficiam toda a humanidade.

O fato de o Papa Francisco afirmar que seria desejável que os cristãos tomassem consciência de sua responsabilidade diante da criação revela que a relação adequada entre o ser humano e o mundo criado, fundada em Jesus Cristo, não é algo comum. Com frequência, a ética cristã é reduzida a uma compreensão moralista e rigorista, concebida de modo isolado da realidade concreta do mundo, como se a proximidade com Deus exigisse o distanciamento das dinâmicas históricas e sociais. Tal perspectiva, contudo, mostra-se contraditória à fé cristã, pois, no Mistério da Encarnação, Deus assume a realidade do mundo, conferindo-lhe dignidade e abrindo-lhe a possibilidade de salvação e elevação.

Portanto, a ética cristã caracteriza-se pela integralidade da existência humana, abrangendo não apenas a alegria e a esperança, mas também a dor e o sofrimento (GS, n. 1). Trata-se de uma existência vivida no mundo e na história, com os quais caminha o próprio processo de salvação. Desse modo, não é possível conceber uma vivência cristã que se desenvolva à margem das questões históricas, políticas e sociais. A compreensão dicotômica da fé, ainda presente em alguns contextos, manifesta-se frequentemente no estranhamento diante do envolvimento da vida cristã com temas como a ecologia. No entanto, a relação justa entre o ser humano e o mundo criado constitui uma dimensão fundamental da fé cristã, e não apenas um tema secundário entre outros.

Desse modo, o envolvimento e a corresponsabilização dos cristãos nas questões ecológicas constituem, antes de tudo, uma exigência de coerência evangélica. Uma ética cristã, à luz do paradigma da Ecologia Integral, não se restringe a iniciativas isoladas ou meramente individuais; ao contrário, tais práticas estão necessariamente inseridas em uma dimensão coletiva e social. No âmbito da produção e do consumo de alimentos não é suficiente optar por produtos orgânicos apenas para aliviar a própria consciência ecológica. Torna-se indispensável considerar o sistema produtivo em sua totalidade, apoiar modelos que promovam a sustentabilidade da vida e posicionar-se criticamente frente a estruturas que geram degradação socioambiental.

A perspectiva de uma ação fundada em uma compreensão integrada do mundo manifesta-se em conceitos como a pegada ecológica e a mochila ecológica, os quais contribuem para articular a dimensão micro das escolhas individuais com a dimensão macro dos impactos socioambientais globais:

O conceito de mochila ecológica nos ajuda a compreender que, dado o consumo de energia e materiais necessários para a produção de um determinado bem, este tem incorporado (embora não se veja) um “peso ambiental”, carrega uma mochila de recursos que não estão materializados naquilo que vemos. Isto é, o peso de um saco de soja é bem maior do que os convencionais 60 kg, porque para a sua produção são gastos materiais e energia que dariam um peso bastante superior ao do saco de soja que vemos. Do mesmo modo, uma colheitadeira automotriz ou um trator carregam consigo uma mochila ecológica que representa várias vezes o peso daquela máquina que vemos. Como exemplifica Riechmann (2003c, p. 61), a mochila ecológica de um automóvel é mais de 10 vezes maior que o peso real do veículo.<sup>59</sup>

O diálogo da Teologia com a Agroecologia tem como principal consequência o serviço à formação da consciência e à atuação cristã na sociedade. Evidentemente, não compete à Teologia a apropriação de técnicas agroecológicas específicas, como o consórcio de culturas ou

---

<sup>59</sup> CAPORAL, *Agroecologia*, p. 84.

a cobertura vegetal do solo. Contudo, enquanto ciência da fé, é fundamental conhecer, valorizar e promover modelos que tenham como horizonte a sustentação e a promoção da vida. Essa convergência de objetivos entre Teologia e Agroecologia gera implicações concretas nas escolhas cotidianas de cristãos e cristãs, seja no modo de consumir alimentos, seja no posicionamento crítico diante do agronegócio, no exercício do compromisso cidadão, na defesa de políticas públicas de incentivo à agroecologia ou ainda na valorização dos saberes ancestrais, entre outras práticas.

Do ponto de vista da fé cristã, o fundamento para a busca de novas formas de habitar o planeta precede a própria crise socioambiental, uma vez que se insere no plano salvífico de Deus, que abrange não apenas a humanidade, mas toda a criação. Contudo, a gravidade da crise ecológica contemporânea interpela a teologia a reler a Revelação à luz de novos apelos e desafios históricos, buscando nela as orientações necessárias para perseverar no caminho da fé. À luz desse desígnio salvífico, o ser humano reconhece-se portador de uma responsabilidade diante do mundo criado e, por isso mesmo, capaz de discernir e construir novos caminhos. Assim, mesmo diante do contexto de um possível colapso planetário, o olhar da fé permanece atravessado pela esperança.

Nesse horizonte, a Agroecologia apresenta-se como uma expressão concreta e histórica da caridade e da esperança cristã, ao propor a sustentação da vida de modo interdependente, justo, inclusivo e solidário. Mais do que um conjunto de práticas produtivas alternativas, ela configura-se como um paradigma que rompe com a lógica de exploração e mercantilização da vida, promovendo relações mais justas entre os seres humanos e destes com a natureza. Ao valorizar a biodiversidade, os saberes ancestrais, o cuidado com os ecossistemas e a centralidade da vida, a Agroecologia dialoga com a ética cristã e com o projeto salvífico de Deus, que visa a reconciliação de toda a criação. Assim, ao assumir a agroecologia como horizonte ético e prático, a fé cristã encontra caminhos concretos para testemunhar, no interior da crise socioambiental, uma esperança encarnada, capaz de gerar transformação pessoal, social e estrutural.

## **Conclusão**

Ao longo deste capítulo, cujo objetivo central consistiu em evidenciar a correspondência entre o paradigma da Ecologia Integral e a Agroecologia, bem como as implicações éticas decorrentes dessa aproximação, buscou-se oferecer um panorama geral da Agroecologia e desenvolver reflexões acerca do compromisso ético-cristão diante dos atuais modelos de

produção e consumo. A análise partiu do pressuposto de que o paradigma proposto pelo Papa Francisco na Encíclica *Laudato Si'*, interpela profundamente a maneira como a humanidade se relaciona com a terra. Nesse horizonte, o recorte assumido por este trabalho concentrou-se especificamente na forma como essa relação se concretiza nos processos de produção de alimentos. Considerando que o modelo hegemônico do agronegócio no Brasil se mostra incoerente com o projeto salvífico de Deus e com a proposta da Ecologia Integral, evidencia-se a necessidade de buscar caminhos alternativos que promovam uma relação justa entre a sociedade e a terra.

O primeiro tópico apresentou uma introdução geral à Agroecologia, iniciando pela análise de sua definição conceitual. Verificou-se que o conceito é marcado por significativa complexidade semântica, estruturando-se em três dimensões fundamentais: a Agroecologia como técnica agrícola de base ecológica, como movimento sociopolítico e como campo do conhecimento. No contexto brasileiro, sua difusão ocorreu a partir da década de 1980, vinculada à busca por alternativas sustentáveis ao agronegócio, o que conferiu primazia à sua dimensão sociopolítica. Todavia, as demais dimensões também se fazem presentes, permitindo concluir que as compreensões mais abrangentes da Agroecologia são aquelas que a reconhecem como paradigma e como práxis.

Na sequência, foram apresentadas as principais características da abordagem agroecológica, cujo objeto de estudo é o funcionamento e a manutenção do agroecossistema, analisado de maneira holística. A Agroecologia distingue-se, sobretudo, pelos eixos da justiça social, da sustentabilidade ecológica e da viabilidade econômica, articulados por meio de diversos princípios. Entre eles, destacaram-se o princípio da biodiversidade e a valorização dos saberes locais e ancestrais. Concluiu-se que tanto os pressupostos quanto os resultados da Agroecologia são marcados pela integralidade, pela interdependência e pela interdisciplinaridade.

Após essa apresentação introdutória do conceito e da abordagem agroecológica, o tópico seguinte dedicou-se a analisar a inserção da Agroecologia no Brasil a partir das políticas públicas, bem como os desafios permanentes para a sua consolidação. Inicialmente, foi contextualizada a década de 1980, caracterizada pelo surgimento de apelos por modelos agrícolas sustentáveis, o que possibilitou a introdução da Agroecologia no país, inclusive do ponto de vista terminológico. A atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a formação de redes regionais foram decisivas para a ampliação de seu reconhecimento. Esse processo foi fortalecido por pautas como o combate à fome e a promoção da equidade de gênero, culminando na criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção

Orgânica (PNAPO). Concluiu-se que a consolidação da Agroecologia no Brasil é resultado de um processo que parte da organização das bases e se expande progressivamente ao âmbito nacional.

Não obstante os avanços conquistados, a segunda parte desse tópico analisou os desafios relacionados à transição agroecológica. Embora se observe um crescimento da consciência ecológica, evidenciado pelo aumento do consumo de produtos orgânicos, ainda não se percebe, de forma generalizada, uma visão sistêmica nas escolhas da população, elemento central da perspectiva agroecológica. Ademais, a Agroecologia fundamenta-se em princípios ecológicos que confrontam a cultura contemporânea, fortemente orientada por valores da dinâmica capitalista e individualista. Por fim, foram apresentados os amplos benefícios de uma transição agroecológica, abrangendo dimensões sociais, ecológicas e culturais.

O último tópico debruçou-se sobre as questões ético-cristãs suscitadas pelos desafios impostos pelos modelos atuais de produção e consumo. Inicialmente, analisou-se a relação entre a Ecologia Integral e a Agroecologia, com o objetivo de evidenciar a convergência de finalidades entre ambas. Demonstrou-se que a Ecologia Integral, enquanto expressão da Doutrina Social da Igreja, tem como critério fundamental de discernimento e transformação a dignidade humana e criacional. Assim, uma relação justa entre a humanidade e o mundo deve estar ancorada no princípio da dignidade, o que evidencia o contraste entre o agronegócio e a proposta evangélica, uma vez que o modelo convencional de produção se opõe aos princípios da Doutrina Social da Igreja.

Após explicitar essa incompatibilidade, a Agroecologia foi apresentada como um caminho possível para defender a dignidade humana e criacional. Nesse sentido, foram destacados diversos pontos de convergência entre a Ecologia Integral e a Agroecologia, tais como o caráter paradigmático, a valorização da complexidade e da diversidade, o reconhecimento dos saberes e das culturas locais e o compromisso com a justiça social. Ao mesmo tempo, visando manter a especificidade de cada proposta, apontou-se a principal divergência entre elas, relacionada ao fundamento a partir do qual cada uma se estrutura.

Por fim, desenvolveu-se uma reflexão sobre a responsabilidade ético-cristã diante dos modelos de produção e consumo. Diante da urgência de se construir novas relações e formas de ser e estar no mundo, apontou-se a relevante contribuição da ética cristã para esse processo. Demonstrou-se que tal ética está intrinsecamente vinculada às dinâmicas históricas e que, por isso, o engajamento com as questões ecológicas constitui uma exigência da fé cristã. Esse envolvimento caracteriza-se por uma perspectiva sistêmica, comunitária e participativa.

Concluiu-se, assim, com a apresentação das características do diálogo e do compromisso da Teologia com a Agroecologia, entendidos como um serviço à vivência concreta da fé no mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este percurso teve início com a indagação acerca da possível correspondência entre a Ecologia Integral e a Agroecologia, reconhecendo que cada uma dessas propostas emerge de

contextos distintos enquanto áreas do conhecimento. Partiu-se da hipótese de que, apesar dessas diferenças, ambas compartilham princípios capazes de contribuir para a construção de uma relação mais harmoniosa entre o ser humano e a terra. Nesse sentido, os pontos de convergência entre tais perspectivas mostram-se relevantes para a busca de um novo modo de habitar e cuidar da criação, orientado por princípios distintos daqueles impostos pelo sistema capitalista de produção. Para sustentar essa reflexão, tornou-se necessário analisar inicialmente este modelo e seus impactos socioambientais, considerando especialmente sua materialização no chamado agronegócio.

A análise crítica desenvolvida no primeiro capítulo evidenciou que a estrutura agrária brasileira, formada desde os primórdios da colonização, é marcada por uma lógica de domínio e exploração, tanto da terra quanto dos povos que a habitavam. Nesse contexto, a trajetória do desenvolvimento econômico no Brasil - historicamente apoiada no setor primário - suscita questionamentos, na medida em que contribui para a reprodução e o aprofundamento das desigualdades sociais. Conforme se observou ao longo da pesquisa, ao mesmo tempo em que o país se destaca na produção de commodities agrícolas, persistem e até se intensificam situações de fome e miséria. Com base nas análises de autores como Geraldo Muller e Guilherme Delgado, compreendeu-se que essa estrutura permanece, em grande medida, inalterada, uma vez que a história agrária brasileira é também marcada pela ausência de uma reforma agrária efetiva. Assim, a consolidação do agronegócio no Brasil assenta-se sobre uma base historicamente desigual, caracterizada pela concentração fundiária.

A partir da constatação dessa permanência estrutural na realidade agrária brasileira, a análise das diferentes fases de desenvolvimento do agronegócio mostrou-se fundamental para evidenciar que o crescimento econômico gerado pelo setor primário nem sempre correspondeu aos objetivos frequentemente anunciados, como o atendimento às demandas do crescimento populacional ou o avanço da inovação tecnológica. Em diversos momentos da história do país, o protagonismo do agronegócio esteve fortemente associado ao alinhamento entre interesses internacionais e a atuação do Estado. Contudo, esse processo não alcançou de forma equitativa toda a população, tampouco os pequenos produtores, sendo conduzido predominantemente pelos interesses das elites agrárias.

Essas conclusões tornaram-se ainda mais evidentes a partir da compreensão de que o conceito de agronegócio foi originalmente formulado nos Estados Unidos, sendo apresentado, em um primeiro momento, como a integração entre os setores primário, secundário e terciário da economia. A incorporação desse conceito no contexto brasileiro esteve associada a interesses comerciais ligados à expansão do mercado de insumos e produtos agrícolas, frequentemente

legitimados pela retórica do combate à fome. Ao longo da pesquisa, observou-se que o conceito de agronegócio no Brasil foi adquirindo maior complexidade, sobretudo em razão de sua crescente vinculação aos interesses do capital estrangeiro. Com base na análise de Guilherme Delgado, concluiu-se que o agronegócio brasileiro constitui, em grande medida, uma adequação da produção agrícola nacional às demandas externas por commodities. Tal compreensão impõe desafios ainda maiores à realização de uma reforma agrária, uma vez que essa dinâmica envolve não apenas fatores internos, mas também o funcionamento do mercado internacional e interesses de escala global.

Uma vez compreendidas a estrutura e a consolidação do agronegócio no Brasil - fortemente marcadas por interesses comerciais -, a análise de seus impactos evidenciou de forma ainda mais clara o caráter insustentável desse sistema. Do ponto de vista ambiental, a investigação específica sobre as monoculturas levou à constatação de diversos danos, como desmatamento, deterioração, empobrecimento e erosão do solo, além da perda da biodiversidade. Esses elementos indicam que o modelo produtivo adotado pelo agronegócio se orienta por uma lógica excludente, baseada na eliminação da diversidade e na homogeneização dos sistemas produtivos, com implicações tanto ambientais quanto sociais.

Nesse contexto, mostrou-se igualmente relevante a problematização da economia de commodities, que tende a uniformizar os produtos agrícolas em função da maximização do lucro. A sustentação desse modelo produtivo revela-se, ainda, altamente dependente do uso de agrotóxicos, tema particularmente sensível no contexto brasileiro, uma vez que o país figura entre os maiores consumidores mundiais desses insumos. A pesquisa reuniu dados que evidenciam os efeitos danosos provocados pelos agrotóxicos tanto para a saúde humana quanto para os ecossistemas. Diante dessa problemática, tornou-se necessário retomar conceitos como Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, que apontam para outras formas de organização da produção e do consumo de alimentos. Nesse mesmo horizonte, emergiram também diferentes iniciativas voltadas à redução da dependência de agrotóxicos, incluindo propostas que recorrem à biotecnologia.

Por fim, a primeira parte da pesquisa abordou também os impactos sociais provocados pelo agronegócio. Constatou-se que o caráter homogeneizador desse sistema não se manifesta apenas nas técnicas produtivas e nos mecanismos econômicos, mas também se estende às relações sociais, impondo-se frequentemente de maneira violenta e manipuladora. Nesse sentido, foram analisados alguns projetos de lei que evidenciam o poder político exercido pelo agronegócio, sustentado por uma rede de agentes e interesses presentes em diferentes instâncias da sociedade e do Estado. Nesse cenário, grupos que buscam articular alternativas contra-

hegemônicas tornam-se frequentemente as principais vítimas desse modelo, entre eles os povos indígenas, movimentos sociais como o MST, bem como pequenos produtores e outras comunidades tradicionais.

Diante desse cenário de desigualdade social e degradação ambiental, evidenciado pela análise do agronegócio, tornou-se necessário ampliar o horizonte de interpretação da realidade agrária brasileira, recorrendo também à reflexão teológica. Assim, o segundo capítulo buscou interpretar essa realidade à luz da fé cristã, a partir das Sagradas Escrituras, do magistério da Igreja e da tradição teológica, aprofundando a compreensão da relação entre o ser humano e a criação e apresentando a Ecologia Integral como um paradigma fundamental para a construção de uma relação mais justa e harmoniosa com a terra.

A releitura de temas fundamentais das Sagradas Escrituras - como a destinação final das criaturas em Cristo, o *imago Dei* e o *shabat* - revelou-se particularmente fecunda para pensar o cenário contemporâneo, marcado por uma crise nas relações entre a humanidade e a criação. A referência cristológica, tanto para o ser humano quanto para o conjunto da criação, conduz a um olhar que reconhece nos seres criados o caráter de dom, de possibilidade e de finalidade. Tal perspectiva permite também aprofundar o significado do ser humano como imagem e semelhança de Deus, compreendido, à luz da pesquisa, não como domínio absoluto, mas como representação de Deus exercida na perspectiva do cuidado. Nesse sentido, o *imago Dei* manifesta-se essencialmente como realidade relacional e como responsabilidade diante da criação. Por fim, mostrou-se particularmente iluminadora a contribuição de Jürgen Moltmann acerca do *shabat* como coroa da criação, no qual se afirma a primazia do ser sobre o ser meramente útil, oferecendo um horizonte teológico capaz de questionar as lógicas utilitaristas que marcam a relação contemporânea com a terra.

A apresentação do percurso histórico da doutrina da criação - marcado, em determinados momentos, por acentos predominantemente metafísicos e, em outros, por abordagens mais racionalistas - permitiu evidenciar a síntese equilibrada e profundamente enraizada na tradição bíblica realizada pelo Concílio Vaticano II. Na perspectiva bíblica recuperada pelo Concílio, a criação encontra-se intrinsecamente vinculada à história da salvação e, por conseguinte, à práxis da fé. Nesse contexto, o diálogo com o evolucionismo revelou-se particularmente significativo, ao favorecer a compreensão do mundo como realidade dinâmica e aberta, em contínuo processo de realização. Tal visão, contudo, não se restringe ao horizonte futuro, mas como destaca Jürgen Moltmann, ilumina e orienta o presente.

O percurso de elaboração da noção de criação mostrou-se fundamental para a construção do argumento diante do tema seguinte, a crise ecológica. Conforme apresentado, tornou-se

recorrente a atribuição de responsabilidade à tradição judaico-cristã pelo surgimento ou agravamento dessa crise. Entretanto, a pesquisa evidenciou que muitos dos argumentos utilizados para acusar o cristianismo não se sustentam do ponto de vista teológico. Isso, contudo, não significa eximir a teologia da responsabilidade de promover um envolvimento mais profundo da fé com as questões socioambientais. Ao contrário, o próprio conceito teológico de criação tem muito a oferecer a esse debate, ao afirmar o mundo como um bem em si mesmo, o que contrasta com as lógicas utilitaristas e mercadológicas predominantes. Nesse sentido, como observa Jürgen Moltmann, a teologia cristã apresenta-se como interlocutora relevante diante da complexidade da atual crise socioambiental, colocando-se nesse debate sob a perspectiva da esperança e da responsabilidade.

A partir da reflexão teológica, compreende-se que a crise socioambiental é fruto de uma relação inadequada entre o ser humano e a criação. Diante disso, torna-se necessário estabelecer uma nova forma de relação com o mundo criado, que não esteja mais fundamentada nos princípios que orientam a lógica dominante. Nesse contexto, a noção de desenvolvimento sustentável revela-se insuficiente, pois permanece vinculada à ideia de crescimento ilimitado. Como observa Leonardo Boff, há uma tensão estrutural - e mesmo uma incompatibilidade - entre sustentabilidade e desenvolvimento entendido nesses termos.

A pesquisa evidenciou, assim, uma crescente desconfiança em relação ao paradigma moderno do progresso e a busca por novas formas de interpretar a realidade. Trata-se da emergência de um novo paradigma, frequentemente descrito sob diferentes denominações, mas marcado sobretudo pela consciência da interdependência entre todos os seres. Na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco identifica esse horizonte como o paradigma da Ecologia Integral. À luz desse paradigma, o capítulo seguinte apresentou a agroecologia como uma proposta capaz de dialogar com os princípios da Ecologia Integral.

O último capítulo deste trabalho apresentou resultados que confirmam a intuição inicial acerca da correspondência entre a Ecologia Integral e a Agroecologia. O percurso de conceituação da agroecologia contribuiu para essa constatação ao evidenciar as diferentes perspectivas que compõem sua semântica: o manejo de sistemas agrícolas, o movimento social e o campo científico. A análise de sua trajetória no Brasil destacou não apenas seu caráter fortemente sociopolítico, mas também seu papel contra-hegemônico diante da predominância do agronegócio. Nesse contexto, a pesquisa ressaltou a importância de reconhecer a agroecologia em seu estatuto científico, em razão da complexidade e da amplitude de seu significado. Entre as contribuições teóricas analisadas, destacou-se a definição proposta por Altieri, que a compreende como o estudo holístico dos agroecossistemas. Por fim, a

identificação da agroecologia como paradigma - conforme sugerem Caporal e Gliessman - revelou-se uma chave interpretativa relevante, pois permite integrar, em uma mesma perspectiva, os diversos sentidos atribuídos ao termo.

Um dos elementos constitutivos da abordagem agroecológica que se mostrou particularmente relevante foi a valorização dos conhecimentos tradicionais e locais. Tal característica possui grande importância metodológica, pois vincula a agroecologia a uma dinâmica libertadora, configurando-se como uma práxis profundamente enraizada no contexto latino-americano e sensível às realidades de opressão e resistência vividas pelos povos da região. No caso brasileiro, a trajetória da agroecologia revela uma forte dimensão de participação social e de construção de alternativas ao agronegócio. Os processos políticos e a atuação dos movimentos sociais foram decisivos para que ela não se consolidasse apenas como uma técnica produtiva, mas como uma proposta mais ampla. Assim, o contexto brasileiro, marcado pela organização e pela luta social, favoreceu o florescimento da agroecologia em suas múltiplas dimensões.

O processo de conceituação da agroecologia mostrou-se relevante não apenas para delimitar seu significado, mas também para distingui-la de outras iniciativas que se apresentam como formas de agricultura alternativa. Nesse contexto, destacou-se a crítica dirigida à agricultura orgânica, que, em muitos casos, tem reproduzido a mesma lógica produtiva da agricultura convencional ao submeter o alimento à dinâmica mercantil. Tal análise evidencia que a agroecologia não se define apenas por técnicas produtivas específicas, mas sobretudo pelos princípios ecológicos que orientam o desenvolvimento e a aplicação dessas técnicas.

A aproximação entre Ecologia Integral e Agroecologia evidenciou-se sobretudo em dois aspectos: sua dimensão paradigmática e seu caráter complexo. A Ecologia Integral, apresentada como paradigma, já indicava a pretensão de promover uma transformação estrutural nas bases a partir das quais se compreende e se atua na realidade. A identificação da Agroecologia também como paradigma constituiu, no decorrer da pesquisa, uma descoberta significativa, pois ampliou as possibilidades de convergência com o horizonte proposto pela *Laudato Si'*. Ao mesmo tempo, a distinção entre essas perspectivas mostrou-se necessária para preservar a especificidade própria de cada uma. Por fim, a reflexão ética destacou a urgência de uma nova forma de ser e habitar o mundo, evidenciando o apelo dirigido aos cristãos e cristãs para que a fé se comprometa de modo concreto com as realidades sociais e socioambientais.

Os resultados alcançados nesta pesquisa não esgotam, contudo, as possibilidades de aprofundamento do diálogo entre Ecologia Integral e Agroecologia. Ao contrário, abrem-se diversos caminhos para investigações futuras. Entre eles, destaca-se a necessidade de

aprofundar a reflexão sobre a antropologia que emerge do paradigma da Ecologia Integral, especialmente no que se refere à compreensão do ser humano como parte da comunidade da criação e responsável pelo cuidado da casa comum. Outro campo fecundo diz respeito ao protagonismo feminino nas experiências agroecológicas, frequentemente associado a práticas de cuidado, preservação da biodiversidade e transmissão de saberes tradicionais, dimensão que pode ser explorada também à luz da teologia feminista. Igualmente promissor é o aprofundamento da dimensão libertadora presente na agroecologia latino-americana, em diálogo com a teologia da libertação e com as experiências concretas dos movimentos sociais do campo. Além disso, investigações futuras poderiam examinar com maior atenção as implicações pastorais e eclesiais da Ecologia Integral, bem como as possíveis contribuições da agroecologia para a construção de práticas comunitárias e eclesiais mais comprometidas com a justiça socioambiental.

Retomando a questão que orientou este trabalho, pode-se afirmar que a pesquisa confirmou a existência de uma correspondência significativa entre Ecologia Integral e Agroecologia, ainda que cada uma dessas propostas possua origens, linguagens e campos de atuação distintos. Ambas se apresentam como respostas críticas às formas dominantes de relação com a terra e indicam a necessidade de uma transformação profunda nos modos de compreender o mundo e de habitar a criação. Nesse sentido, a aproximação entre essas perspectivas revela-se fecunda não apenas no âmbito teórico, mas também como horizonte ético e prático para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Ao reconhecer a terra como dom e responsabilidade compartilhada, abre-se também a possibilidade de um novo modo de viver a fé cristã, comprometido com o cuidado da criação e com a dignidade de todos os povos.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. A questão agrária no Brasil. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO J. (Orgs.). *Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora*. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 225-249.

ALENTEJANO, P. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. *Trabalho necessário*, Niterói, v.20, n. 41, p.1-30, jan./ abr. 2022.

ALENTEJANO, P. R. R.; EGGER, D. da S.; Agronegócio. In: DIAS, A. P; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 97-104.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Editorial Nordan - Comunidad, 1999.

ALTIERI, M. Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In: SARANDÓN, S. J. (Org.). *Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable*. La Plata: E.C.A., 2002. p. 49-56.

ÁLVAREZ-SALAS, L.; POLANCO-ECHEVERRY, D.; RÍOS-OSORIO, L. Reflexiones acerca de los aspectos epistemológicos de la agroecología. *Cuadernos de Desenvolvimento Rural*, Bogotá, v. II, n. 74, p. 55-74, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.CRD11-74.raea>. Acesso em: 22 dez. 2025.

ANDRADE, A. L. P. de. Bíblia e Sustentabilidade: a consciência ecológica como paradigma de uma nova hermenêutica bíblica. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 383-404, Mai./Ago. 2023.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493>. Acesso em: 22 dez. 2025.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Economia Aplicada*, 10 (1), p. 75-89, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/mg6Ypg7DYFQYhSdnVVHwsHD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

AZEVEDO, E. de; PELICIONI, M. C. F. Promoção da saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/yhS4qHnHjDfx6nmMpBBYPjk/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2025.

BARBOZA, D. R. Políticas de terra e trabalho no período pré-republicano: elementos para pensar a questão agrária no Brasil. *Trabalho necessário*, Niterói, v.20, n. 41, p.1-30, jan./ abr. 2022.

BARRIOS, R. G.; MARTÍNEZ, N. M. J. Antropoceno ou Capitaloceno? *Instituto Humanitas Unisinos*. 16 de julho de 2020. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/601014-antropoceno-ou-capitaloceno>. Acesso em: 14 out. 2025.

BATAIER, C. Mais de 97% do desmatamento no Brasil nos últimos anos é resultado de pressão do agronegócio, aponta estudo. *BrasildeFato*. Meio ambiente. São Paulo, 15 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/05/15/mais-de-97-do-desmatamento-no-brasil-nos-ultimos-anos-e-resultado-de-pressao-do-agronegocio-aponta-estudo/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BEZERRA, I. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: DIAS, A. P; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 713-720.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, L. *Ecologia grito da terra grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOVON, F. *El Evangelio Según San Lucas*. Salamanca: Sigueme, 2012, vol. 1.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. *Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989*. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm). Acesso em: 17 jun. 2025.

BRIGHENTI, A. *A Laudato Si' no pensamento social da Igreja: da ecologia ambiental à ecologia integral*. São Paulo: Paulinas, 2018.

CANAVESI, F. de C.; MOURA, I. F. de; SOUZA, C. de. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, n. esp, v. 23, p. 1019-1030, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8635617/14869>. Acesso em: 23 dez. 2025.

CAPORAL, F. R. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: 2009.

CAPORAL, F.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. (Orgs). *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília: Paulus, 2009.

CARDOSO, I.; MANCIO, D. Solos. In: DIAS, A. P; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 720-726.

Carta da Terra. *Ministério do Meio Ambiente*. Educação ambiental. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de->

[educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8071-carta-da-terra.html](https://educacaoambiental.org/documentos-referenciais/item/8071-carta-da-terra.html). Acesso em: 14 out. 2025.

CASTELAO, P. La “cuestion ecológica” y la teología de la creación. In: GIMÉNEZ-RICO, E. S. (ED.). *Cuidar de la tierra, cuidar de los pobres: Laudato Si’ desde la teología y con la ciencia*. Cantabria: Editorial Sal Terrae, 2015.

CNA. PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. *CNA*, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020#:~:text=O%20PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro,a%20quase%20R%24%20%20trilh%C3%B5es>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Dei Verbum*: sobre a Revelação Divina. Roma, 18 de novembro de 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html). Acesso em: 14 out. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et spes*: sobre a Igreja no mundo atual. Roma, 07 de dezembro de 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html). Acesso em: 14 out. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil* - Dados de 2023. 21. ed. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DELGADO, G. C. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, edição especial, p. 61-68, jun. 2013.

DELGADO, G. C. O agronegócio: realidade e fantasia rondando o país. *Correio da Cidadania*, Economia. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed385/economia.htm>. Acesso em: 15 mar. 2025.

EMBRAPA. Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo. *EMBRAPA*, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo> 2021. Acesso em: 12 mar. 2025.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. O desenvolvimento nacional e os agronegócios no Brasil pós-2003: uma leitura geoeconômica da cadeia produtiva da soja. *Revista Princípios*. n.164, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/214>. Acesso em: 16 mar. 2025.

FARIA, J. de F. Gn 1,1-2,4a: a criação em sete dias como contramito ao mito babilônico da criação, Enuma Elish. *Estudos Bíblicos*, vol. 35, n. 140, p. 425-439, out./dez. 2018.

FARIA, L. M. S. Aspectos gerais da agroecologia no Brasil. *Revista agrogeoambiental*, v. 6, n. 2, p. 101-112, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18406/2316-1817v6n22014556>. Acesso em: 22 dez. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *Biblioteca digital*, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FERREIRA, J. A. *Antologia Teológica*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005.

FIEDRICH, K.; ALMEIDA, V. E. S. Agrotóxicos. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 105-111.

FITZMYER, J. A. *El Evangelio según Lucas*: Traducción y Comentario. Madrid: Cristiandad, 1987, vol. 2.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Prevalence of moderate or severe food insecurity in the total population (percent) (3-year average). *FAO*, 2025, não paginado. Disponível em: <https://www.fao.org/interactive/hunger-map/en/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato Si'*: sobre os cuidados com a casa comum. Roma, 2015. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html). Acesso em: 14 out. 2025.

GIMÉNEZ-RICO, E. S. El Antiguo Testamento en Laudato Si': su presencia y sus huellas. In: GIMÉNEZ-RICO, E. S. (ED.). *Cuidar de la tierra, cuidar de los pobres*. Cantabria: Editorial Sal Terrae, 2015.

GONÇALVES, P. C. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p.283-308, 2014.

GONZALEZ, B. C. de R.; COSTA, S. M. A. L. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p.7-35, maio 1998. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4774>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. Sobre la agroecologia: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: LEÓN, M. A. G. de. (Org.). *El campo y la ciudad*. MADRI: MAPA, 1996.

HADICH, C.; ANDRADE, G. Revolução Verde. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 650-658.

HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. p. 15-30.

IANNI, O. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JUNGES, J. R. Repensar a visão criacionista: cristianismo e ecologia. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 355-369, jul./dez. 2009.

LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Terras indígenas. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 741-750.

MACEDO, P. E. A Revolução Verde 4.0. *OMaringá*. 30 de maio de 2025. Disponível em: [https://omaringa.com.br/coluna/conexoes-agro/a-revolucao-verde-4-0/#google\\_vignette](https://omaringa.com.br/coluna/conexoes-agro/a-revolucao-verde-4-0/#google_vignette). Acesso em: 03 jun. 2025.

Macrologística agropecuária. *Embrapa*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/macrologistica>. Acesso em: 19 mar. 2026.

MARTINS, J de S. O cativo da terra. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MDA lança plano de ação que aponta agroecologia e agrofloreza como solução para a crise climática. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. PAS TERRA. 07 de novembro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/mda-lanca-plano-de-acao-que-aponta-agroecologia-e-agrofloreza-como-solucao-para-a-crise-climatica>. Acesso em: 23 dez. 2025

McNEELY, J. A.; SCHERR, S. J. Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

MEDEIROS, L. de. Política Agrária. In: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 566-576.

MENEZES, T. C. C. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Trabalho necessário*, Niterói, v.20, n. 41, p.1-26, jan./ abr. 2022.

MOLTMANN, J. *Dios en la creacion*: doctrina ecológica de la creacion. Ediciones Sigueme: Salamanca, 1987.

MURAD, A. (Org.). Ecoteologia: um mosaico. São Paulo: Paulus, 2016.

NASCIMENTO, F. S. do; CALLE-COLLADO, À.; BENITO, R. M. Economía social y solidaria y agroecología en cooperativas de agricultura familiar en Brasil como forma de desarrollo de una agricultura sostenible. *CIRIEC-España, Revista de Economía pública, Social y Cooperativa*, n. 98, p. 189-211, 2020. DOI: 107203/CIRIEC-E.98.14161. Disponível em:

[https://ciriec-revistaeconomia.es/wp-content/uploads/CIRIEC\\_9807\\_Schwab\\_et\\_al.pdf](https://ciriec-revistaeconomia.es/wp-content/uploads/CIRIEC_9807_Schwab_et_al.pdf).

Acesso em: 22 dez. 2025.

NAVARRO, Z. Agroecologia: as coisas em seu lugar (A agronomia brasileira visita a terra dos duendes). *COLÓQUIO* - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat, v. 10, n. 1, p. 11-45, jan./jun. 2013. Disponível em:

[https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/23/pdf\\_11](https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/23/pdf_11). Acesso em: 22 dez. 2025.

NIEDERLE, P. A. *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>. Acesso em: 23 dez. 2025.

NOBRE, M. Economia feminista. In: DIAS, A. P; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 328-334.

NODARI, R. O; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisas e valores. *Estudos Avançados*, 29 (83), 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/105064/103805>. Acesso em: 23 dez. 2025.

OLIVEIRA, C. L. F. A construção histórica do agronegócio e a questão agrária. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, Minas Gerais, v.1, n. 2, p. 20-35, Jul./Dez. 2015. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/315>. Acesso em: 04 ago. 2025.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

PEREZ-MARIN, A. M.; FORERO, L. F. U. Desertificação. In: DIAS, A. P; STAUFFER, A. de B.; MOURA, L. H. G. de; VARGAS, M. C. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; 2021. p. 295-301.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é lançado no Dia Mundial da Alimentação. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Agroecologia. 16 de outubro de 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-e-lancado-no-dia-mundial-da-alimentacao?utm\\_source](https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-e-lancado-no-dia-mundial-da-alimentacao?utm_source). Acesso em: 23 dez. 2025.

POMPEIA, C. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

PRIMAVESI, A. Manual do solo vivo. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2016.

REIMER, H. Criação e cuidado. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 299-315, jul./dez. 2009.

Reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). *Secretaria de comunicação social*. 09 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/respeito-e-dialogo/reinstalacao-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-consea>. Acesso em: 23 dez. 2025.

ROCES, I. G; MONTIEL, M. S; CANTÓ, A. S. I. Perspectiva ecofeminista de la Soberanía Alimentaria: la Red de Agroecología en la Comunidad Moreno Mayo en la Amazonía brasileña. *Relaciones Internacionales*, España, n. 27, p. 75-96, Out./jan. 2025. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/5238/5681>. Acesso em: 23 dez. 2025.

ROSA, V. de C; CAMPOS, G. de S. A agroecologia como mecanismo de efetivação dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, n. 1, v. 15, p. 321-340, jun. 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/340772825\\_A\\_AGROECOLOGIA\\_COMO\\_MECA\\_NISMO\\_DE\\_EFETIVACAO\\_DOS\\_OBJETIVOS\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO\\_SUSTENT\\_AVEL\\_NO\\_BRASIL](https://www.researchgate.net/publication/340772825_A_AGROECOLOGIA_COMO_MECA_NISMO_DE_EFETIVACAO_DOS_OBJETIVOS_DE_DESENVOLVIMENTO_SUSTENT_AVEL_NO_BRASIL). Acesso em: 23 dez. 2025.

ROSSET, P. M. et al. Agroecología y La Vía Campesina II. Las escuelas campesinas de agroecología y la formación de un sujeto sociohistórico y político. *Territorialización de la agroecología*. v. 58, p. 531-550, jul./dez. 2021. DOI: 10.5380/dma.v58i0.81357. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/81357/45186>. Acesso em: 23 dez. 2025.

RUCKERT, P. R. Criação: a luta contra o caos. *Reflexus*, Ano IV, n. 4, 2010.

RUIZ DE LA PEÑA, J. L. Teologia da Criação. Edições Loyola: São Paulo, 1989.

SABOURIN, E. et al. ¿Qué políticas públicas promueven la agroecología en América Latina y el Caribe? *Perspective*, n. 45, p. 1-4, may. 2018. Disponível em: <https://revues.cirad.fr/index.php/perspective/article/view/31606>. Acesso em: 23 dez. 2025.

SATTLER, D.; SCHNEIDER, T. Doutrina da criação. In: SCHNEIDER Theodor (Org.). *Manual de Dogmática* (vol. 1). Petrópolis: Vozes, 2000.

SHIVA, V. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, A. País que mais consome agrotóxicos no mundo tem uso 3x maior que o da China. *Forum*. Meio ambiente e sustentabilidade. 20 de setembro de 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/meioambiente/2024/9/20/pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-mundo-tem-uso-3x-maior-que-da-china-165949.html>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SILVA, R. B. O papel cocriador do ser humano enquanto Imago Dei e homem e mulher segundo o testemunho bíblico. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 45, n. 02, p. 158-166, Jul./Dez. 2019.

SIMONETTI, M. Origene, I principi. Torino: Bari, 1968. p. 463-464. Apud. SOUZA, *O destino do homem no plano de Deus: uma análise da antropologia patrística sobre a “imagem e semelhança”*. *Rev. Pistis Prax.*, Teol. Pastor., Curitiba, v.1, n. 1, p.119-145, jan./jun. 2009.

SOUZA, J. N. de. O destino do homem no plano de Deus: uma análise da antropologia patrística sobre a “imagem e semelhança”. *Rev. Pistis Prax.*, Teol. Pastor., Curitiba, v.1, n. 1, p.119-145, jan./jun. 2009.

SUSIN, L. S. *A criação de Deus: Deus e criação*. São Paulo: Paulinas, 2003.

TOOGE, R. Quem criou o termo “agrotóxico” e por que não ‘pesticida’ ou ‘defensivo agrícola’. *Gl. Agro.* 07 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/10/07/quem-criou-o-termo-agrotoxico-e-por-que-nao-pesticida-ou-defensivo-agricola.ghtml>. Acesso em: 03 jun. 2025.

TRENTIN, I. C. L. Desenvolvimento regional e Agroecologia no Rio Grande do Sul/Brasil. *Investg. Geogr.* Chile, 49, p. 99-115, 2015. Disponível em: <https://investigacionesgeograficas.uchile.cl/index.php/IG/article/view/37516/39196>. Acesso em: 23 dez. 2025.

VERGÉS, A. B. Con los pies sobre la tierra: “no nos vamos a ir”. *Alegatos*, México, n. 85, p. 715-750. Set. / Dez. 2013.

WHAT IS FOOD SOVEREIGNTY? In: *Via Campesina*. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/what-is-food-sovereignty/>. Acesso em: 03 jun. 2025.